2014

Relatório de Gestão e Contas



ASA, SA

www.asa.cv

Índice

Índice de Figuras **3**
Índice de Tabelas **4**
Resolução de Aprovação das Contas de 2014 6
Relatório de Gestão 7
Informação Corporativa **7**
Atividade da ASA em 2014 ..... **9**
Navegação aérea 9
Atividade Aeroportuária 11
Desempenho Económico **20**
Resultados 20
Rendimentos 24
Gastos 30
Situação Financeira e Patrimonial 34
Fluxos de caixa 36
Principais Indicadores Financeiros **37**
Gestão de Clientes e de Crédito 38
Infraestruturas e Investimentos em Ativo Fixo 40
Gestão de Recursos Humanos **43**
Balanço Social 43
Politica Social 44
Formações realizadas em 2014 45
Programa de Estágios 48
Processo de Recrutamento e Seleção 49
PPA – Programa de Preparação para a Aposentação 49
Inspeções Médicas 50
Qualidade, Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho **51**
Principais atividades desenvolvidas 51
Security & Safety **59**
Atividades desenvolvidas pelo Gabinete Security & Safety (GSS) – Ano 2014 59
Contas 2014 63
Balanço **63**
Demonstração dos Resultados **65**
Demonstração das alterações no Capital Próprio **66**
Demonstração dos Fluxos de Caixa **67**

Índice de Figuras

Figura 1 - Evolução dos Sobrevoos na FIR Oceânica 10
Figura 2 - Passageiros por Aeroporto 12
Figura 3 - Aeronaves por Aeroporto 16
Figura 4 - Carga por Aeroporto 17
Figura 5 - Correios por Aeroporto 19
Figura 6 - VAB por área de negócio em mECV 21
Figura 7 - Resultados 22
Figura 8 - Resultados por centro de custo 23
Figura 9 - Rendimentos por área de negócio 24
Figura 10 - Estrutura de Rendimentos Operacionais 2014 e 2013 25
Figura 11 - Variação das vendas e prestações de Serviços 26
Figura 12 - Evolução dos Rendimentos da Navegação Aérea 26
Figura 13 – Composição Rendimentos de Navegação Aérea 27
Figura 14 – Composição Rendimentos Aeroportuários 27
Figura 15 – Rendimentos Aeroportuários por Serviço 28
Figura 16 - Distribuição dos rendimentos aeroportuários por aeroporto 28
Figura 17 - Tipos de serviços comerciais 29
Figura 18 - Distribuição dos rendimentos comerciais por aeroporto 29
Figura 19 - Quadro resumo dos gastos 30
Figura 20 - Estrutura dos Gastos 30
Figura 21 - Repartição dos gastos por aeroporto 31
Figura 22 - Fornecimentos e Serviços Externos 32
Figura 23 - Gastos com o pessoal por Aeroporto e Área de negócio 33
Figura 24 – Origens e Aplicações de Fundos 35
Figura 25 - Investimentos por Rúbrica 40
Figura 26 - Colaboradores por género 43
Figura 27 - Colaboradores por Vínculo 43
Figura 28 - Empréstimos do Fundo Social por finalidade 45
Figura 29 - Formações Operacionais 46
Figura 30 - Formações Técnicas 46
Figura 31 - Formações Administrativas 47
Figura 32 - Outras Formações 47
Figura 33- Custo de Formações 48
Figura 34 - Evolução da gratificação aos Estagiários 49
Figura 35 – Reclamação por área 57

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Evolução do Tráfego 2009-2013 (Fonte: Boletim de Tráfego ASA, S.A. GMCG)..... 9
Tabela 2 - Sobrevoos na Fir (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)..... 9
Tabela 3 - Movimento de passageiros (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG) 11
Tabela 4 - Movimento de passageiros internacionais por operadora no AIAC (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)..... 12
Tabela 5 - Movimento de passageiros domésticos por operadora no AIAC (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG) 13
Tabela 6 - Movimento de passageiros internacionais por operadora no AIDPNM (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)..... 13
Tabela 7 - Movimento de passageiros domésticos por operadora no AIDPNM (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)..... 13
Tabela 8 - Movimento de passageiros internacionais por operadora no AIAP (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG) 14
Tabela 9 - Movimento de passageiros domésticos por operadora no AIAP (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)..... 14
Tabela 10 - Movimento de passageiros internacionais por operadora no AICE (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)..... 15
Tabela 11 - Movimento de passageiros domésticos por operadora no AICE (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)..... 15
Tabela 12 - Movimento de aeronaves (Fonte: Boletim de Tráfego ASA, S.A. GMCG) 16
Tabela 13 - Movimento de cargas (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG) 17
Tabela 14 - Movimento de correio (Fonte: Boletim de tráfego ASA, GMCG) 18
Tabela 15 - Resumo da Demonstração de Resultados..... 20
Tabela 16 - Resultado Liquido por centro analítico 22
Tabela 17 - Quadro de indicadores de Desempenho 23
Tabela 18 - Rendimentos por área de negócios..... 24
Tabela 19 - Volume de negócio..... 25
Tabela 20 - Fornecimentos e serviços externos..... 31
Tabela 21 - Fornecimentos e serviços externos por centro 32
Tabela 22 - Quadro resumo dos gastos com pessoal 33
Tabela 23 - Quadro resumo de amortizações depreciações..... 34
Tabela 24 – Resumo do Balanço Funcional 34
Tabela 26 - Resumo Fluxo de caixa 36
Tabela 27 - Resumo do Fluxo de Caixa 37
Tabela 28 -Quadro de Rácios financeiros 38
Tabela 29 - Ranking de clientes por faturação 38
Tabela 30 - Ranking de Clientes por volume de cobrança 39
Tabela 31 - Investimentos em 2014 (inclui adições e os investimentos em curso)..... 40
Tabela 32 - Saída de colaboradores..... 44
Tabela 33 - Balanço da auditoria de certificação 52
Tabela 34 - Ações Corretivas Auditoria externa 2ª fase..... 53

Tabela 35 - Ações corretivas auditoria interna 53
Tabela 36 - Acompanhamento das metas 54
Tabela 37. Formações realizadas GSS no ano 2014 61

Resolução de Aprovação das Contas de 2014

Resolução Nº 01/PCA/SB/15

Nos termos da alínea c) do artigo 15º dos Estatutos de Empresa, o Conselho de Administração em reunião ordinária do dia 26 de Maio de 2015, para o efeito convocado, apreciou positivamente o Documento de prestação de contas do Exercício Económico de 2014, tendo sido decidido submetê-lo à aprovação final pela Assembleia Geral.

Por ser verdade e para constar, lavrou-se a presente resolução abaixo assinada pelos seus membros presentes:

O Conselho de Administração

Sandro de Brito

Jorge Pedro. S. Fonseca

Américo Faria Medina

Ilha do Sal, 26 de Maio de 2015

Relatório de Gestão

Informação Corporativa

A Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, abreviadamente designada ASA, é uma empresa pública sob a forma de sociedade anónima, com um capital social de 5.500.000.000$00 (cinco mil e quinhentos milhões de escudos), representado por 550.000 (quinhentos e cinquenta mil) ações de valor nominal 10.000$00 (dez mil escudos) cada, detidas na sua globalidade pelo Estado de Cabo Verde.

A ASA tem por missão a prestação dos serviços de apoio à aviação civil, garantindo a gestão e segurança do tráfego aéreo bem como a gestão dos aeroportos de Cabo Verde. A atividade da ASA está portanto centrada em dois ramos fulcrais que são os serviços de Navegação Aérea e a Gestão Aeroportuária.

A sua sede encontra-se na ilha do Sal, mas conta com sucursais nas ilhas de Santiago, São Vicente, Boa Vista, São Nicolau, Fogo e Maio.

Os serviços de Navegação Aérea são prestados a partir do Centro Oceânico de Controlo na Ilha do Sal e a rede aeroportuária gerida engloba quatro aeroportos internacionais situados nas ilhas de Sal (AIAC – Aeroporto Internacional Amílcar Cabral), Santiago (AIPNM – Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela), São Vicente (AICE – Aeroporto Internacional Cesária Évora) e Boa Vista (AIAP – Aeroporto Internacional Aristides Pereira), mais três aeródromos ativos nas ilhas de São Nicolau (ADSN – Aeródromo de São Nicolau), Fogo (uADSF – Aeródromo de São Filipe) e Maio (ADM – Aeródromo do Maio).

A visão da ASA é ser uma entidade de referência nacional e internacional na gestão de aeroportos e serviços de tráfego aéreo, reconhecida pelos seus princípios de sustentabilidade e pela sua orientação para a prestação de um serviço de elevada qualidade e segurança para os seus clientes.

A ASA expressa a sua cultura num conjunto de valores que caraterizam a sua atuação:

Qualidade e Segurança – preocupação com o rigor e profissionalismo na execução dos procedimentos de trabalho e normas de segurança;

Orientação para o Cliente – orientação da atividade em função das necessidades, expectativas e desafios do cliente interno e externo, alicerçada num relacionamento empático;

Desenvolvimento dos Colaboradores – enfoque no desenvolvimento das competências dos colaboradores, identificando as necessidades de aperfeiçoamento técnico e comportamental e promovendo a sua melhoria;

Ética e Responsabilidade Social – Postura de transparência, lealdade e confiança dentro da ASA e no relacionamento com o exterior, caraterizada por uma forte responsabilidade face aos colaboradores, à sociedade e às questões ambientais;

Orientação para os Resultados – orientação da atividade no sentido de alcançar os objetivos a curto e longo prazo a que a ASA se propõe, através de uma utilização eficiente dos recursos.

Para realizar a sua missão, e tendo como foco a sua visão, a empresa definiu seis pilares básicos bem como as diretrizes estratégicas que devem dirigir e nortear a sua atividade e desempenho:

Segurança – manter os mais elevados níveis de segurança da aviação civil;

Eficiência Económica e Viabilidade Financeira – garantir o equilíbrio financeiro da empresa, melhorar a rendibilidade dos aeroportos e da navegação aérea;

Infraestruturas e Serviços – desenhar e executar um plano de investimentos em infraestruturas e serviços que permita adaptar a capacidade das infraestruturas à demanda do tráfego aéreo, aumentando a operacionalidade e qualidade dos serviços e potenciando a inovação tecnológica e otimização de processos;

Qualidade, Ambiente e Segurança no Trabalho – implementar um sistema de gestão da qualidade que permita a otimização dos processos, a sustentabilidade ambiental e eficiência energética, incrementando os níveis de segurança no trabalho e prevenção de riscos laborais;

Capital Humano – promover o desenvolvimento das pessoas, aumentando a sua motivação e compromisso com a empresa;

Marketing e comunicação institucional – reforçar a imagem corporativa e melhorar a comunicação interna.

São órgãos sociais da empresa a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, cujos membros exercem funções por mandatos de 3 anos renováveis, nos termos do Estatuto da ASA (Decreto Regulamentar nº 3/2011, de 4 de Junho).

A Assembleia Geral é composta pelo presidente, Sr. António de Pina Tavares e pelo secretário Sr. José Custódio da Rocha Silva.

O Conselho de Administração é composto pelo presidente, Sr. Sandro de Brito, e por dois Administradores Srs. Jorge Pedro dos Santos Fonseca e Américo Faria Medina, sendo todos os membros administradores executivos.

O Conselho Fiscal é composto pelo presidente Sr. José Carlos Tavares e por dois vogais, Sra. Carla Cruz e Sr. Anastácio Silva.

Atividade da ASA em 2014

Em termos globais, durante o exercício económico de 2014 a ASA registou um volume de atividade correspondente ao processamento de 41.735 sobrevoos, 1.798.000 passageiros, 28.163 aeronaves, 3.323.358 kg de carga e 335.340 kg de correios.

						Variação 14/13	
	2010	2011	2012	2013	2014	Valor	%
Sobrevoos	39.219	44.165	44.026	43.037	41.735	-1.302	-3,0%
Aeronaves	33.415	36.478	35.307	28.729	28.163	-566	-2,0%
Passageiros	1.700.702	1.895.101	1.849.455	1.786.702	1.798.000	11.298	0,6%
Carga	3.660.550	4.001.644	3.217.088	3.072.902	3.323.358	250.456	8,2%
Correios	346.978	326.651	267.496	286.225	335.340	49.115	17,2%

Tabela 1 – Evolução do Tráfego 2009-2013 (Fonte: Boletim de Tráfego ASA, S.A. GMCG)

Navegação aérea

Em 2014, a FIR Oceânica do Sal processou menos 1.302 voos em relação ao ano 2013, o que corresponde a uma redução de 3,0%. Os 41.735 movimentos na FIR Oceânica do Sal correspondem a uma média de 114 sobrevoos por dia.

Sobrevoos na Fir em Anos															
Meses	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2014/2013**
Janeiro	2144	2256	2278	2430	2754	3058	3 165	4 041	3 416	3 275	3 546	3 808	3 688	3 473	-6%
Fevereiro	2145	1959	2065	2210	2459	2731	2 921	3 652	2 906	2 921	3 144	3 478	3 272	3 043	-7%
Março	2270	2139	1688	2354	2643	2969	3 288	3 920	3 378	3 196	3 648	3 832	3 629	3 583	-1%
Abril	2296	2127	2067	2342	2486	2752	3 100	3 444	3 005	2 898	3 496	3 569	3 423	3 238	-5%
Maio	2284	2124	2046	2206	2475	2745	3 100	3 343	2 926	2 995	3 690	3 452	3 535	3 469	-2%
Junho	2258	2033	2123	2320	2536	2590	3 047	3 391	2 918	3 158	3 519	3 686	3 642	3 595	-1%
Julho	2451	2277	2331	2630	2893	2708	3 359	3 629	3 394	3 597	3 994	3 891	3 932	3 826	-3%
Agosto	2498	2347	2411	2745	2889	2793	3 426	3 716	3 419	3 637	3 979	3 852	3 787	3 756	-1%
Setembro	2307	2245	2264	2603	2700	2633	3 299	3 336	3 072	3 227	3 782	3 673	3 553	3 437	-3%
Outubro	2247	2192	2200	2588	2757	2737	3 372	3 292	3 118	3 488	3 821	3 659	3 578	3 516	-2%
Novembro	2037	2103	2244	2525	2846	2867	3 639	3 323	3 089	3 331	3 633	3 470	3 436	3 332	-3%
Dezembro	2309	2381	2425	2807	3069	3172	3 967	3 499	3 090	3 496	3 913	3 656	3 562	3 467	-3%
Total	**27 246**	**26 183**	**26 142**	**29 760**	**32 507**	**33 755**	**39 683**	**42 586**	**37 731**	**39 219**	**44 165**	**44 026**	**43 037**	**41 735**	**-3,0%**
Var. Anual		**-3,9%**	**-0,2%**	**13,8%**	**9,2%**	**3,8%**	**17,6%**	**7,3%**	**-11,4%**	**3,9%**	**12,6%**	**-0,3%**	**-2,2%**	**-3,0%**	

Tabela 2 - Sobrevoos na Fir (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)

As companhias aéreas que mais operações realizaram na FIR foram a TAP Air Portugal, a Ibéria, a Group Air France, a TAM Linhas Aéreas. O principal cliente da ASA a nível de faturação em 2014 passou a ser a TAP que em 2011 era a terceira. A Ibéria que tem sido o principal cliente da ASA, passou à segunda posição seguido do Group Air France.

Apresenta-se na Figura 1 a evolução dos sobrevoos na FIR oceânica do Sal nos últimos 15 anos.

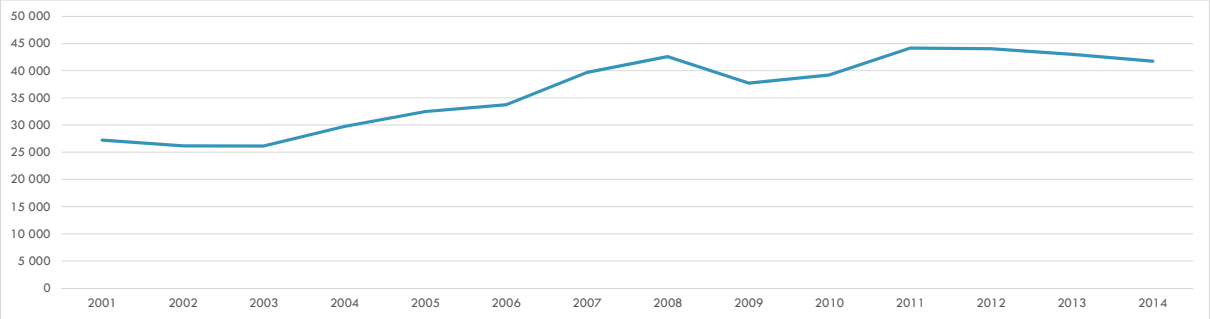


Figura 1 - Evolução dos Sobrevoos na FIR Oceânica

Atividade Aeroportuária

Movimento de Passageiros

Em 2014 a ASA movimentou um total de 1.798.000 passageiros excluindo os em trânsito, mantendo assim praticamente estável em relação ao volume de passageiros processados no período homólogo anterior.

No setor doméstico destacam-se aumentos em quase todos os aeroportos com exceção dos aeródromos de São Filipe no Fogo e da Preguiça em São Nicolau que registaram reduções de 11%, e 5,5% respetivamente. Essa redução explica-se em parte pela erupção vulcânica ocorrida na ilha do Fogo e pela irregularidade de voos domésticos da TACV.

Por outro lado, verificam-se crescimentos no setor doméstico nos restantes aeroportos com exceção do AIAC que manteve praticamente o mesmo volume de passageiros domésticos transportados no período homólogo anterior. Assim, temos aumentos de 4,1% no AIPNM, 1,7% no AIAP, 2,2% no AICE e 7,8% no Maio. Esses aumentos resultam essencialmente da utilização do aparelho B737-800 nas ligações domésticas nos aeroportos internacionais e alguma promoção de viagens inter-ilhas.

No setor internacional, verificamos aumentos de 2,9% no AIAC e de 2,8% no AICE justificados pela intensificação do tráfego nas rotas mais dinâmicas nomeadamente Portugal com a TAP, Inglaterra com a Thomson e França com a Tui bem como pela introdução de novas rotas de e para países nórdicos, a partir do aeroporto do Sal, como Arlanda na Suécia realizadas pela Thomas Cook.

AEROPORTO	NATUREZA	Evolução Anual					Variação 14/13	
		2010	2011	2012	2013	2014	Valor	%
AIAC - SAL	DOMÉSTICO	216.690	212.824	198.228	164.091	163.633	-458	-0,3%
	INTERNACIONAL	388.924	457.037	401.413	448.026	461.117	13.091	2,9%
	TOTAL	605.614	669.861	599.641	612.117	624.750	12.633	2,1%
AIPNM - PRAIA	DOMÉSTICO	285.324	299.060	276.927	244.153	254.074	9.921	4,1%
	INTERNACIONAL	221.481	231.655	220.122	225.320	227.319	1.999	0,9%
	TOTAL	506.805	530.715	497.049	469.473	481.393	11.920	2,5%
AIAP - BOAVISTA	DOMÉSTICO	71.369	83.546	69.015	52.339	53.231	892	1,7%
	INTERNACIONAL	214.363	297.194	356.686	357.568	345.479	-12.089	-3,4%
	TOTAL	285.732	380.740	425.701	409.907	398.710	-11.197	-2,7%
AICE - S.VICENTE	DOMÉSTICO	179.137	173.572	168.394	151.721	155.069	3.348	2,2%
	INTERNACIONAL	11.385	23.294	41.701	52.316	53.771	1.455	2,8%
	TOTAL	190.522	196.866	210.095	204.037	208.840	4.803	2,4%
AD S. FILIPE	DOMÉSTICO	69.159	71.051	74.408	58.094	51.724	-6.370	-11,0%
AD S. NICOLAU	DOMÉSTICO	25.934	26.659	26.436	23.088	21.814	-1.274	-5,5%
AD MAIO	DOMÉSTICO	16.936	19.209	16.125	9.986	10.769	783	7,8%
TOTAL	DOMÉSTICO	864.549	885.921	829.533	703.472	710.314	6.842	1,0%
	INTERNACIONAL	836.153	1.009.180	1.019.922	1.083.230	1.087.686	4.456	0,4%
	TOTAL	**1.700.702**	**1.895.101**	**1.849.455**	**1.786.702**	**1.798.000**	**11.298**	**0,6%**

***NOTA**: Não inclui passageiros em trânsito*

Tabela 3 - Movimento de passageiros (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)

Em termos de quotas, o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral lidera a movimentação de passageiros com 624.750 passageiros, seguido pelo Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela com um total de 481.393 passageiros. De notar que estes dois aeroportos representam 62% do total dos passageiros transportados nos aeroportos e aeródromos de Cabo Verde em 2014. Relativamente aos outros aeroportos, temos o Aeroporto Internacional Aristides Pereira e o Aeroporto Internacional Cesária Évora com 22% e 11% dos passageiros transportados respetivamente. O movimento de passageiros nos aeródromos representa 5% do total, destacando-se o aeródromo do Fogo com 3% dos passageiros transportados em 2014.

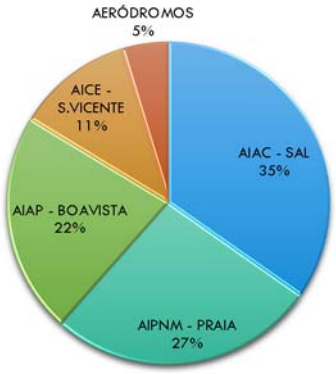


Figura 2 - Passageiros por Aeroporto

Nos quadros abaixo apresenta-se os movimentos de passageiros por operadora nos aeroportos internacionais:

ORIGEM/DESTINO/INTERNACIONAL - AIAC PASSAG.(EMB+DES+T)				
ORIGEM	CODE	Acumulado Janeiro a Dezembro		Quota
DESTINO		2014	VAR.14/13	2014
LISBOA-PORTUGAL	LPPT	90 138	2%	16%
GRAN-CANÁRIAS-ESPANHA	GCLP	66 002	3%	12%
AMSTERDAM, HOLANDA	EHAM	52 805	32%	10%
AIAP-BOAVISTA	GVBA	49 961	-2%	9%
GATWICK-INGLATERRA	EGKK	36 653	57%	7%
MANCHESTER-INGLATERRA	EGCC	26 103	18%	5%
CHARLESDEGAULLE-FRANÇA	LFPG	25 524	-15%	5%
BRUSSELS-BELGIUM	EBBR	25 395	13%	5%
STOCKHOLM, SUÉCIA	ESSA	19 420	116%	3%
PRAHA, REPUBLICA CHECA	LKPR	17 926	9%	3%
MALPENSA-ITÁLIA	LIMC	13 680	-21%	2%
BERGAMO-ITÁLIA	LIME	10 466	-31%	2%
BIRMINGHAM-INGLATERRA	EGBB	10 270	-51%	2%
VERONA, ITÁLIA	LIPX	8 487	3%	2%
ORLY-PARÍS-FRANÇA	LFPO	7 766	-4%	1%
FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL	SBFZ	6 898	69%	1%
FIUMICINO-ITÁLIA	LIRF	6 787	-16%	1%
BANJUL-GAMBIA	GBYD	6 475	-14%	1%
MÜNCHEN, ALEMANHÃ	EDDM	4 700	7%	1%
FRANCOFORTE-ALEMANHÃ	EDDF	4 084	-38%	1%
STUTTGART, ALEMANHÃ	EDDS	4 060	-3%	1%
PORTO, PORTUGAL	LPPR	4 024	-5%	1%
KOIN-BONN, NORTH, ALEMANHÃ	EDDK	3 908	-8%	1%
MULHOUSE-FRANÇA	LFSB	3 790	-9%	1%
BRATISLAVA, SLOVAKIA	LZIB	3 485	-35%	1%
HAMBURG-ALEMANHA	EDDH	3 289	3%	1%
LUXEMBOURG	ELLX	3 034	-54%	1%
MADRI ESPANHA	LEMD	2 734	-38%	0%
COPENHAGA-DINAMARCA	EKCH	566	-1%	0%
NATAL-RIO GRANDE DO NORTE-BRASIL	SBNT	311	-91%	0%
TENERIFE-SUL-CANÁRIAS-ESPANHA	GCTS	12	-95%	0%
OUTROS		36 662	-5%	7%
TOTAL	TOTAL	555 415	1,6%	100,0%

Tabela 4 - Movimento de passageiros internacionais por operadora no AIAC (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)

OPERADORAS COM MOVIMENTOS DOMÉSTICO - AIAC PASSAG.(EMB+DES+T)					
OPERADORAS DOMÉSTICO	ORIGEM DESTINO	Acumulado Janeiro a Dezembro 2013	2014	VAR.14/13	Quota 2014
TACV CABO VERDE AIRLINES	AIAP-BOAVISTA	20 114	22 642	13%	14%
	AD-MAIO	72	320	344%	0%
	AIDP-PRAIA	59119	64725	9%	39%
	AD-FOGO	118	34	-71%	0%
	AD-S.NICOLAU	16 943	16 653	-2%	10%
	AICE-S.VICENTE	55 977	51 354	-8%	31%
	Outros	284	889	213%	1%
	Total	**152 627**	**156 617**	**3%**	**95%**
CABO VERDE EXPRESS	AIAP-BOAVISTA	4103	2629	-36%	2%
	AD-MAIO	1	0	-100%	0%
	AIDP-PRAIA	1 904	1 685	-12%	1%
	AD-FOGO	3 319	2 730	-18%	2%
	AD-S.NICOLAU	184	132	-28%	0%
	AICE-S.VICENTE	216	267	24%	0%
	Outros	19	0	-100%	0%
	Total	**9 746**	**7 443**	**-24%**	**5%**
OUTROS		2 342	1 127	-52%	1%
TOTAL		**164 715**	**165 187**	**0,3%**	**100%**

Tabela 5 - Movimento de passageiros domésticos por operadora no AIAC (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)

OPERADORAS COM MOVIMENTOS INTERNACIONAL - AIDPNM PASSAG.(EMB+DES+T)					
OPERADORAS INTERNACIONAIS	ORIGEM DESTINO	Acumulado Janeiro a Dezembro 2013	2014	VAR.14/13	Quota 2014
TACV CABO VERDE AIRLINES	Lisboa-Portugal	35 685	48 040	35%	21%
	Boston	30 489	27 956	-8%	12%
	Dakar-Senegal	19 943	16 812	-16%	7%
	Charlesdegaulle-França	11 427	10 777	-6%	5%
	Fortaleza-Brasil	11 320	8 959	-21%	4%
	Bissau- Guine-Bissau	707	0	-100%	0%
	Amsterdão-Holanda	541	622	15%	0%
	GranCanária-Espanha	95	103	8%	0%
	Nice-França	0	0	0%	0%
	Outros	193	167	-13%	0%
	Total	**110 400**	**113 436**	**3%**	**49%**
SENEGALAIRLINES	Dakar-Senegal	8 200	4 294	-48%	2%
	Total	**8 200**	**4 294**	**-48%**	**2%**
TAP AIR PORTUGAL	Lisboa-Portugal	68 415	67 760	-1%	29%
	Total	**68 415**	**67 760**	**-1%**	**29%**
ROYALAIRMAROC	Banjul, Gambia	159	1 715	979%	1%
	Bissau- Guine-Bissau	8 904	8 217	-8%	4%
	Casablanca-Morocco	8 785	15 665	78%	7%
	Total	**17 848**	**25 597**	**43%**	**11%**
TAAG LINHAS AEREAS DE ANGOLA	São Tomé e Príncipe	12 909	13 339	3%	6%
	Casablanca-Morocco	152	0	-100%	0%
	Total	**13 061**	**13 339**	**2%**	**6%**
BINTERCANARIAS	Banjul, Gambia	829	61	-93%	0%
	GranCanária-Espanha	5 593	6 389	14%	3%
	Total	**6 422**	**6 450**	**0%**	**3%**
OUTROS		2 686	1 220	-55%	1%
TOTAL		**227 032**	**232 096**	**2%**	**100%**

Tabela 6 - Movimento de passageiros internacionais por operadora no AIDPNM (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)

OPERADORAS COM MOVIMENTOS DOMÉSTICO - AIDPNM PASSAG.(EMB+DES+T)					
OPERADORAS DOMÉSTICO	ORIGEM DESTINO	Acumulado Janeiro a Dezembro 2013	2014	VAR.14/13	Quota 2014
TACV CABO VERDE AIRLINES	AIAC-SAL	60 590	68 668	13%	27%
	AIAP-BOAVISTA	25 830	26 888	4%	11%
	AD-MAIO	9 648	10 612	10%	4%
	AD-FOGO	51 339	47 479	-8%	19%
	AD-S.NICOLAU	280	676	141%	0%
	AICE-S.VICENTE	90 475	96 063	6%	38%
	Outros	187	225	20%	0%
	Total	**238 349**	**250 611**	**5%**	**99%**
CABO VERDE EXPRESS	AIAC-SAL	1 914	1 648	-14%	1%
	AIAP-BOAVISTA	1 578	380	-76%	0%
	AD-MAIO	297	85	-71%	0%
	AD-FOGO	456	547	20%	0%
	AD-S.NICOLAU	55	73	33%	0%
	AICE-S.VICENTE	346	262	-24%	0%
	Outros	10	0	-100%	0%
	Total	**4 656**	**2 995**	**-36%**	**1%**
OUTROS		1 380	686	-50%	0%
TOTAL		**244 385**	**254 292**	**4%**	**100%**

Tabela 7 - Movimento de passageiros domésticos por operadora no AIDPNM (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)

ORIGEM/DESTINOS INTERNACIONAIS - AIAP PASSAG.(EMB+DES+T)				
ORIGEM / DESTINO	CODE	Acumulado Janeiro a Dezembro		Quota
		2014	VAR.14/13	2014
Ilha do Sal	GVAC	81 327	-2%	23%
Gatwick-Inglaterra	EGKK	43 243	-4%	12%
Manchester, Inglaterra	EGCC	43 134	0%	12%
Lisboa-Portugal	LPPT	36 742	16%	10%
GranCanária-Espanha	GCLP	35 540	-17%	10%
Birmingham-Inglaterra	EGBB	22 340	6%	6%
Tenerife-Sul-Canárias-Espanha	GCTS	15 241	25%	4%
Brussels-Belgium	EBBR	13 421	-5%	4%
Amsterdam, Holanda	EHAM	10 038	18%	3%
Orly-París-França	LFPO	7 870	-9%	2%
Porto-Portugal	LPPR	6 388	4%	2%
Praha, Republica Checa	LKPR	5 647	420%	2%
Malpensa-Itália	LIMC	4 470	-13%	1%
Verona-Itália	LIPX	4 059	-8%	1%
Charles de Gaulle, París, França	LFPG	3 590	-36%	1%
Fiumicino, Roma, Itália	LIRF	3 299	-11%	1%
Munich, Bavaria, Alemanha	EDDM	2 520	-6%	1%
Stuttgart, Alemanha	EDDS	2 463	-14%	1%
Mulhouse-França	LFSB	2 395	-2%	1%
Francoforte-Alemanha	EDDF	2 334	-45%	1%
Hannover, Alemanha	EDDV	2 286	-12%	1%
Köln-Bonn, Alemanha	EDDK	2 276	-7%	1%
Luxembourg-Holanda	ELLX	1 758	-55%	0%
Dakar-Senegal	GOOY	1 109	-66%	0%
Estocolmo-Súecia	ESSA	196	-88%	0%
Copenhaga-Dinamarca	EKCH	188	-84%	0%
Banjul, Gambia	GBYD	0	-100%	0%
Oslo, Norway	ENGM	0	-100%	0%
Helsinki, Finland	EFHK	0	-100%	0%
Glasgow-Inglaterra	EGPF	0	-100%	0%
Outros		7 016	54%	2%
Total		**360 890**	**-4%**	**100%**

Tabela 8 - Movimento de passageiros internacionais por operadora no AIAP (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)

OPERADORAS COM MOVIMENTOS DOMÉSTICO - AIAP PASSAG.(EMB+DES+T)					
OPERADORAS DOMÉSTICO	ORIGEM / DESTINO	Acumulado Janeiro a Dezembro			Quota
		2013	2014	VAR.14/13	2014
CABO VERDE EXPRESS	AIAC-SAL	2 781	1 659	-40%	3%
	AD-MAIO	0	0	0%	0%
	AIDP-PRAIA	923	250	-73%	0%
	AD-FOGO	2 346	1 475	-37%	3%
	AD-S.NICOLAU	12	36	200%	0%
	AICE-S.VICENTE	46	94	104%	0%
		6 108	**3 514**	**-42%**	**7%**
TACV CABO VERDE AIRLINES	AIAC-SAL	20 081	22 462	12%	42%
	AIDP-PRAIA	24 562	26 835	9%	50%
	AD-FOGO	117	0	-100%	0%
	AICE-S.VICENTE	1 431	220	-85%	0%
		46 191	**49 517**	**7%**	**93%**
Outros		363	285	-21%	1%
TOTAL		**52 662**	**53 316**	**1%**	**100%**

Tabela 9 - Movimento de passageiros domésticos por operadora no AIAP (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)

OPERADORAS COM MOVIMENTOS INTERNACIONAL - AICE - S. VICENTE PASSAG.(EMB+DES+T)					
OPERADORAS INTERNACIONAIS	ORIGEM DESTINO	Acumulado Janeiro a Dezembro 2013	2014	VAR.14/13	Quota 2014
TACV CABO VERDE AIRLINES	Amsterdão-Holanda	4 187	5 015	20%	9%
	Boston	293	0	-100%	0%
	Nice-França	591	0	-100%	0%
	Charlesdegaulle-França	10 626	10 581	0%	20%
	Orly-París-França	196	0	-100%	0%
	Lisboa-Portugal	9 012	10 102	12%	19%
	Total	**24 905**	**25 698**	**3%**	**48%**
WHITEAIRWAYS	Fuerteventura-Espanha	83	33	-60%	0%
	Funchal, Madeira-Portugal	84	2 262	2593%	4%
	Total	**167**	**2 295**	**1274%**	**4%**
TAP AIR PORTUGAL	Lisboa-Portugal	20 291	22 336	10%	42%
	Total	**20 291**	**22 336**	**10%**	**42%**
TRANSAVIA	Amsterdão-Holanda	909	1 637	80%	3%
	AIAC-SAL	3 128	1 577	-50%	3%
	Toulouse-France	177	0	-100%	0%
	Charlesdegaulle-França	589	0	-100%	0%
	Orly-París-França	724	60	-92%	0%
	Porto-Portugal	1 140	0	-100%	0%
	Total	**6 667**	**3 274**	**-51%**	**6%**
OUTROS		349	209	-40%	0%
TOTAL		**52 379**	**53 812**	**3%**	**100%**

Tabela 10 - Movimento de passageiros internacionais por operadora no AICE (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)

OPERADORAS COM MOVIMENTOS DOMÉSTICO - AICE - S. VICENTE PASSAG.(EMB+DES+T)					
OPERADORAS DOMÉSTICO	ORIGEM DESTINO	Acumulado Janeiro a Dezembro 2013	2014	VAR.14/13	Quota 2014
TACV CABO VERDE AIRLINES	AIAC-SAL	55 571	52 353	-6%	34%
	AIAP-BOAVISTA	1 756	253	-86%	0%
	AIDP-PRAIA	87 043	96 172	10%	62%
	AD-FOGO	0	0	0%	0%
	AD-S.NICOLAU	5 342	4 958	-7%	3%
	Total	**149 712**	**153 736**	**3%**	**99%**
CABO VERDE EXPRESS	AIAC-SAL	221	273	24%	0%
	AIAP-BOAVISTA	48	78	63%	0%
	AIDP-PRAIA	326	274	-16%	0%
	AD-FOGO	106	0	-100%	0%
	AD-S.NICOLAU	33	28	-15%	0%
	Total	**734**	**653**	**-11%**	**0%**
OUTROS		1 356	732	-46%	0%
TOTAL		**151 802**	**155 121**	**2%**	**100%**

Tabela 11 - Movimento de passageiros domésticos por operadora no AICE (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)

Aeronaves

Em 2014, os aeroportos e aeródromos de Cabo Verde movimentaram 28.163 aeronaves, o que se traduz numa redução de 566 movimentos de aeronaves, cerca de 2% a menos em comparação com o período homólogo anterior. A redução de 2,6% verificada no setor doméstico é explicada basicamente pela redução de frota ATR da companhia nacional e a realização de grande parte dos voos internos utilizando o aparelho B737-800 afetando assim o número de frequências. A redução de 1,2% no setor internacional, 154 movimentos a menos em relação ao ano 2013, foi influenciada pela retoma turística no Magrebe e no Mashreq (Tunísia, Egipto, Marrocos, Argélia) reduzindo as operações internacionais adicionais introduzidas principalmente pela NEOS aquando da ocorrência da primavera árabe.

AEROPORTO	NATUREZA	Evolução Anual					Variação 14/13	
		2010	2011	2012	2013	2014	Valor	%
AIAC - SAL	DOMÉSTICO	5.931	6.216	5.944	3.892	3.808	-84	-2,2%
	INTERNACIONAL	5.153	5.595	6.015	6.219	6.247	28	0,5%
	TOTAL	11.084	11.811	11.959	10.111	10.055	-56	-0,6%
AIPNM - PRAIA	DOMÉSTICO	7.636	8.112	7.195	5.196	5.049	-147	-2,8%
	INTERNACIONAL	2.792	2.906	3.080	3.139	2.980	-159	-5,1%
	TOTAL	10.428	11.018	10.275	8.335	8.029	-306	-3,7%
AIAP - BOAVISTA	DOMÉSTICO	2.264	2.995	2.568	1.508	1.507	-1	-0,1%
	INTERNACIONAL	1.674	2.177	2.724	2.874	2.839	-35	-1,2%
	TOTAL	3.938	5.172	5.292	4.382	4.346	-36	-0,8%
AICE - S.VICENTE	DOMÉSTICO	4.465	4.295	3.802	2.859	2.966	107	3,7%
	INTERNACIONAL	129	271	449	552	564	12	2,2%
	TOTAL	4.594	4.566	4.251	3.411	3.530	119	3,5%
AD S. FILIPE	DOMÉSTICO	2.235	2.354	2.247	1.643	1.367	-276	-16,8%
AD S. NICOLAU	DOMÉSTICO	630	789	819	578	538	-40	-6,9%
AD MAIO	DOMÉSTICO	506	768	464	269	298	29	10,8%
TOTAL	DOMÉSTICO	23.667	25.529	23.039	15.945	15.533	-412	-2,6%
	INTERNACIONAL	9.748	10.949	12.268	12.784	12.630	-154	-1,2%
	TOTAL	**33.415**	**36.478**	**35.307**	**28.729**	**28.163**	**-566**	**-2,0%**

Tabela 12 - Movimento de aeronaves (Fonte: Boletim de Tráfego ASA, S.A. GMCG)

Numa análise comparativa entre os aeroportos e aeródromos de Cabo verde, podemos observar que o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral continua a ser o líder do ranking com 10.055 movimentos de aeronaves, seguindo-se o Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela com 8.029 movimentos.

Destaca-se também o aumento de 3,5% nas aeronaves movimentadas no Aeroporto Internacional Cesária Évora que se deve à intensificação de voos tendo como origem/destino os aeroportos do Sal (AIAC) e da Praia (AIPNM) e o aumento de 10,8% no Aeródromo do Maio devido a ligeira retoma dos voos domésticos pela companhia nacional.

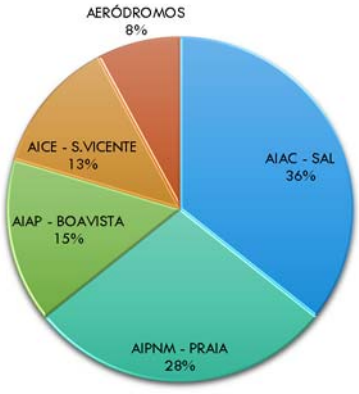


Figura 3 - Aeronaves por Aeroporto

Carga

Relativamente ao movimento de carga, em 2014 registou-se um aumento de 8,2% no total dos aeroportos e aeródromos do País em comparação com 2013. Este aumento foi influenciado principalmente pelo crescimento de 22,5% registado no movimento de carga no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral.

AEROPORTO	NATUREZA	Evolução Anual					Variação 14/13	
		2010	2011	2012	2013	2014	Valor	%
AIAC - SAL	DOMÉSTICO	716.931	711.519	634.791	592.006	599.353	7.347	1,2%
	INTERNACIONAL	479.900	477.133	287.932	270.011	456.782	186.771	69,2%
	TOTAL	1.196.831	1.188.652	922.723	862.017	1.056.135	194.118	22,5%
AIPNM - PRAIA	DOMÉSTICO	755.915	801.969	679.894	688.920	709.573	20.653	3,0%
	INTERNACIONAL	792.072	828.389	741.412	620.768	655.965	35.197	5,7%
	TOTAL	1.547.987	1.630.358	1.421.306	1.309.688	1.365.538	55.850	4,3%
AIAP - BOAVISTA	DOMÉSTICO	234.943	264.001	183.102	149.668	200.212	50.544	33,8%
	INTERNACIONAL	48.716	190.097	62.105	101.215	56.334	-44.881	-44,3%
	TOTAL	283.659	454.098	245.207	250.883	256.546	5.663	2,3%
AICE - S.VICENTE	DOMÉSTICO	416.130	363.269	299.784	285.272	313.292	28.020	9,8%
	INTERNACIONAL	83.180	198.348	206.658	274.078	242.925	-31.153	-11,4%
	TOTAL	499.310	561.617	506.442	559.350	556.217	-3.133	-0,6%
AD S. FILIPE	DOMÉSTICO	75.736	107.649	67.143	51.974	45.622	-6.352	-12,2%
AD S. NICOLAU	DOMÉSTICO	39.165	41.588	35.190	27.594	27.987	393	1,4%
AD MAIO	DOMÉSTICO	17.862	17.682	19.077	11.396	15.313	3.917	34,4%
TOTAL	DOMÉSTICO	2.256.682	2.307.677	1.918.981	1.806.830	1.911.352	104.522	5,8%
	INTERNACIONAL	1.403.868	1.693.967	1.298.107	1.266.072	1.412.006	145.934	11,5%
	TOTAL	**3.660.550**	**4.001.644**	**3.217.088**	**3.072.902**	**3.323.358**	**250.456**	**8,2%**

Tabela 13 - Movimento de cargas (Fonte: Boletim de tráfego ASA, S.A. GMCG)

Em termos de quotas o Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela continua a ser o mais representativo, sendo que em 2014 movimentou 1.365.538 kg correspondendo a 41% do total. Segue-se o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (32%), Cesária Évora (17%), Aristides Pereira (8%) e os Aeródromos (2%).

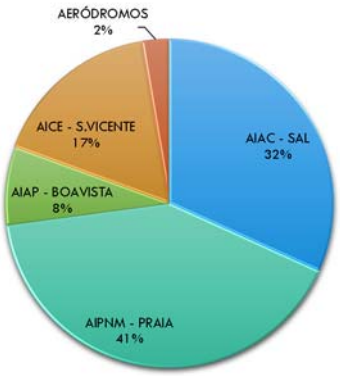


Figura 4 - Carga por Aeroporto

Correios

Relativamente aos correios registou-se em 2014 um volume de 335.340 kg, um aumento de 17,2% relativamente ao ano anterior, contribuído em 27% pelos movimentos domésticos e em 5,3% pelos movimentos internacionais. Em 2014 o maior aumento registou-se no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral em 76,9%, seguido pelo aumento de 17% no Aeroporto Internacional Aristides Pereira e 5,6% no Aeroporto Internacional Cesária Évora. O Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela e os aeródromos registaram evolução negativa.

AEROPORTO	NATUREZA	Evolução Anual					Variação 14/13	
		2010	2011	2012	2013	2014	Valor	%
AIAC - SAL	DOMÉSTICO	61.082	58.601	41.736	37.370	60.321	22.951	61,4%
	INTERNACIONAL	47.797	46.589	28.657	29.242	57.522	28.280	96,7%
	TOTAL	108.879	105.190	70.393	66.612	117.843	51.231	76,9%
AIPNM - PRAIA	DOMÉSTICO	64.373	55.553	50.728	65.384	81.276	15.892	24,3%
	INTERNACIONAL	85.551	84.491	75.401	80.264	58.896	-21.368	-26,6%
	TOTAL	149.924	140.044	126.129	145.648	140.172	-5.476	-3,8%
AIAP - BOAVISTA	DOMÉSTICO	7.526	5.875	6.603	6.432	7.572	1.140	17,7%
	INTERNACIONAL	15	232	0	81	51	-30	-37,0%
	TOTAL	7.541	6.107	6.603	6.513	7.623	1.110	17,0%
AICE - S.VICENTE	DOMÉSTICO	62.827	55.884	36.855	33.719	36.718	2.999	8,9%
	INTERNACIONAL	942	4.960	14.147	19.936	19.936	0	0,0%
	TOTAL	63.769	60.844	51.002	53.655	56.654	2.999	5,6%
AD S. FILIPE	DOMÉSTICO	8.026	5.452	5.247	5.277	4.750	-527	-10,0%
AD S. NICOLAU	DOMÉSTICO	5.831	5.855	5.095	5.346	5.302	-44	-0,8%
AD MAIO	DOMÉSTICO	3.008	3.159	3.027	3.174	2.996	-178	-5,6%
TOTAL	DOMÉSTICO	212.673	190.379	149.291	156.702	198.935	42.233	27,0%
	INTERNACIONAL	134.305	136.272	118.205	129.523	136.405	6.882	5,3%
	TOTAL	**346.978**	**326.651**	**267.496**	**286.225**	**335.340**	**49.115**	**17,2%**

Tabela 14 - Movimento de correio (Fonte: Boletim de tráfego ASA, GMCG)

Embora sem crescimento o Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela detém a maior quota em termos de movimentação de correios, representando 42% do total dos transportes de correios efetuados pela ASA enquanto o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral representa 35%, o Aeroporto Internacional Cesária Évora 17%, e o Aeroporto Internacional Aristides Pereira e aeródromos os restantes 6%

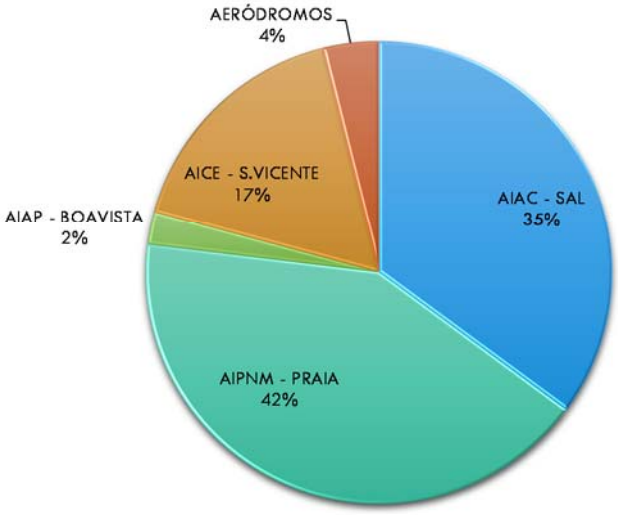


Figura 5 - Correios por Aeroporto

Desempenho Económico

Resultados

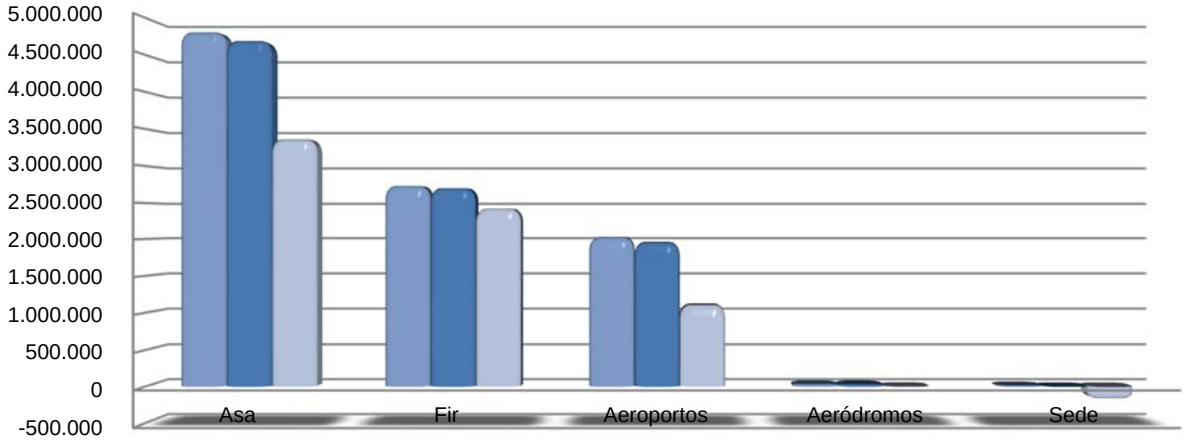
Os resultados líquidos da empresa em 2014 traduzem-se em lucro no valor de duzentos e oitenta mil, seiscentos e trinta (280.630) mECV. Regista-se uma variação positiva nos resultados líquidos de cento e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa (154.590) mECV em relação ao resultado líquido do ano anterior, justificada essencialmente pela redução registada nos gastos, com maior impacto nos fornecimentos e serviços externos na rubrica da taxa de regulação, devido a alteração na legislação que reduziu a taxa de regulação na Fir Oceânica de 8% para 5%.

U = mECV

RÚBRICAS	VALORES 2014	VALORES 2013	VARIAÇÃO EM %
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	4.697.561	4.825.890	-2,66%
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-1.331.715	-1.637.697	-18,7%
VALOR ACRESCENTADO BRUTO……	***3.365.846***	***3.188.193***	**5,6%**
VAB / Efectivo Médio	***1.442***	***1.327***	**8,7%**
Efectivo Médio	2.334	2.403	-2,9%
GASTOS COM O PESSOAL	-1.234.613	-1.242.282	-0,6%
EBITDA	**2.023.085**	**1.580.586**	**28,0%**
Margem EBITDA	**43%**	**33%**	**31,5%**
EBIT	**787.552**	**390.564**	**101,6%**
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	-160.336	-70.911	126,2%
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	**280.630**	**126.041**	**122,7%**

Tabela 15 - Resumo da Demonstração de Resultados

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) atingiu os três milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e seis (3.365.846) mECV, gerado em cerca de 72% pela Navegação Aérea e 33% pelos Aeroportos, sendo absorvido em 5% pela SEDE da empresa. O VAB gerado pela Navegação aérea representa cerca de 89% dos rendimentos totais deste setor, enquanto o gerado pelos Aeroportos correspondem a 55% dos rendimentos aeroportuários.



	Asa	Fir	Aeroportos	Aeródromos	Sede
Total de Rendimentos	4.815.248	2.732.757	2.024.072	39.162	19.258
Vendas e Prestações de serviços	4.697.561	2.703.192	1.956.301	37.330	738
VAB	3.365.846	2.425.333	1.104.870	3.754	-168.110

Figura 6 - VAB por área de negócio em mECV

O EBITDA (resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) cifra-se em dois milhões, vinte e três mil, e oitenta e cinco (2.023.085) mECV, um aumento de 28% quando comparado com o ano anterior, que se deve essencialmente à redução 18,7% nos gastos de fornecimentos e serviços externos, resultado essencialmente das políticas internas de racionalização dos gastos de funcionamento.

Com o efeito das depreciações e amortizações que diminuíram em cerca de 6,3% devido ao término depreciação dos equipamentos da Navegação Aérea resultante do investimento no Centro de Controlo em 2004, regista-se um EBIT (resultado antes de juros e impostos) no valor de setecentos e oitenta e sete mil e quinhentos e cinquenta e dois (787.552) mECV, um aumento de 101,6% relativamente ao valor registado em 2013.

Os resultados antes de impostos atingiram o montante de trezentos e cinquenta e um mil e quatrocentos e noventa e oito (351.498) mECV.

A Figura 7 a seguir evidencia a variação dos resultados da ASA entre 2014 e 2013.

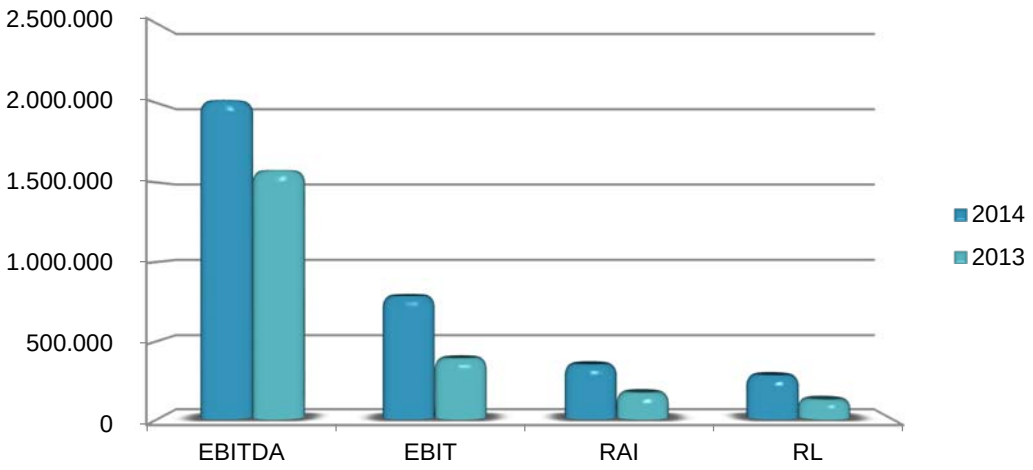


Figura 7 - Resultados

Observa-se no quadro seguinte (tabela 16) os resultados líquidos por centro analítico. Verifica-se que a FIR oceânica do Sal continua sendo o principal centro, a gerar resultados positivos expressivos, sendo que, além do Aeroporto Internacional Aristides Pereira que apresenta um resultado também positivo, os restantes aeroportos e os aeródromos registaram prejuízos à semelhança dos anos anteriores.

U= mECV

RÚBRICAS	NAVEGAÇÃO AÉREA	AEROPORTOS							SEDE	TOTAL
		INTERNACIONAIS					Aeródromos	TOTAL		
		AIAC	AIPNM	AICE	AIAP	TOTAL	TOTAL			
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2.703.192	849.989	513.572	144.260	448.480	1.956.301	37.330	1.993.631	738	4.697.561
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-277.860	-346.203	-312.449	-83.003	-109.776	-851.431	-33.576	-885.007	-168.848	-1.331.715
VAB	2.425.333	503.786	201.123	61.257	338.704	1.104.870	3.754	1.108.624	-168.110	3.365.846
EBITDA	2.148.326	230.463	10.396	-58.374	253.664	436.150	-49.551	386.599	-511.839	2.023.086
Margem EBITDA	79%	27%	2%	-40%	57%	22%	-133%	19%		43%
EBIT	2.096.296	-127.785	-319.687	-271.490	86.068	-632.894	-141.880	-774.774	-533.969	787.553
IMPOSTO SOBRE LUCROS LÍQUIDO	-416.176	49.054	74.987	71.653	-865	194.830	31.002	225.832	119.474	-70.868
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.647.982	-194.247	-296.935	-283.734	3.424	-771.492	-122.763	-894.256	-473.097	280.630
RESULTADO LÍQUIDO 2013	1.539.628	-285.422	-278.512	-241.341	-13.506	-818.781	-108.882	-927.663	-485.925	126.040
Variação RL 2014/2013	7%	32%	-7%	-18%	125%	6%	-13%	4%	3%	123%

Tabela 16 - Resultado Liquido por centro analítico

U = mECV

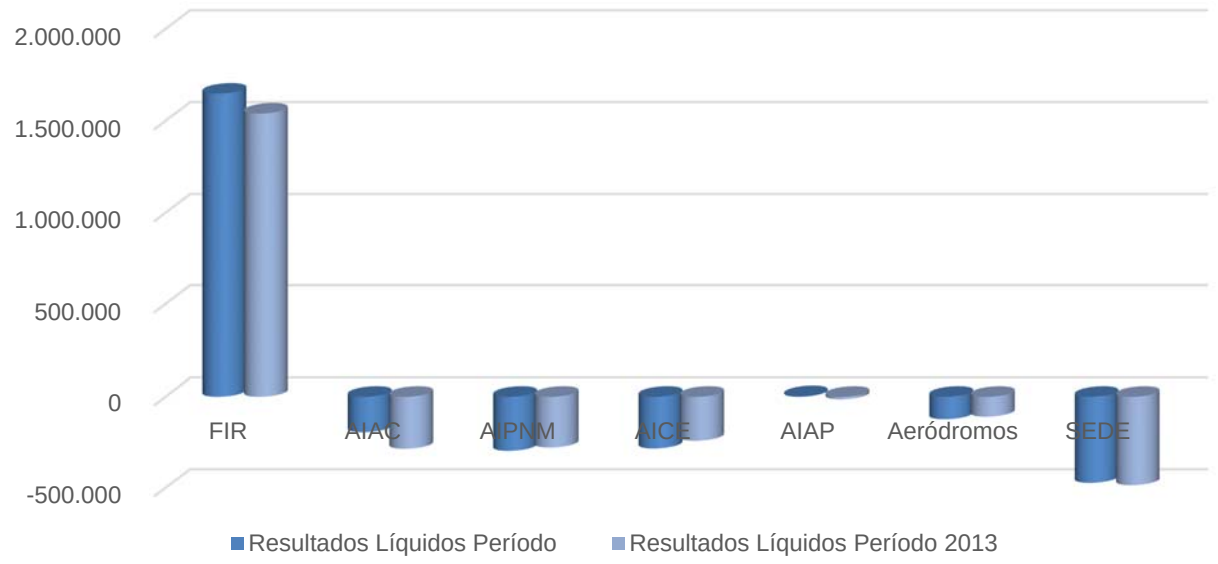


Figura 8 - Resultados por centro de custo

Os principais indicadores de desempenho e criação de valor (Tabela 17) mostram que a empresa tem conseguido criar valor e assim arcar com a demanda de recursos exigida pela sua expansão em termos operacionais, quer em termos tecnológicos e humanos.

O Autofinanciamento gerado em 2014, no montante de 1.579.234 mECV aumentou em 12% relativamente ao gerado em 2013 e cobre, cerca de 48% do volume de investimentos do período.

O indicador de crescimento financeiro (EBITDA / Volume de Negócios) indica um potencial de geração de caixa de 43% e regista um aumento de 32% em relação ao ano anterior. A rentabilidade líquida dos ativos é de 5%, um aumento de 106% em relação ao ano anterior.

O indicador de produtividade do trabalho (VAB / Efetivo Médio) espelha a eficiência da empresa na gestão dos recursos humanos.

U = mECV

RACIOS	MÉTRICA	VALORES 2014	VALORES 2013	VARIAÇÃO
Rendibilidade Económica	EBIT / Ativo Líquido	5%	2%	106%
Margem EBITDA	EBITDA / Receitas	43%	33%	32%
VAB	Vendas - FSE	3 365 846	3 188 193	6%
VAB/Efetivo Médio	VAB/Efetivo Médio	1 442	1 327	9%
Autofinanciamento	Resultado Líquido + Depreciações + Imparidades + Provisões	1 579 809	1 405 132	12%
Taxa de Cobertura do Autofinanciamento	Autofinanciamento / Volume de Investimentos	48%	171%	-72%
Investimentos	Volume de Investimentos	3 429 373	822 640	317%

Tabela 17 - Quadro de indicadores de Desempenho

Rendimentos

A empresa registou em 2014 rendimentos totais no montante de quatro milhões, oitocentos e quinze mil, duzentos e quarenta e oito (4.815.248) mECV. Destaca-se o crescimento de 14,2% verificado nos rendimentos aeroportuários explicado por um lado pela introdução taxa de segurança aeroportuária e por outro por ligeiros aumentos nos rendimentos provenientes de serviços a passageiros e outros serviços de tráfego. Igualmente houve um incremento da atividade comercial que resultou num aumento de 3,9% nos rendimentos comerciais.

U = mECV

Rúbricas			Variação	
	2014	2013	Valor	%
Serviços de Navegação Aérea	2.703.192	3.066.542	-363.350	-11,8%
Serviços Aeroportuários	1.844.256	1.614.846	229.410	14,2%
Serviços Comerciais	150.112	144.501	5.611	3,9%
Ganhos de Financiamento	15.913	19.396	-3.483	-18,0%
Reversões	0	59.928	-59.928	-100,0%
Outros Rendimentos*	101.774	84.969	16.805	19,8%
Total de Rendimentos	**4.815.248**	**4.990.182**	**-174.935**	**-3,5%**

* Inclui electricidade, diferença de câmbio, outras imparidades

Tabela 18 - Rendimentos por área de negócios

Os rendimentos totais da empresa estão repartidos da seguinte forma: 56% são provenientes dos serviços de navegação aérea, 38% são provenientes de serviços aeroportuários aeronáuticos, 3% são provenientes de serviços comerciais e 3% correspondem a outros rendimentos não ligados a atividade operacional da empresa.

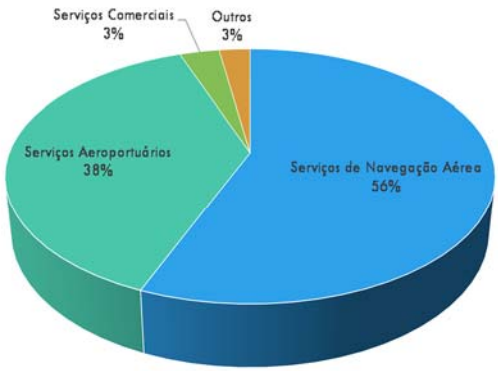


Figura 9 - Rendimentos por área de negócio

Os rendimentos provenientes da atividade operacional da empresa têm a seguinte estrutura: 58% são rendimentos da Navegação aérea, 42% são rendimentos aeroportuários, dos quais 92% são rendimentos de serviços aeronáuticos e 8% são rendimentos da atividade comercial nos aeroportos.

Da comparação da estrutura de rendimentos de 2014 com a de 2013, destaca-se uma modificação nos pesos dos rendimentos de Navegação Aérea que passam de 64% em 2013 para 58% em 2014 e, inversamente os rendimentos aeroportuários passam a ter um peso de 42% em 2014 contra os 36% em 2013. Essa modificação resulta da diminuição dos rendimentos de Navegação Aérea resultante por um lado, da redução de movimentos na FIR Oceânica do Sal, mas também de ligeiros aumentos verificados nos rendimentos aeroportuários, como consequência da introdução da Taxa de Segurança Aeroportuário (TSA) e ligeiros aumentos nos rendimentos de serviços a passageiros.

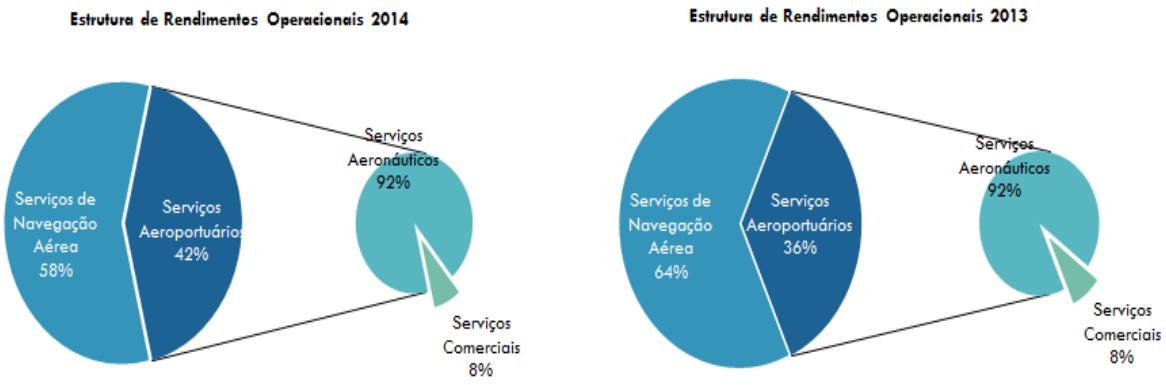


Figura 10 - Estrutura de Rendimentos Operacionais 2014 e 2013

O volume de negócios no montante de quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil e quinhentos e sessenta e um (4.697.561) mECV foi gerado em 58% pelos serviços de navegação aérea e 42% pelos serviços aeroportuários (aeronáuticos mais comerciais).

U= mECV

Rúbricas			Variação	
	2014	2013	Valor	%
Serviços de Navegação Aérea	2.703.192	3.066.542	-363.350	-11,8%
Serviços Aeroportuários	1.844.257	1.614.846	229.411	14,2%
Serviços Comerciais	150.112	144.501	5.611	3,9%
Total Prestação de serviços	4.697.561	4.825.890	-128.328	-2,7%

Tabela 19 - Volume de negócio

O gráfico seguinte apresenta a variação das vendas e prestação de serviços por área de negócios entre 2014 e 2013. Verifica-se que contrariamente aos serviços de navegação aérea que registam um decréscimo em relação ao ano anterior, os serviços aeroportuários registaram crescimento.

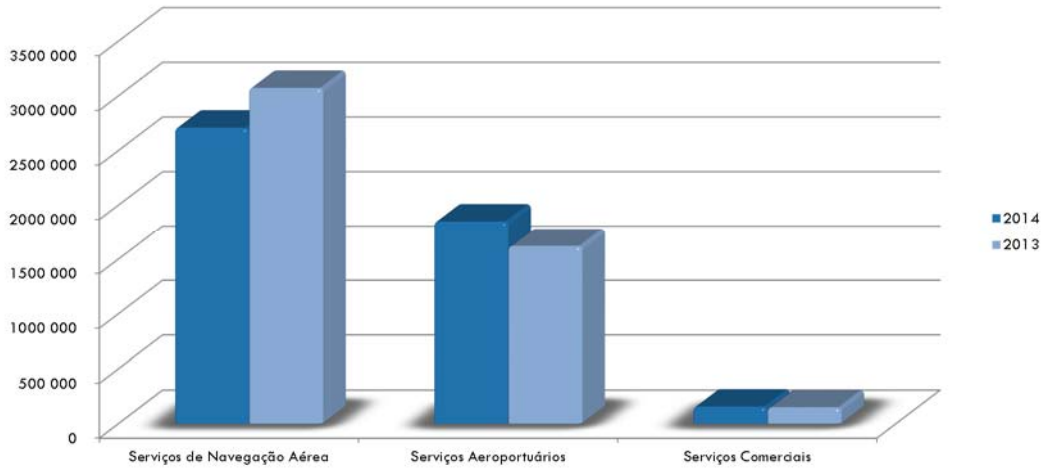


Figura 11 - Variação das vendas e prestações de Serviços

Os rendimentos referentes aos serviços de navegação aérea cifraram-se em dois milhões, setecentos e três mil, cento e noventa e dois (2.703.192) mECV, menos 11,8% do que no ano anterior, justificado pela redução dos movimentos na FIR Oceânica. No entanto a redução é mais acentuada nos rendimentos devido a eventual utilização de rotas de menor distância e aeronaves de menor peso, fatores que influenciam o cálculo deste rendimento. A empresa já destacou um grupo de trabalho para analisar estes dados e propor medidas para evitar a continuidade da tendência descendente dos rendimentos na FIR Oceânica.

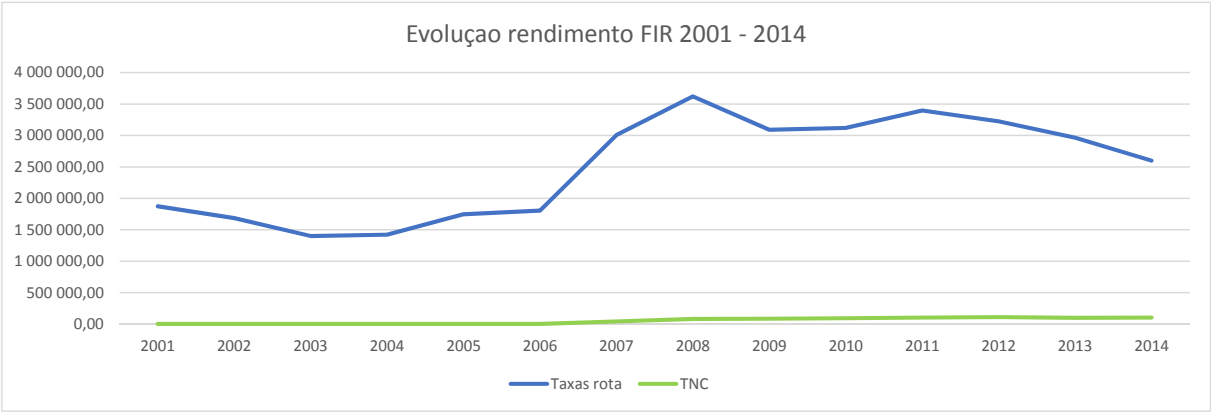


Figura 12 - Evolução dos Rendimentos da Navegação Aérea

A taxa de rota representa 96% deste valor e a taxa de navegação terminal (TNC) os restantes 4%.

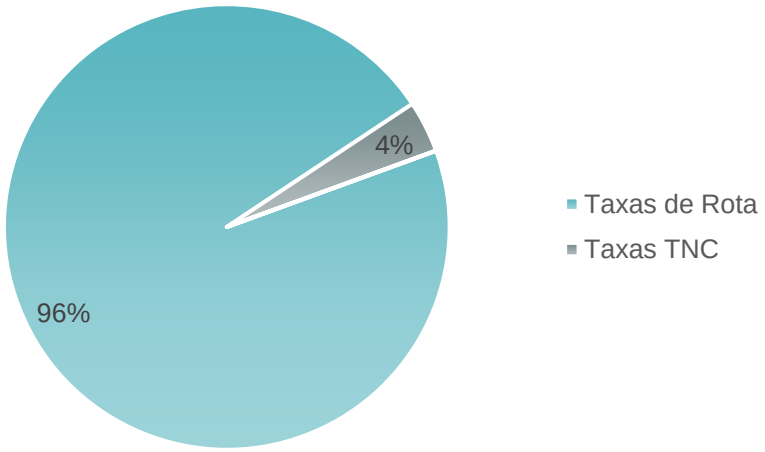


Figura 13 – Composição Rendimentos de Navegação Aérea

Os rendimentos de tráfego aeroportuário totalizaram um milhão, oitocentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis (1.844.256) mECV e os comerciais cento e cinquenta mil, cento e doze (150.112) mECV, 92% e 8% dos rendimentos aeroportuários respetivamente.

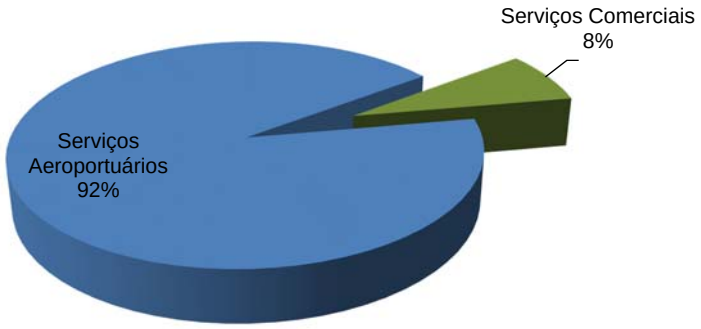


Figura 14 – Composição Rendimentos Aeroportuários

Os rendimentos provenientes dos serviços a passageiros e da aterragem e descolagem representam em conjunto 78% dos rendimentos aeroportuários. A taxa de segurança aeroportuária que entrou em vigor em 2014 representa 10% dos rendimentos aeroportuários. As restantes taxas de tráfego representam 12% deste total.

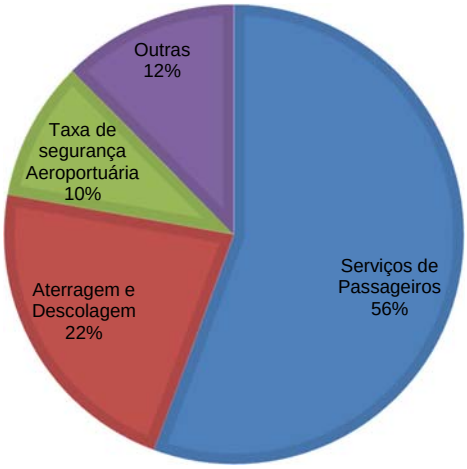


Figura 15 – Rendimentos Aeroportuários por Serviço

Relativamente à distribuição dos rendimentos aeroportuários pelos aeroportos e aeródromos de Cabo Verde, verifica-se na figura 16 que 42% desses rendimentos em 2014 foram gerados no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral. O Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela representa 25% e o Aeroporto Internacional Aristides Pereira 23% dos rendimentos provenientes dos serviços aeroportuários. Com quotas menores, o Aeroporto Internacional Cesária Évora com 8% e os Aeródromos com 2%.

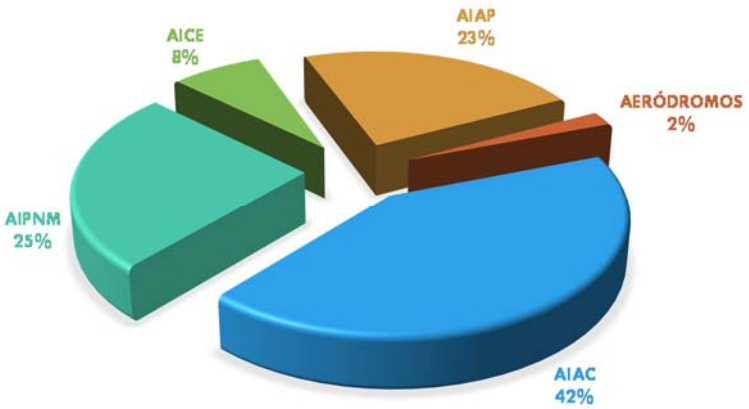


Figura 16 - Distribuição dos rendimentos aeroportuários por aeroporto

Quanto aos rendimentos comerciais, verifica-se que a maior fonte de rendimento é a ocupação de edifícios representando mais de metade desses rendimentos. A comparticipação nas vendas de

lojas e restaurantes/bares tem também grande peso nesta categoria de rendimentos com uma quota de 27%. Entre os restantes rendimentos comerciais, destacam-se os reclames e letreiros representando 8% dos rendimentos comerciais totais em 2014.

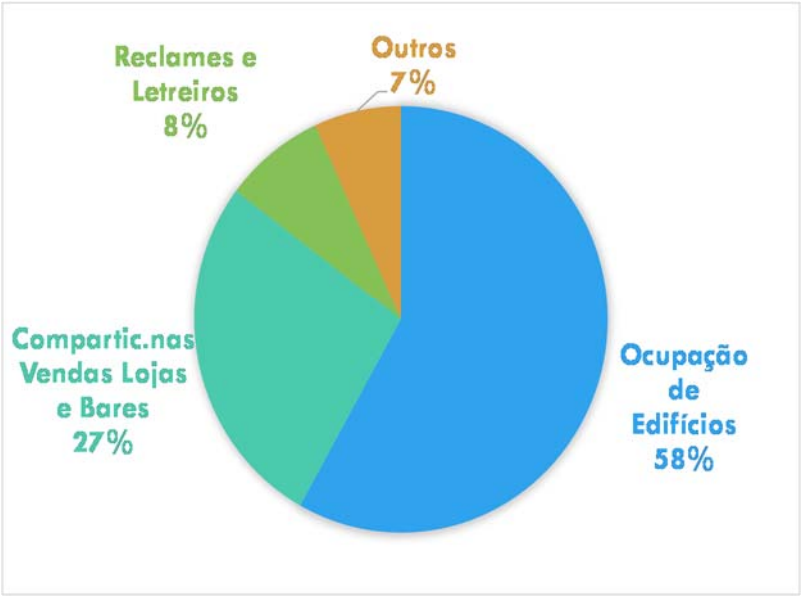


Figura 17 - Tipos de serviços comerciais

O Aeroporto Internacional Amílcar Cabral é responsável por 50% dos rendimentos comerciais registados em 2014, seguido do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela com 30% e do Aeroporto Internacional Aristides Pereira com 14%. O Aeroporto Internacional Cesária Évora representa apenas 5% dos rendimentos comerciais e os aeródromos não têm um peso significativo.

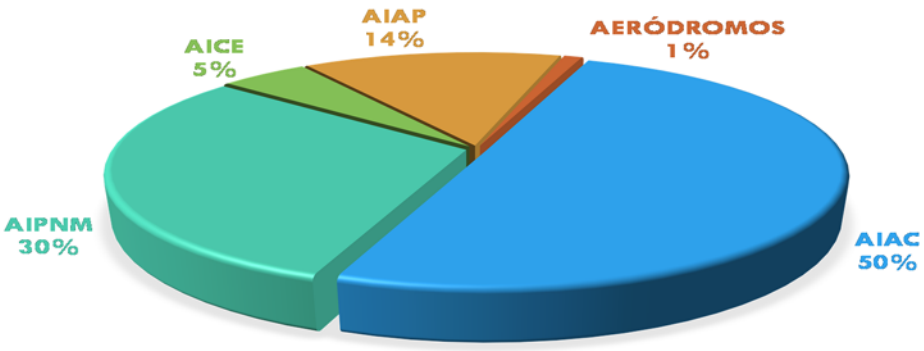


Figura 18 - Distribuição dos rendimentos comerciais por aeroporto

Gastos

Os gastos totais do período cifraram-se em quatro milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, setecentos e quarenta e oito (4.463.748) mECV, registando-se assim uma redução de 7,4% comparativamente ao ano anterior.

U=mECV

Rúbricas			Variação	
	2014	2013	Valor	%
Fornecimentos e Serviços Externos	1.331.715	1.637.697	-305.983	-18,7%
Gastos com Pessoal	1.234.613	1.242.282	-7.669	-0,6%
Depreciações e Amortizações	1.114.911	1.189.732	-74.821	-6,3%
Imparidade de dívidas a receber	183.431	110.584	72.847	65,9%
Provisões	19.014	38.992	-19.978	-51,2%
Juros e perdas de financiamento	451.967	240.342	211.625	88,1%
Outros gastos e perdas	128.096	361.224	-233.128	-64,5%
Total de Gastos	**4.463.747**	**4.820.854**	**-357.106**	**-7,4%**

Figura 19 - Quadro resumo dos gastos

A estrutura de pgastos da empresa mostra que os fornecimentos e serviços externos representam a maior fatia dos gastos totais da empresa com um peso de 30%, logo a seguir os gastos com o pessoal com um peso 28%, e as depreciações e amortizações com 25%. Os restantes gastos representam 17% do total, dos quais, 10% são referentes a juros e perdas de financiamento, 3% referem-se a outros gastos e perdas, 3% correspondem às imparidades e provisões do período.

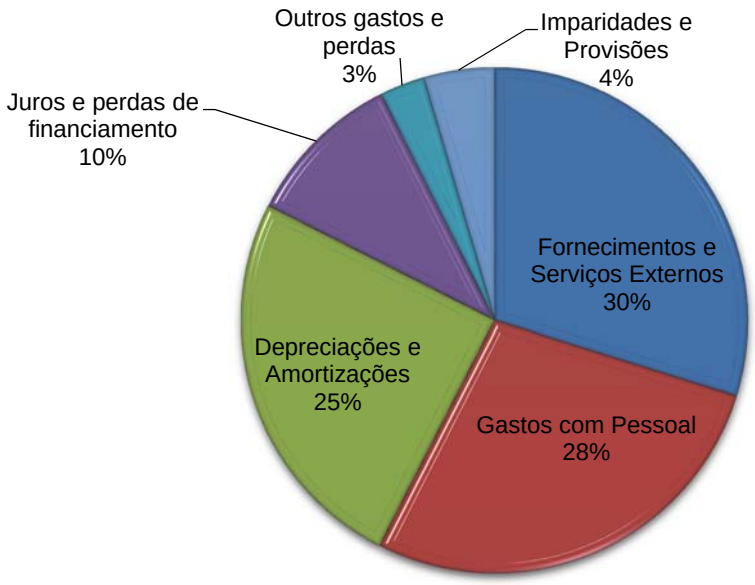


Figura 20 - Estrutura dos Gastos

A repartição dos gastos pelos centros de custo mostra que os Aeroportos e Aeródromos são responsáveis por 71% dos gastos totais, a Navegação Aérea por 15% e a Sede da empresa por 14%. Entre os aeroportos destacam-se o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral representando 25% dos gastos totais em 2014 e o Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela com 21% da totalidade de gastos do período.

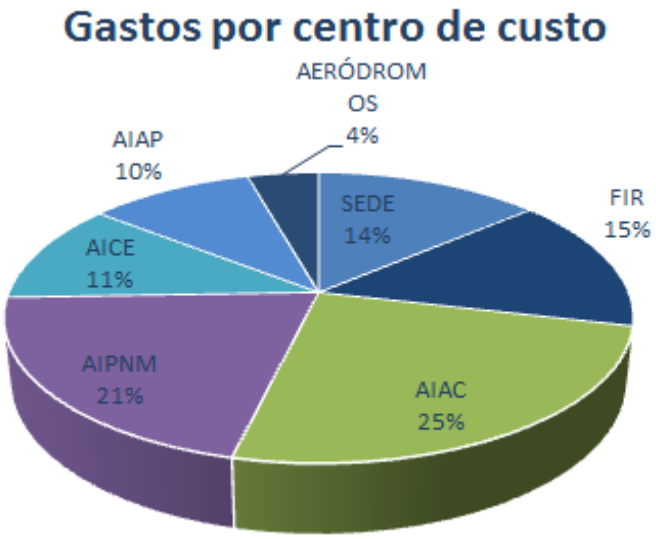


Figura 21 - Repartição dos gastos por aeroporto

Os fornecimentos e serviços externos atingiram o montante de um milhão, trezentos e trinta e um mil, setecentos e quinze (1.331.715) mECV, com uma variação positiva de menos 18,7% em relação a 2013. A redução verificada justifica-se por um lado pela redução de 54,3% na taxa de regulação da AAC devido a alteração da taxa de 8% para 5% bem como pela redução de 10,9% nos gastos de funcionamento resultante do programa interno de racionalização e contenção de gastos.

U= mECV

Rúbricas			Variação	
	2014	2013	Valor	%
Água	84.374	85.167	-793	-0,9%
Electricidade	266.730	281.533	-14.804	-5,3%
Combustíveis e outros fluidos	27.379	29.560	-2.181	-7,4%
Conservação e reparação	111.010	115.146	-4.136	-3,6%
Publicidade e patrocinio	76.671	68.747	7.925	11,5%
Limpeza, higiene e conforto	83.380	75.978	7.402	9,7%
Prestação Serviço Meteo	132.000	132.000	0	0,0%
Seguros	39.244	47.939	-8.696	-18,1%
Vigilancia e segurança	118.482	116.161	2.321	2,0%
Honorários	64.348	159.544	-95.196	-59,7%
Taxa Regulação AAC	134.241	293.459	-159.218	-54,3%
Outros fornecimentos e serviços	193.856	232.464	-38.607	-16,6%
Total de Fornecimentos e Serviços Externos	1.331.715	1.637.697	-305.983	-18,7%

Tabela 20 - Fornecimentos e serviços externos

U = mECV

Rúbrica	AIAC	AIPNM	AICE	AIAP	AD´S	FIR	SEDE
Água	18.630	57.691	2.804	3.311	1.056	174	708
Electricidade	142.917	92.652	15.602	11.391	3.249	685	234
Conservação e reparação	43.963	16.711	14.162	18.002	2.928	4.054	11.191
Limpeza, higiene e conforto	32.442	27.410	7.385	10.971	2.868	651	1.652
Gasóleo	9.852	3.814	2.559	2.350	1.654	3.900	744
Prestação Serviço Meteo	30.492	22.176	9.108	4.356	6.468	59.400	0
Vigilancia e segurança	29.356	43.566	16.033	20.576	5.845	0	3.108
Taxa Regulação AAC	7.032	4.188	1.021	3.948	269	117.783	0
Publicidade	0	0	0	0	0	0	21.379
Patrocinio	0	0	0	0	0	0	55.292
Deslocações e estadias	611	8.399	2.593	2.289	3.258	10.121	13.417
Seguros	9.515	4.798	3.505	4.805	2.424	13.812	386
Comunicação	4.835	4.187	2.635	1.165	655	8.298	7.215
Comissões	0	0	0	0	0	34.839	0
Honorários	3.445	2.116	384	13.395	224	14.884	29.765
Outros fornecimentos e serviços	13.113	24.741	5.123	13.217	2.679	9.259	23.848
	346.203	**312.449**	**82.913**	**109.776**	**33.576**	**277.860**	**168.938**

Tabela 21 - Fornecimentos e serviços externos por centro

Importa referir o aumento de 11,5% registado em publicidade e patrocínio, que se justifica pelo aumento de 51% nos patrocínios, não obstante a redução registada nos gastos com publicidade (menos 34%) e o aumento de 9,7% na rubrica limpeza, higiene e conforto, justificado pelas prestações de serviços de desinfestação e controlo de pragas contratadas no final do ano de 2013 tendo continuado durante o ano de 2014.

Ainda relativamente aos fornecimentos e serviços externos, pode-se observar pela figura 22 que os gastos mais expressivos são referentes a eletricidade, prestação serviço meteo, taxa de regulação AAC, vigilância e segurança e conservação e reparação.

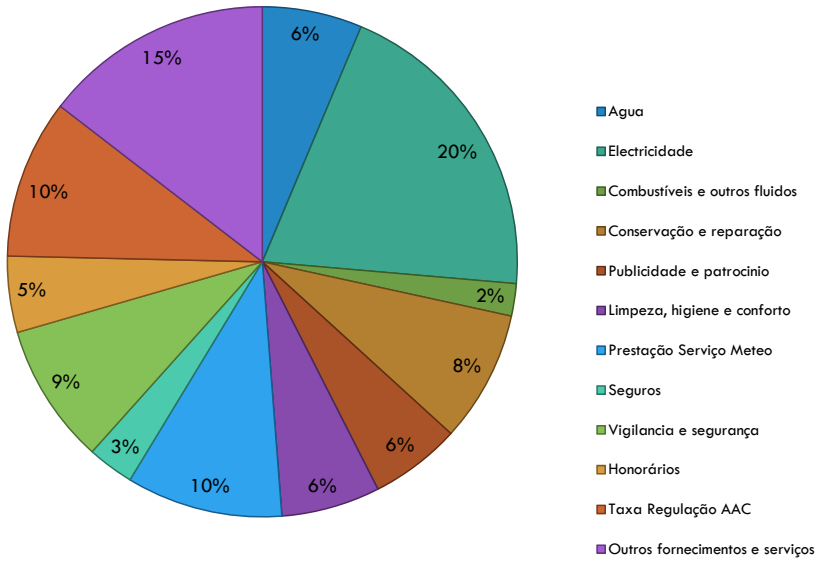


Figura 22 - Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos com o pessoal atingiram o montante de um milhão, duzentos e trinta e quatro mil e seiscentos e treze (1.234.613) mECV, mantendo-se estável relativamente ao ano anterior. A variação em remunerações em 2014 deve-se ao impacto das progressões decorrentes da avaliação de desempenho aos colaboradores, sendo que este aumento é compensado pela redução observada nos gastos com a formação de pessoal.

U= mECV

Rúbricas			Variação	
	2014	2013	Valor	%
Remunerações dos órgãos sociais	15.565	15.674	-109	-0,7%
Remunerações do pessoal	1.006.383	962.430	43.953	4,6%
Encargos sobre remunerações	157.640	151.365	6.275	4,1%
Seguros de acidentes no trab. e doenças	1.812	2.126	-314	-14,8%
Gastos de acção social	8.416	6.673	1.743	26,1%
Formação	21.281	90.623	-69.342	-76,5%
Outros gastos	23.517	13.391	10.126	75,6%
Total de Gastos com o Pessoal	**1.234.613**	**1.242.282**	**-7.669**	**-0,6%**

Tabela 22 - Quadro resumo dos gastos com pessoal

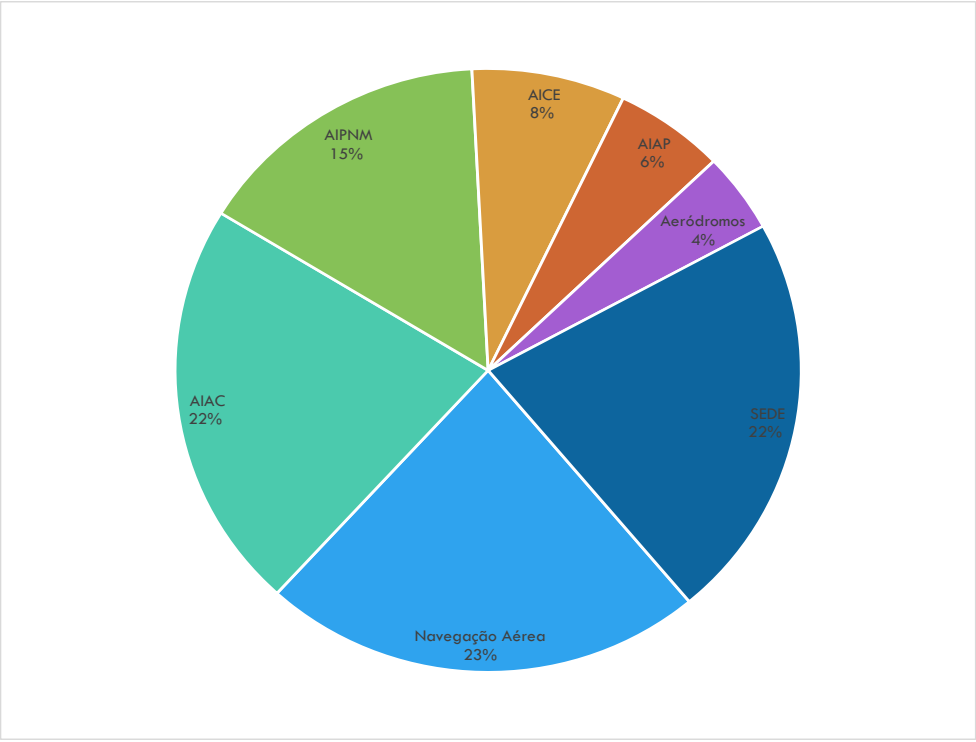


Figura 23 - Gastos com o pessoal por Aeroporto e Área de negócio

As depreciações e amortizações do exercício sofreram uma diminuição 6,3% em relação a 2013, atingindo o montante de um milhão, cento e catorze mil, novecentos e onze (1.114.911) mECV. Justificam esse desvio, as adições em ativo fixo pouco expressivas e o término da depreciação de parte expressiva dos equipamentos básicos da Fir Oceânica resultantes do investimento no centro de controlo em 2004.

U= mECV

U= mECV

Quadro Resumo Amortizações e Depreciações			Variação	
	2014	2013	Valor	%
Edifícios e outras construções	681.223	645.863	35.360	5,5%
Equipamentos básicos	211.547	314.047	-102.500	-32,6%
Ferramentas e utensílios	1.104	818	286	35,0%
Material carga e transporte	194.230	194.726	-496	-0,3%
Equipamentos administrativos	21.865	24.606	-2.741	-11,1%
Ativos intangíveis	4.942	9.673	-4.730	-48,9%
Total de Amortizações e Depreciações	1.114.911	1.189.732	-74.821	-6,3%

Tabela 23 - Quadro resumo de amortizações depreciações

Situação Financeira e Patrimonial

O Balanço da empresa à data de encerramento evidencia um património bruto de dezassete milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e sete (17.487.967) mECV, uma redução de 2% em relação ao exercício de 2013 explicado em parte pela redução nos saldos de clientes em 66,47%, resultante da redução do saldo da TACV por via da aquisição da CVHandling, redução de 12,67% nos inventários, e de 44,13% nas disponibilidades. Por outro lado, o ativo não corrente registou um aumento de 18,3%, pois não obstante a redução de 8,97% verificada nos ativos fixos tangíveis (depreciações), registou-se também um aumento expressivo nos ativos fixos intangíveis, resultante do registo do Goodwill da aquisição da empresa Cabo Verde Handling.

U= mECV

Aplicações	Valor 2014	Valor 2013	Variação	Origens	Valor 14	Valor 13	Variação
Activo Fixo (liquido)	14.563.434	12.310.525	18%	Capitais Permanentes	15.248.790	15.265.671	0%
				Capital Próprio	8.988.475	8.707.845	3%
				Capital Alheio (MLP)	6.260.315	6.557.826	-5%
Necessidades Cíclicas	2.658.225	5.069.575	-48%	Recursos Cíclicos	2.239.177	2.591.051	-14%
Tesouraria Activa	266.308	476.622	-44%	Tesouraria Passiva	0	0	
Total de Controlo	**17.487.967**	**17.856.721**	**-2%**	**Total de Controlo**	**17.487.967**	**17.856.721**	**-2%**

Tabela 24 – Resumo do Balanço Funcional

Em termos de estrutura, as origens de fundos estão repartidas em 51% de Capital Próprio, 36% de capital alheio de médio e longo prazo e restantes 13% do ciclo de exploração corrente (recursos cíclicos).

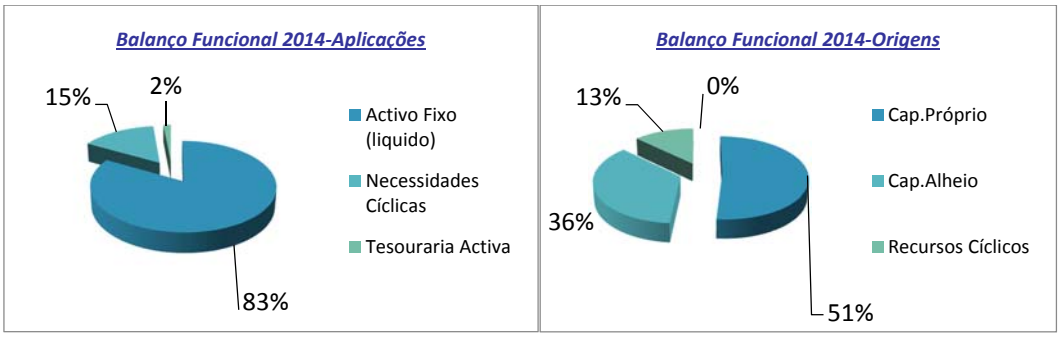


Figura 24 – Origens e Aplicações de Fundos

Quanto à aplicação dos fundos verifica-se que o ativo líquido representa 83%, as necessidades cíclicas 15% e a tesouraria ativa 2%.

Da análise do Balanço Funcional[1] pode-se constatar que a empresa mantém-se em equilíbrio financeiro com Fundo de Maneio positivo de 685.356 mECV e uma tesouraria líquida positiva de 266.308 mECV.

[1] Alguns passivos classificados no Balanço Contabilistico como correntes (ex. Dívidas ao Accionista resultantes de investimentos com financiamento de longo prazo e dívida não corrente à AAC) foram reclassificados no Balanço Funcional como Capital Alheio Estável, de acordo com as regras de análise financeira.

BALANÇO FUNCIONAL - EXERCÍCIO DE 2014

(Perspetiva do Equilíbrio Financeiro)

Periodo Ref.ª Janeiro a Dezembro de 2014 *U = **Mecv***

ITEM	RUBRICAS	VALOR 2014	VALOR 2013	Variação
1	CAPITAL PRÓPRIO	8.988.475	8.707.845	3%
	Total Capital Próprio……	**8.988.475**	**8.707.845**	3%
2	CAPITAL ALHEIO ESTÁVEL	5.904.012	6.224.863	-5%
	Provisões / Imparidades e Imposto Diferido Passivo	356.303	332.963	7%
	Total Capital Alheio Estável…….	**6.260.315**	**6.557.826**	-5%
3	**Capitais Permanentes**	**15.248.790**	**15.265.671**	0%
4	ACTIVO FIXO (IÍQUIDO)	14.563.434	12.310.525	18%
5	**FUNDO DE MANEIO (3-4)**	**685.356**	**2.955.146**	-77%
6	CLIENTES	1.277.790	3.811.195	-66%
7	INVENTÁRIOS	113.829	130.345	-13%
8	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	22.716	12.244	86%
9	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (a receber)	747.223	663.495	13%
10	OUTROS DEVEDORES	496.667	452.298	10%
11	***NECESSIDADES CÍCLICAS (6+7+8+9+10)***	***2.658.225***	***5.069.575***	-48%
12	FORNECEDORES	257.767	248.450	4%
13	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	678.819	870.847	-22%
14	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (a pagar)	214.016	122.856	74%
15	OUTROS CREDORES DE EXPLORAÇÃO (a pagar)	1.088.575	1.348.898	-19%
16	***RECURSOS CÍCLICOS (12+13+14+15)***	***2.239.177***	***2.591.051***	-14%
17	**NECESSIDADES EM FUNDO DE MANEIO (11-16)**	**419.049**	**2.478.524**	-83%
18	**TESOURARIA LÍQUIDA (5-17)**	**266308**	**476.622**	**0**

Fluxos de caixa

O fluxo de caixa líquido do período foi negativo, com uma variação de duzentos e onze mil, quinhentos e cinquenta e dois (211.552) mECV. O saldo inicial das disponibilidades era de quatrocentos e setenta e seis mil e seiscentos e vinte e dois (476.622) mECV e o final de duzentos e sessenta e seis mil e trezentos e oito (266.308) mECV.

U=mECV

Fluxos de caixa	2014	2013
Atividades Operacionais	1 160 021	1 120 107
Atividades Investimento	-309 986	-677 033
Atividades Financiamento	-1 061 587	-279 462
Fluxos de caixa liquidos	-211 552	163 612
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**266 308**	**476 622**

Tabela 25 - Resumo Fluxo de caixa

Durante o exercício de 2014 registaram-se recebimentos no valor de quatro milhões, quinze mil, cento e quarenta e oito (4.015.148) mECV, menos 21% em relação a 2013, explicado sobretudo pela não contratação de financiamentos durante o exercício e não recebimento de dividendos das participações financeiras no BCA. Em resultado da diminuição dos movimentos na FIR Oceânica, a principal fonte de receita da empresa, verifica-se uma redução de 6% nos recebimentos. A taxa de cobrança do exercício é de 84% menos 3 pontos percentuais, que 2013 (87%). Em termos de peso, 99% dos recebimentos provêm das atividades operacionais e 1% das atividades de investimento, nomeadamente juros de obrigações.

U= mECV

Fluxos de caixa	Recebimentos 2014	Pagamentos 2014	Recebimentos 2013	Pagamentos 2013	Variação Recebimentos 2013/2014	Variação Pagamentos 2013/2014
Atividades Operacionais	3.981.261	2.821.240	4.218.961	3.098.854	-6%	-9%
Atividades Investimento	33.887	343.873	125.949	802.982	-73%	-57%
Atividades Financiamento	0	1.061.587	765.893	1.045.355	-100%	2%
	4.015.148	**4.226.700**	**5.110.803**	**4.947.191**	**-21%**	**-15%**

Tabela 26 - Resumo do Fluxo de Caixa

Foram efetuados pagamentos no montante de quatro milhões, centi e trinta e seis mil e setecentos (4.136.700) mECV, menos 16% que em 2013 explicado essencialmente pela redução de 57% nos pagamentos relativos a atividades de investimento. Os pagamentos relativos a atividades de financiamento ascenderam a 1.061.587 mECV, sendo 892.525 mECV relativos a reembolsos de capitais de empréstimos obtidos. O aumento de 92.782 mECV em relação a 2013 é explicado pelo início de reembolso de capitais de novos empréstimos contraídos em 2013 e aumento dos reembolsos de capitais de alguns empréstimos em fase avançada de maturidade.

Assim, os pagamentos operacionais representam 67% do total, os de financiamento 25% e os restantes 8% correspondem ao peso dos pagamentos de atividades de investimento.

Principais Indicadores Financeiros

Os principais indicadores financeiros evidenciam uma situação financeira sólida e equilibrada da empresa, com uma solvabilidade de 1,44 o que significa que a empresa tem capacidade de satisfazer os seus compromissos de médio longo prazos e tem um elevado grau de independência dos seus credores.

A rentabilidade dos capitais próprios do exercício é de 3,1%, isto é, por cada 100 unidades monetárias investidas foram gerados 3,1 unidades monetárias em 2014. Note-se ainda que houve crescimento relativamente ao ano anterior, explicado pelo aumento registado no resultado líquido do exercício.

A rendibilidade do ativo também registou melhoria em relação a 2013 situando-se a 4,5%.

Os indicadores de endividamento espelham uma carteira composta por 21% de financiamentos de curto prazo e 79% de medio e longo prazos, com um Debt to Equity Ratio (35%), detendo assim a empresa elevado poder negocial para contratação de novos financiamentos.

RACIOS	MÉTRICA	VALORES 2014	VALORES 2013	VARIAÇÃO %
Autonomia Fianceira	Capitais Próprios / Activo	51,40%	48,77%	5%
Solvabilidade	Capital Próprio / Capital Alheio	105,75%	95,18%	11%
ROE - Rendibilidade dos Capitais Próprios	Resultados Líquidos / Capital Próprio	3,12%	1,45%	116%
ROI - Rendibilidade Económica do Activo	EBIT / Activo	4,50%	2,19%	106%
Debt to Equity (Endividamento)	Passivo com Juro / Capital Próprio	35,41%	46,18%	-23%
Estrutura dos Financiamentos Obtidos	Financiamentos de Curto Prazo / Financiamentos Totais	21,33%	21,66%	-2%
Capacidade de Endividamento	Capitais Próprios / Capitais Permanentes	75,86%	71,43%	6%
Periodo de Recuperação da Dívida	Empréstimos em Divida / Autofinanciamento	218,15%	286,12%	-24%

Tabela 27 -Quadro de Rácios financeiros

Gestão de Clientes e de Crédito

A carteira de clientes da empresa em 2014 é constituída por 701 clientes ativos, dos quais 384 são clientes de Serviços Navegação Aérea, 181 de Serviços Aeroportos e 136 são clientes comerciais.

Dos clientes de Navegação Aérea 94% são filiados na IATA sendo a sua faturação cobrada através da Cleaning House, correspondente a aproximadamente dois milhões, cento e um mil, setecentos e trinta e três (2.101.733) mECV, e os restantes 4% cobrados diretamente pela ASA.

A política de créditos da empresa definida desde 2011 visa a contenção do fluxo de créditos, através das modalidades de pagamentos a pronto, antecipado ou postecipado mediante garantias reais. Ao mesmo tempo são implementadas medidas de tratamento do stock de crédito acumulado que visam a recuperação da maior parte dos mesmos, através da negociação de planos de pagamento com alguns clientes.

O volume de faturação aos clientes durante o exercício atingiu o montante de quatro milhões, seiscentos e noventa e sete mil e quinhentos e sessenta e um (4.697.561) mECV. O mapa a seguir apresenta o ranking de clientes por volume de negócios efetuados com a ASA em 2014.

U= Mecv

CLIENTES	NAVEGAÇÃO AÉREA	AERONÁUTICOS	COMERCIAIS	TOTAL	PESO
TACV CABO VERDE AIRLINES	54.218	632.881	31.315	718.413	15%
TAP AIR PORTUGAL	435.545	223.720	2.788	662.053	14%
IBERIA-LINHAS AEREAS ESPANA	334.832	-	-	334.832	7%
GROUP AIR FRANCE	328.444	237	-	328.681	7%
TAM - Linhas Aereas S.A	231.760	-	-	231.760	5%
SOUTH AFRICAN AIRWAYS -TT	231.495	-	-	231.495	5%
Thomsonfly - Account Payable/Tui UK	11.664	198.704	-	210.368	4%
DEUTCHE LUFTHANSA, A.G.	139.145	-	-	139.145	3%
Tui Fly GmbH	11.039	115.747	-	126.786	3%
BRITISH AIRWAYS-BAW	102.187	-	-	102.187	2%
OUTROS	822.864	672.968	116.009	1.611.841	34%
Total	**2.703.192**	**1.844.257**	**150.112**	**4.697.561**	100%
Peso por serviço	**58%**	**39%**	**3%**	**100%**	

Tabela 28 - Ranking de clientes por faturação

Em termos de quota percebe-se que a TACV CABO VERDE AIRLINES é responsável por 15% da faturação total, sendo o maior cliente, seguido da TAP AIR PORTUGAL com uma quota de 14%.

O ranking de clientes por recebimentos acumulados espelha as cobranças efetuadas durante o exercício, que atingiram o valor de quatro milhões, oito mil e cento e sessenta e seis, (4.008.166) mECV, o que corresponde a 85% da faturação do ano.

U= Mecv

CLIENTES	NAVEGAÇÃO AÉREA	AERONÁUTICOS	COMERCIAIS	TOTAL	PESO
TAP AIR PORTUGAL	377.284	190.639	2.155	570.078	14%
IBERIA-LINHAS AEREAS ESPANA	248.101	-	-	248.101	6%
GROUP AIR FRANCE	247.170	-	-	247.170	6%
Thomsonfly - Account Payable/Tui UK	10.484	180.661	-	191.145	5%
SOUTH AFRICAN AIRWAYS -TT	178.535	-	-	178.535	4%
TAM - Linhas Aereas S.A	173.238	-	-	173.238	4%
DEUTCHE LUFTHANSA, A.G.	113.008	-	-	113.008	3%
Tui Fly GmbH	8.867	97.305	-	106.173	3%
BRITISH AIRWAYS-BAW	76.466	-	-	76.466	2%
Delta Airlines, Inc	74.830	-	-	74.830	2%
OUTROS	509.860	535.911	73.098	1.118.870	28%
Total do Ano	2.017.843	1.004.517	75.254	3.097.614	77%
Cobrança relativa a anos anteriores	598.275	282.489	29.788	910.552	23%
Total	**2.616.118**	**1.287.006**	**105.042**	**4.008.166**	**100%**
Peso de cobrança por serviço	**65%**	**32%**	**3%**		

Tabela 29 - Ranking de Clientes por volume de cobrança

Infraestruturas e Investimentos em Ativo Fixo

Durante o exercício de 2014 foram realizados investimentos no valor de três milhões, quatrocentos e oito mil e seiscentos e setenta (3.408.670) mECV. Sendo que o Investimento inclui o Goodwill decorrente da aquisição da empresa Cabo Verde Handling, S.A, do processo de *spin off* da TACV, no valor de três milhões, dez mil e duzentos e sessenta (3.010.260) mECV. Desta forma os investimentos em ativos intangíveis em 2014 representam 88% do total investido em 2014, os investimentos em ativos fixo tangíveis representam 6% do total e os restantes 6% referem-se a investimentos financeiros (participações de capital).

mECV

INVESTIMENTOS 2014	Valor de Aquição
Investimentos financeiros	**188.000**
Participações Financeiras - método de equivalência patrimonial	188.000
Activos Fixos Tangiveis	**208.772**
Edificios e Outras Construções	60.826
Equipamentos Básicos, Máquinas e Outras Instalações	133.042
Equipamento Administrativo e Social	6.041
Outros ativos fixos tangíveis	8.862
Activos Intangiveis	**3.011.898**
Goodwill	3.010.260
Programas de Computador	1.638
Total Geral	**3.408.670**

Tabela 30 - Investimentos em 2014 (inclui adições e os investimentos em curso)

Relativamente aos ativos fixos tangíveis, registou-se em 2014 um investimento total de duzentos e oito mil e setecentos e setenta e dois (208.772) mECV. À semelhança de anos anteriores, parte considerável dos investimentos em ativo fixo tangível referem-se a projetos de melhoramento e modernização das infraestruturas e dos equipamentos básicos, representando em conjunto 93% da totalidade de capital investido em ativo fixo tangível em 2014.



Figura 25 - Investimentos por Rúbrica

De entre os investimentos realizados no período destacam-se os seguintes:

I. **Climatização do Concourse Hall, no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral-(AIAC), com um valor total de investimento de cento e cinquenta e nove mil e oitocentos e setenta e oito (159.878) mECV (financiamento bancário);**

Uma nova instalação de climatização no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral foi realizada com vista à melhoria das instalações antigas que se encontravam obsoletas, onde a sua vida útil já havia expirado.

Foram instaladas duas novas unidades de arrefecimento de água Chiller's para abastecer um circuito hidráulico composto de quatro Unidades de Tratamento de Água (UTA), que fornecem ar climatizado a toda a área do Concourse Hall, em sua parte pública. O circuito de água fria também aprovisiona a rede de água fria dos fancoils da parte privada das lojas e os gabinetes das empresas presentes. O projeto inclui também a área do check-in e partidas internacionais.

Foi ainda substituído o teto falso e iluminação da zona de check-in, a cobertura do edifício principal do concourse hall e as portas automáticas de acesso incluindo a colocação de cortinas de vento nas mesmas, por forma a evitar a perda de ar climatizado.

II. **Remodelação do edifício ocupado pela direção de Recursos Humanos, localizada no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (AIAC), sede da empresa, no montante de treze mil e oitocentos e vinte e sete (13.827) mECV (autofinanciamento);**

A remodelação das instalações DRH no AIAC foi concluída em 2014 e tinha como objetivo principal a reconfiguração dos espaços internos com vista à otimização e melhoria das instalações. Os trabalhos consistiram em:

- Remodelação geral de todos os pavimentos do edifício frontal;
- Pintura geral das paredes, internas e externas;
- Remodelação da estrutura da cobertura, colocação de chapas metálicas novas e teto falso de placas de gesso de 60 x 60 cm;
- Remodelação geral das instalações elétricas, de comunicações, detenção de incêndio e de ar condicionado;
- Execução de platibanda;
- Confeção de mobiliário para o front-office.

III. **Remodelação da torre de controlo do Aeroporto Internacional Cesária Évora (AICE), no valor de dez mil e quinhentos e oitenta e dois (10.581) mECV (autofinanciamento)**.

Os trabalhos de remodelação da torre de controlo do AICE foram realizados durante o segundo semestre do ano em duas fases distintas:

1. Remoção da antiga estrutura da torre incluindo todos os trabalhos de construção civil e outros inerentes à execução dessa atividade tais como trabalhos de correção da corrosão existente na estrutura da cobertura do edifício e impermeabilização e drenagem das águas

pluviais da mesma, bem como a construção de novo guarda-corpo para a toda a cobertura por forma a garantir a segurança e com vista ao ganho de mais área útil à volta da torre;

2. Instalação da nova estrutura proposta conforme os desenhos e especificações incluindo todos os trabalhos tidos como necessários para o bom desempenho dessa nova estrutura;

Gestão de Recursos Humanos

A estratégia da Gestão dos Recursos Humanos assenta na política de dotar e manter na empresa o capital humano com as competências-chave requeridas pelas necessidades do negócio e em consonância com os interesses e os objetivos estratégicos da empresa.

O capital humano é considerado pela empresa o principal capital para a prossecução da sua missão e das metas de desempenho quer a nível da sua grandeza como a nível de qualidade.

Balanço Social

Em Janeiro de 2014, a estrutura de colaboradores da empresa caraterizava-se, de entre efetivos e contratados, por um quadro composto por 517 Colaboradores. No final do mesmo ano, o total dos colaboradores era de 529.

Dos 529 colaboradores, 392 são do género masculino e 137 do género feminino e quanto ao vínculo, 473 efetivos e 56 contratados a prazo.

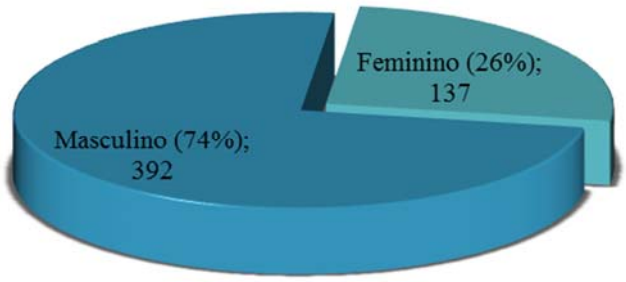


Figura 26 - Colaboradores por género

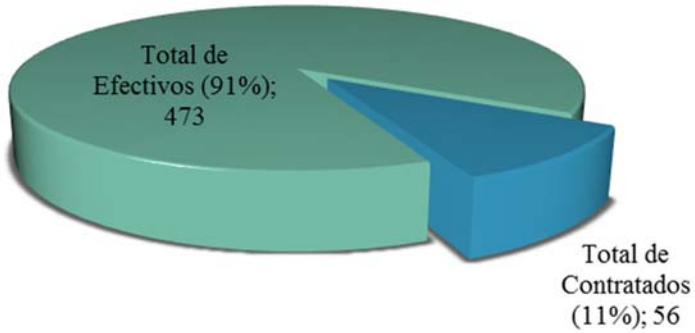


Figura 27 - Colaboradores por Vínculo

Registaram-se nesse mesmo ano, 17 entradas e 5 saídas de pessoal. Na tabela seguinte, verificam-se as saídas dos colaboradores por função, setor e motivo:

Função	Setor	Motivo
Auxiliar de Serviços Gerais	DFA	Falecimento
Contabilista	DFA	Despedimento por Justa Causa
Marceneiro	DEMIA	Falecimento
Auxiliar de Serviços Gerais	AIDP-NM	Reforma
Bombeiro	SOSS-AIAC	Reforma

Tabela 31 - Saída de colaboradores

A média de idades dos colaboradores na ASA manteve-se nos 40 anos, destacando-se a maior franja entre os 36 e 40 anos, uma idade de pessoas maduras, com um bom grau de experiencia mas com suficiente flexibilidade para os processos de inovação e mudança.

A média de idade de entrada dos colaboradores é de 25 anos. Uma tendência que se mantém ao longo dos anos, uma vez que a empresa condiciona a idade de entrada para determinadas funções.

A média de antiguidade, igualmente aos anos anteriores, manteve-se nos 15 anos, repercutindo positivamente na estabilidade desse ativo na Empresa.

A manutenção dos colaboradores na organização vem passando pela política salarial que se mostra competitiva no mercado cabo-verdiano e pela política de compensações e benefícios atrativos para os colaboradores e para a sociedade em geral. Atente-se que em 2014 o número de pedidos de emprego foi de 194, sendo na sua maioria quadros licenciados. Não sendo o salário um dado por si só elementar na relação laboral, concorre contudo e afeta a motivação dos colaboradores, na medida em que contribui para a sua afirmação e status social bem como o seu bem-estar e conforto.

No que se refere às habilitações literárias, a empresa conta com um total de doze (12) colaboradores com mestrados, setenta (70) colaboradores com licenciatura e dezasseis (16) com bacharelato. Houve um aumento do número de colaboradores com licenciatura relativamente ao ano anterior na ordem dos 9%. No que concerne ao ensino básico integrado o percentual é de 21%. Em relação ao total dos colaboradores com o ensino secundário, o percentual atual é de 62%, incluindo os que ainda estão a estudar e ainda não completaram o 12º ano. Este indicador tem por suporte base os incentivos criados pela empresa, nomeadamente, na comparticipação de 50% das propinas pagas pelos colaboradores, dispensas para as aulas, exames, possibilidade de evolução na carreira e outros.

Politica Social

Através da sua política social, o Fundo Social da ASA contempla os colaboradores com um conjunto de benefícios, de entre os quais, apoio à educação, saúde, aquisição de moradias, aquisição de equipamentos informáticos (computadores) e outros encargos.

Foram atendidos 344 pedidos em 2014, num total de trinta e cinco mil, trezentos e dez (35.310) mECV, numa média aproximadamente de 103 mECV/empréstimo. O gráfico seguinte apresenta a distribuição dos empréstimos concedidos por finalidade.

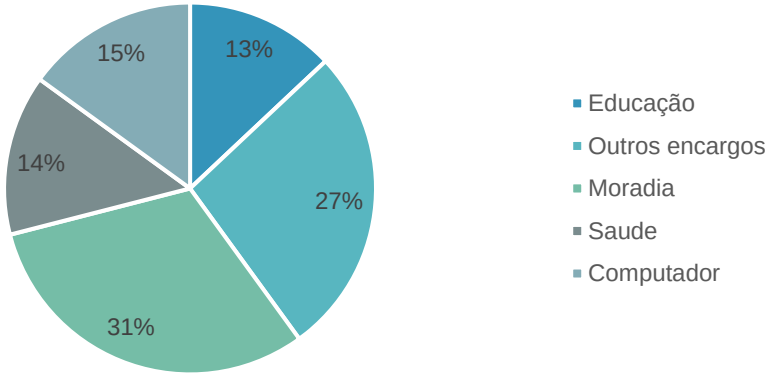


Figura 28 - Empréstimos do Fundo Social por finalidade

Formações realizadas em 2014

O plano de formação desenvolvido em 2014 teve como base a política presente no Business Plan e no Plano Estratégico de Formação da ASA, que tem como premissa "dotar e manter a empresa de Recursos Humanos, com competências chaves requeridas pelas necessidades de negócio a curto, médio e longo prazo. Em 2014, também foi adotado um novo modelo de análise e tratamento das necessidades de formação, que visa permitir uma abordagem mais adequada às necessidades dos colaboradores e da empresa em geral, assente nos seguintes objetivos:

- Reforço das competências, gerais e especializadas ao nível das áreas específicas do negócio e da atividade aeroportuária;
- Desenvolvimento dos colaboradores ao nível dos métodos e instrumentos de trabalho para uma maior proficiência e cumprimento das obrigações corporativas, através de ações de formação no âmbito de Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida, da Língua Inglesa, do Conhecimento Básico de Fogo, Manuseamento e Utilização de Extintores.

O plano de formação efetivou-se com um conjunto de 2.043,5 horas de formação e 335 colaboradores formandos. Os gráficos que se seguem ilustram as ações de formação realizadas em 2014, por tipologia e número de formandos.

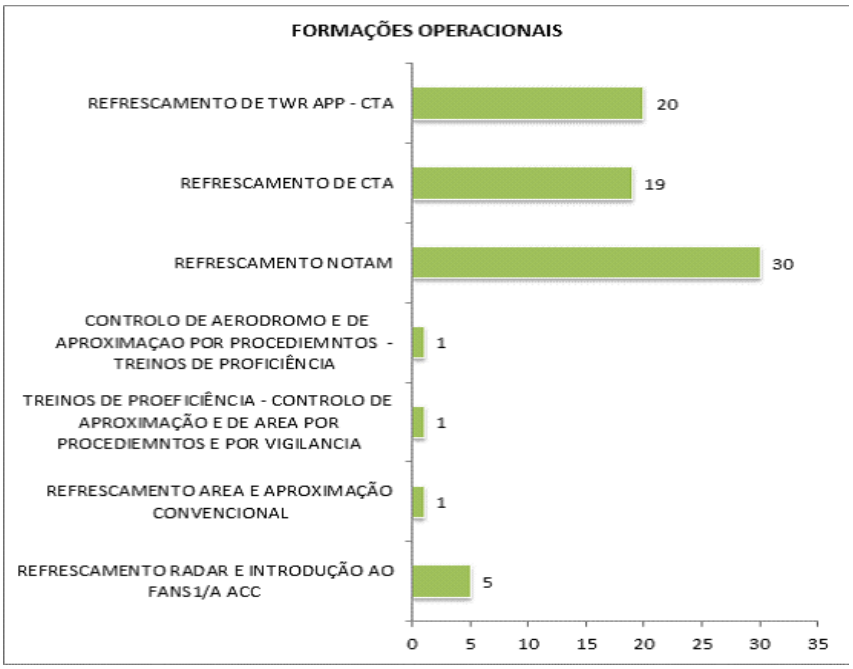


Figura 29 - Formações Operacionais

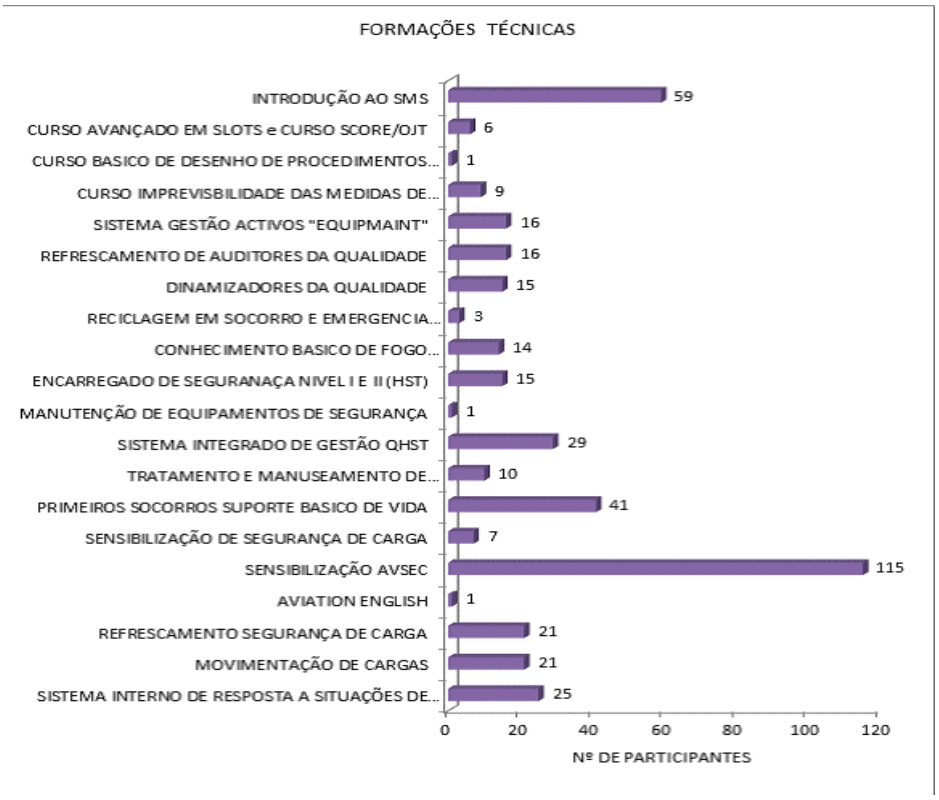


Figura 30 - Formações Técnicas

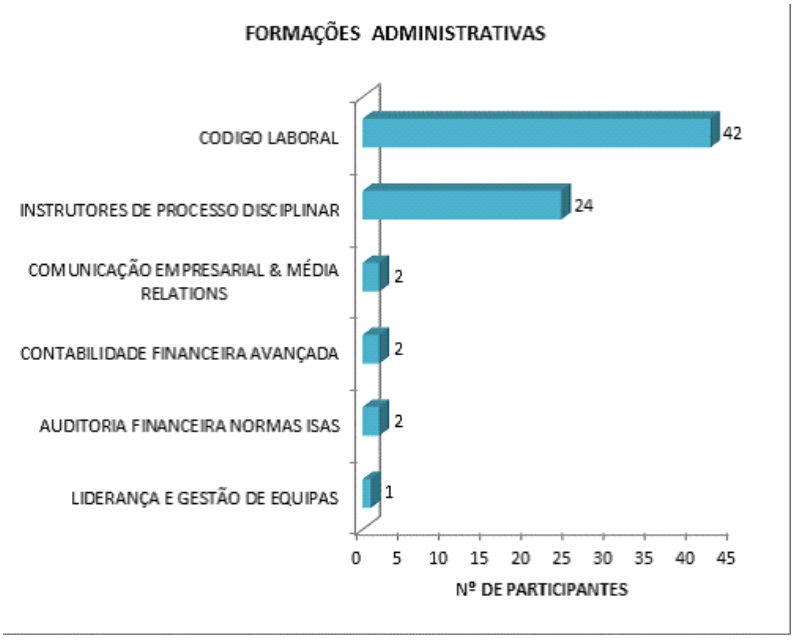


Figura 31 - Formações Administrativas

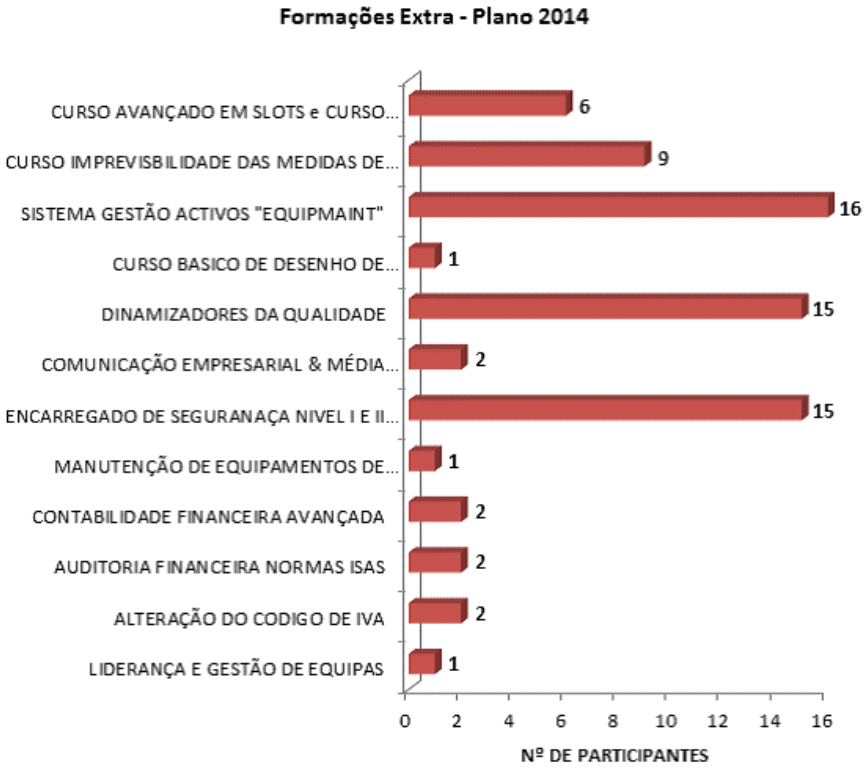


Figura 32 - Outras Formações

Com as ações de formação realizadas em 2014 a empresa teve um custo de vinte e um mil, duzentos e oitenta e um (21.281) mECV, registando-se uma diminuição de 77% relativamente a 2013, justificada pela realização de formação de controladores em 2013.

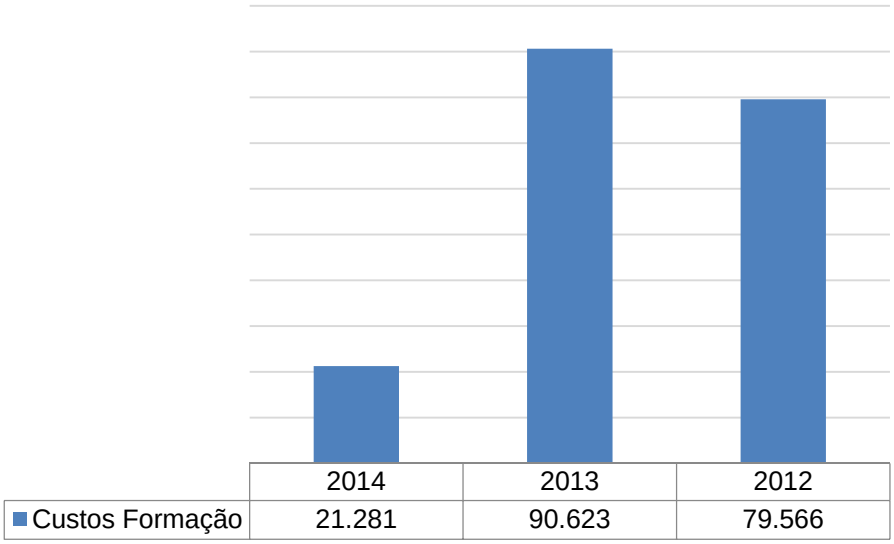


Figura 33- Custo de Formações

Programa de Estágios

No âmbito da sua política de parceria com outras organizações e a sociedade civil, a ASA vem proporcionando estágios a recém-formados, possibilitando-lhes a oportunidade de conhecerem a realidade da empresa e de melhor se inserirem no mercado de trabalho.

A política de admissão de estagiário tem como benefício, unir a experiência dos estagiários com a equipa onde irá desenvolver o estágio, com a ousadia, reciclagem e atualização de informações que esses jovens trazem consigo. A incorporação temporária de estagiários na ASA é um instrumento que oferece uma série de vantagens a curto, médio e longo prazo, como por exemplo:

- ✓ Apoia na criação e na manutenção de um espírito de renovação e inovação permanente, vitais para o futuro da empresa;
- ✓ Permite à ASA cumprir com o seu papel social, contribuindo para formar novas gerações de profissionais com a rapidez e as qualificações de que o País necessita;

Mediante o plano de estágio, a empresa tem vindo a tirar o devido proveito do conhecimento técnico desses estagiários na realização de determinadas tarefas com ganhos para ambas as partes, atestadas no relatório que os mesmos apresentam e na apreciação dos tutores, levando a que alguns tenham sido ou estão em vias de serem contratados.

Em 2014 a empresa recebeu nas suas estruturas, um total de 25 (vinte e cinco) estagiários em diversas áreas. Comparativamente ao ano anterior, devido a melhorias introduzidas no processo pela DRH, com vista à contenção de custos, o número de estagiários diminuiu 44%, apresentando uma variação de menos 32 (trinta e dois) estagiários que 2013.

O custo total de gratificações aos estagiários foi de três mil, oitocentos e dois (3.802) mECV.

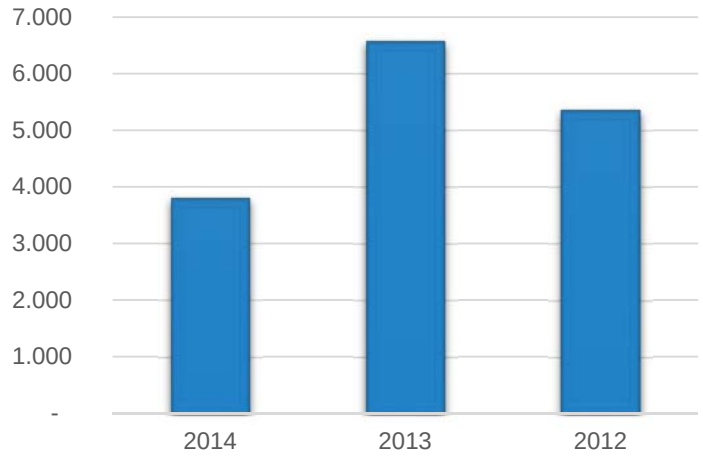


Figura 34 - Evolução da gratificação aos Estagiários

Processo de Recrutamento e Seleção

O processo de recrutamento e seleção da ASA segue princípios definidos pelo Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos implementado na empresa, que são:

- Garantir os Recursos Humanos necessários;
- Adequar os Recursos Humanos às necessidades de desenvolvimento estratégico;
- Atrair os Recursos Humanos em consonância com o planeamento efetuado;
- Assegurar a definição de normas de aplicação global;
- Promover a participação dos responsáveis de setores;
- Observar os imperativos legais;
- Antecipar as necessidades.

Em 2014, a Direção dos Recursos Humanos iniciou o processo de recrutamento e seleção interno para a criação da Bolsa Safety ASA com 10 (dez) Inspetores e 10 (dez) Instrutores. O processo tem como objetivo dotar a empresa de colaboradores capacitados para ações de controlo de qualidade e ministrar formações na área safety. O processo de recrutamento interno teve um custo de trezentos e quatro (304) mECV.

PPA – Programa de Preparação para a Aposentação

A ASA tem presente a preocupação com o nível de qualidade de vida dos seus colaboradores, reproduzida na política social disponibilizada aos mesmos. Os programas de Qualidade de Vida no trabalho vêm sendo valorizados no mundo laboral e é atualmente uma das estratégias que as organizações utilizam para reter o talento, garantindo a satisfação no trabalho e estimulo para a produtividade.

É nessa sequência que a DRH operacionalizou em 2014 o Programa de Preparação para a Aposentação, com o objetivo principal de apoiar os colaboradores no processo de aposentação tendo em conta as mudanças que este acarreta e permitir-lhes uma continuidade de qualidade de vida na reforma.

A DRH disponibiliza apoio administrativo a todos os colaboradores neste processo, fornecendo as informações necessárias para iniciarem o processo de documentação para a aposentação, sessões de informação na área da saúde, financeira, lazer e social.

Inspeções Médicas

A ASA realizou em 2014 mais um processo de inspeção médica em cumprimento com as exigências legais previstas no DL 55/99, nos MOA (Manual de Operações Aeroportuárias) dos aeroportos e na regulamentação da Agência da Aviação Civil. Os públicos-alvo foram todos os colaboradores da ASA, incluindo os Bombeiros Municipais que prestam serviço à empresa.

Concluído o processo em Abril de 2015, tendo uma participação efetiva de 81% dos colaboradores, o processo de inspeção médica do ano 2014, teve um custo total de quatro milhões, cento e setenta e seis (4.176) mECV.

O processo de inspeção médica permite à empresa conhecer o nível de aptidão dos seus colaboradores para desempenharem melhor as suas funções e principalmente para os operacionais, onde a saúde e o bem-estar físico e psicológico, são fundamentais para a manutenção da sua proficiência e para que a ASA atinja os seus objetivos.

Qualidade, Ambiente, Higiene e Segurança no Trabalho

A qualidade dos serviços prestados é hoje um fator decisivo para a sustentabilidade de qualquer organização. De acordo com a política estabelecida, a ASA assume o compromisso com a satisfação do cliente e com a eficiência operacional, considerando os seus colaboradores como sendo o fator chave para garantir a qualidade do serviço prestado.

Para responder a este compromisso, e de acordo com os objetivos do Plano de Negócios da Empresa 2014 – 2018, as atividades desenvolvidas ao longo de 2014 pelo GQAHST foram essencialmente voltadas para responder ao objetivo da Certificação da ASA de acordo com os referenciais ISO 9001:2008 e OHSAS 18001:2007.

Esta certificação foi o resultado da implementação do projeto "Sistema de Gestão da Qualidade e Higiene e Segurança da ASA". A preparação para a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade e Higiene & Segurança no Trabalho deu-se no início de Outubro de 2009 e tratou-se de mais um instrumento de modernização da ASA que envolveu todas as estruturas e colaboradores.

O Sistema de Gestão da Qualidade e Higiene e Segurança no Trabalho da ASA, S.A. tem por objetivo melhorar a qualidade do serviço prestado e as condições de trabalho dos colaboradores, tendo como foco a melhoria contínua, com base na avaliação do desempenho dos processos, medidos através dos indicadores e das respetivas metas estabelecidas.

Principais atividades desenvolvidas

Certificação da ASA de acordo com os referenciais ISO 9001 e OSHAS 18001

De 27 de Janeiro a 04 de Fevereiro de 2014 foi realizada a Auditoria de Concessão 2ª fase que teve como objetivo a confirmação do cumprimento dos requisitos das normas acima referidas para que a ASA pudesse ser certificada. O processo de obtenção da certificação consistiu na realização de duas auditorias de concessão: auditoria de 1ª fase realizada em Agosto de 2013 e que teve como objetivo:

- ✓ Determinar o estado de preparação da organização para a auditoria de concessão 2.ª fase, avaliando o âmbito de certificação, os locais e os processos;
- ✓ Rever as disposições estabelecidas para a auditoria de concessão 2ª fase e propor alterações se necessário;
- ✓ Verificação da documentação do sistema de gestão, o estado e a interpretação da ASA em relação à norma, aos aspetos chave do sistema, aos requisitos legais aplicáveis e ao seu estado de cumprimento, incluindo o planeamento e execução das auditorias internas e revisão pela gestão.

Desta auditoria foram identificadas algumas oportunidades de melhoria que seriam necessários corrigir para preparação da auditoria de 2ª fase que veio a realizar-se em Janeiro de 2014 e que teve como objetivo:

- ✓ Avaliar a adequabilidade do âmbito de certificação;

- ✓ Avaliar a conformidade do sistema de gestão face a todos os requisitos, incluindo a sua implementação, operacionalização, requisitos legais, os resultados e a eficácia do sistema de gestão da organização.

Da auditoria de 2ª fase foram identificadas não conformidades, áreas sensíveis e oportunidades de melhoria. Para que a ASA fosse certificada foi necessário a elaboração de um Plano de Ações Corretivas geral, contemplando ações corretivas a ser desenvolvidas por todos os setores da empresa. Este Plano foi submetido à entidade certificadora para aprovação.

Balanço da Auditoria de Certificação

	Processos	NC	AS	OM
Total de Constatações	Gestão da Qualidade	6	3	2
	Gestão de HST	5	4	4

Tabela 32 - Balanço da auditoria de certificação

NC - Não Conformidades
AS - Áreas Sensíveis
OM - Oportunidades de Melhoria

Após a aceitação do plano pela entidade certificadora, foi comunicado à ASA, em Abril de 2014, a atribuição da certificação e em Junho de 2014 foi realizada a cerimónia oficial de entrega dos certificados.

Definição e implementação do Programa Interno de Ações de Controlo da Qualidade

Tendo em conta a necessidade do acompanhar e avaliar o desempenho do Sistema de Gestão e em conformidade com o descrito no processo "Gestão de Ações de Controlo de Qualidade", foi elaborado um programa de auditorias internas e o respetivo orçamento, aprovados pelo CA. O Programa foi cumprido na íntegra, o que permitiu ter um retrato da situação da implementação do sistema e dos aspetos a melhorar.

Nos relatórios das auditorias internas foram identificadas constatações que necessitavam de ações corretivas. Com base nestas constatações, foram desenvolvidos Planos de Ações Corretivas para melhoria do desempenho dos processos e consequentemente a melhoria do desempenho do nosso sistema de gestão.

Para garantir a manutenção da certificação, ao longo do ano de 2014, o GQAHST desenvolveu atividades de acompanhamento da implementação das ações corretivas constantes dos planos originados na auditoria de 2º fase e nas auditorias internas.

Balanço da Auditoria de Certificação

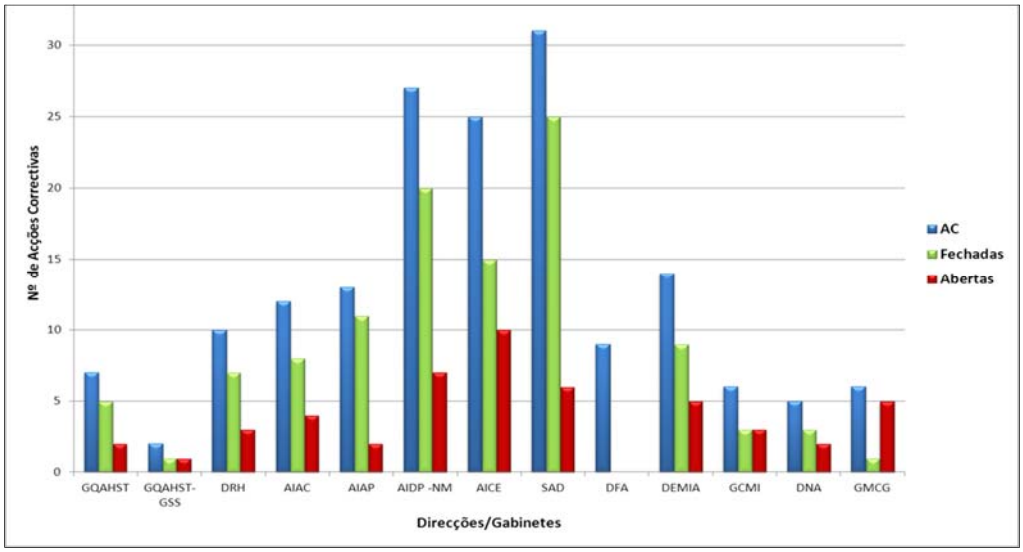


Tabela 33 - Ações Corretivas Auditoria externa 2ª fase

Balanço das Auditorias Internas 2014

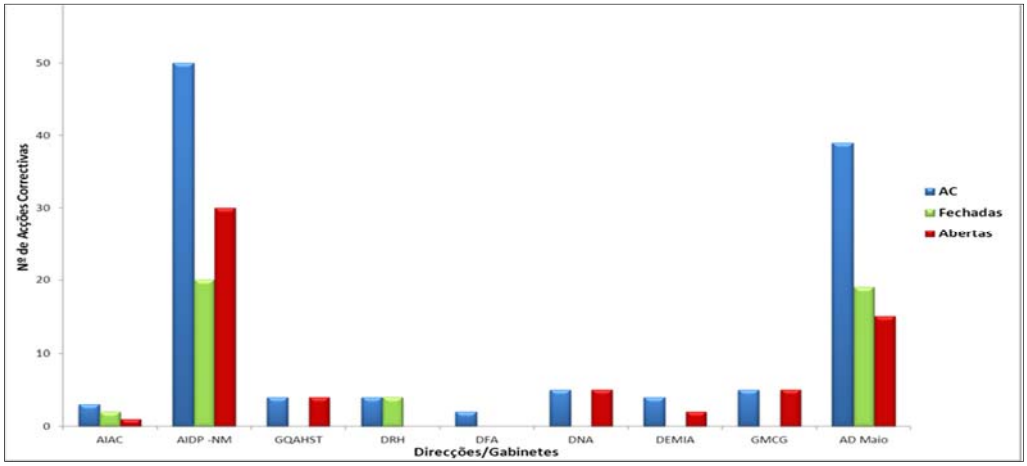


Tabela 34 - Ações corretivas auditoria interna

Tendo como objetivo a melhoria contínua do Processo Ações de Qualidade Interno, foi desenvolvido e implementado a metodologia de Avaliação dos Auditores Internos para a gestão e o acompanhamento do desempenho da bolsa de auditores internos;

Para além das atividades acima descritas foi iniciado o desenvolvimento, juntamente com o Departamento de Informática e Eletrónica, do Aplicativo "Gestaudit" para registo de Ações de Controlo da Qualidade e dos Planos de Ações Corretivas. Sendo o "Gestaudit" uma ferramenta de gestão do processo de Ações de Controlo da Qualidade que irá facilitar a programação, a planificação das ações, a elaboração dos relatórios, a apresentação dos Planos de Ações Corretivas, o acompanhamento da implementação e a análise da eficácia dessas ações.

Definição de Ações de Controlo de Higiene e Segurança no Trabalho

Tendo em conta que na ASA existem várias funções com atividades distintas que podem acarretar riscos de acidentes e doenças profissionais, foi trabalhado, conjuntamente com a DRH, as Fichas de Riscos por Função. O trabalho consistiu na identificação dos Perigos e Riscos associadas a cada atividade, com o objetivo de desenvolver medidas preventivas para mitigação dos riscos e a diminuição das consequências na segurança e saúde dos colaboradores.

No âmbito de levantamento de Perigos e Riscos realizado nos anos anteriores e como resposta às não conformidades detetadas nas auditorias, deu-se continuidade à elaboração de Plantas de Emergência nos locais onde os mesmos se encontravam em falta.

Acompanhamento e avaliação do Desempenho dos Processos

Foram definidas metas para quase todos os processos do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Higiene e Segurança no Trabalho e no final de 2014, foram medidas essas metas.

Constatou-se que, por não haver histórico de anos anteriores, muitas metas definidas não foram realistas.

Na medição das metas constatou-se que nem sempre os valores obtidos permitiram fazer a adequada leitura do desempenho, por não terem sido definidas de acordo com a unidade de medida dos indicadores.

Acompanhamento das Metas

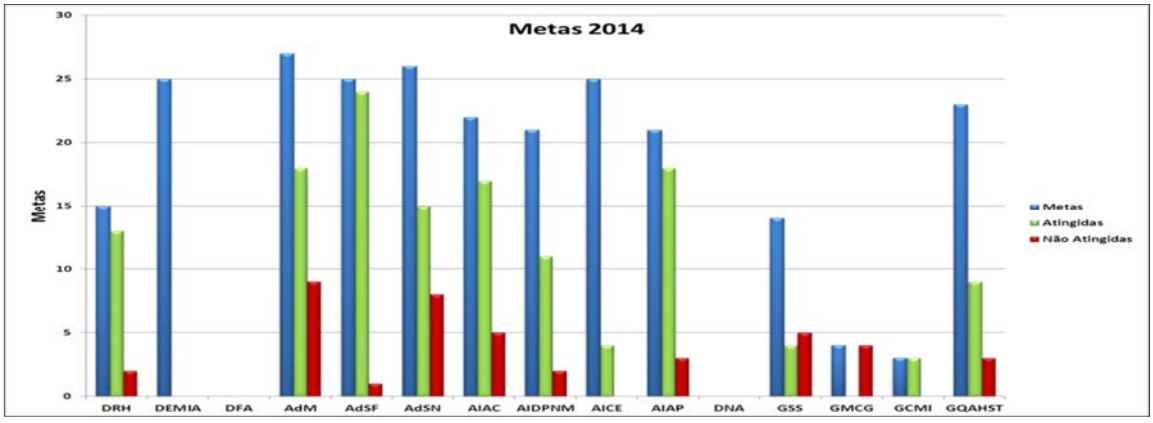


Tabela 35 - Acompanhamento das metas

Formações

No âmbito do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Higiene e Segurança no Trabalho e considerando a identificação de algumas lacunas que dificultam a melhoria do sistema, foram desenvolvidas ações de formação de forma a garantir o cumprimento de requisitos legais e das normas de referência:

- ✓ **Formação de Encarregados de HST da ASA**, realizado em Julho 2014, para garantir o cumprimento do requisito legal do DL 55/99, artigo 78, que obriga a existência de um encarregado de segurança nos locais de trabalho com mais de 50 trabalhadores. Considerando a dispersão dos locais de trabalho na ASA, foi decidido a colocação de um encarregado de segurança em cada aeroporto e aeródromo;
- ✓ **Formação de Dinamizadores da Qualidade**, realizada em Setembro de 2014 que teve como objetivo a preparação de colaboradores para garantir a implementação dos requisitos da norma ISO 9001 em todos os Aeroportos e Aeródromos;
- ✓ **Refrescamento de auditores internos da Qualidade, Higiene e Segurança no Trabalho** para melhorar as competências dos auditores internos e responder a uma constatação registada no encontro de Revisão do Sistema de 2013;
- ✓ **Formação / treino de colaboradores em Primeiros Socorros e Suporte Base de Vida e Na Luta Contra Incêndios** para garantir o disposto no DL 55/99 e a norma OSHAS 18001 através de aquisição de competência para atuação em caso de emergência.

Revisão da documentação do SGIQHST

Das avaliações feitas nas auditorias internas e externas ao Sistema de Gestão, foram detetados alguns documentos que não refletiam de forma clara a execução de determinadas atividades. Assim sendo, foram revistos alguns processos e procedimentos.

Nesta revisão de documentos foram alteradas descrições de atividades e reformulados indicadores que melhor ajudam na definição das metas e consequentemente na avaliação dos processos.

Revisão pela Gestão do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Higiene e Segurança

Respondendo ao requisito 8.5 da norma ISO 9001 e de acordo com o processo Melhoria Contínua da ASA, é realizada anualmente a Reunião de Revisão do Sistema que tem como objetivo:

- A avaliação do desempenho dos processos e dos indicadores do sistema;
- A definição de medidas corretivas para garantir a melhoria contínua;
- O comprometimento de todos os setores na implementação dessas medidas.

Do balanço da reunião da revisão destacam-se os seguintes compromissos assumidos:

- ✓ **Definição de metas para os indicadores dos processos**

  Definição, pelos donos dos processos, de metas para os indicadores dos processos, tendo em conta os objetivos dos processos e as orientações estratégicas estabelecidas pela ASA e a frequência de medição/avaliação. Após a definição das metas, procedem à medição de todos os indicadores definidos de acordo com a frequência estabelecida, à sistematização e guarda dos resultados das medições e à partilha da informação com o GQAHST.

✓ **Gestão das Ações de Controlo da Qualidade - Auditorias**

Ficou acordada a implementação da metodologia de Avaliação dos Auditores Internos para melhorar a gestão da bolsa de auditores internos e a implementação do Aplicativo "Gestaudit" em todas as Direções e Gabinetes.

✓ **Satisfação dos Clientes**

Realização, em 2015, de uma avaliação global da satisfação dos clientes através de inquéritos.

Para além da avaliação global, as Direções dos Aeroportos, Serviço de Aeródromo e a Direção de Navegação Aérea comprometeram-se a realizar avaliações parcelares do nível de satisfação dos clientes.

Foi destacada a necessidade de realização de avaliação em áreas específicas, como por exemplo serviço de Terminal de Cargas e Bares, onde têm sido registadas reclamações recorrentes relativamente aos serviços prestados.

✓ **Gestão de Reclamações**

No tratamento das reclamações ficou assente a necessidade das estruturas garantirem que:
- Todas as reclamações procedentes são classificadas como tal e que dão origem a uma correção e a uma ação corretiva;
- São definidas claramente as responsabilidades pela execução das Ações Corretivas;
- São estabelecidas as datas previstas para o fecho das Ações Corretivas;
- São realizadas as avaliações de eficácia das Ações Corretivas;

Alargar o processo de "Gestão de Reclamações" a outros serviços, como por exemplo Terminal de Cargas, Faturação, Gestão de Tráfego Aéreo e outros.

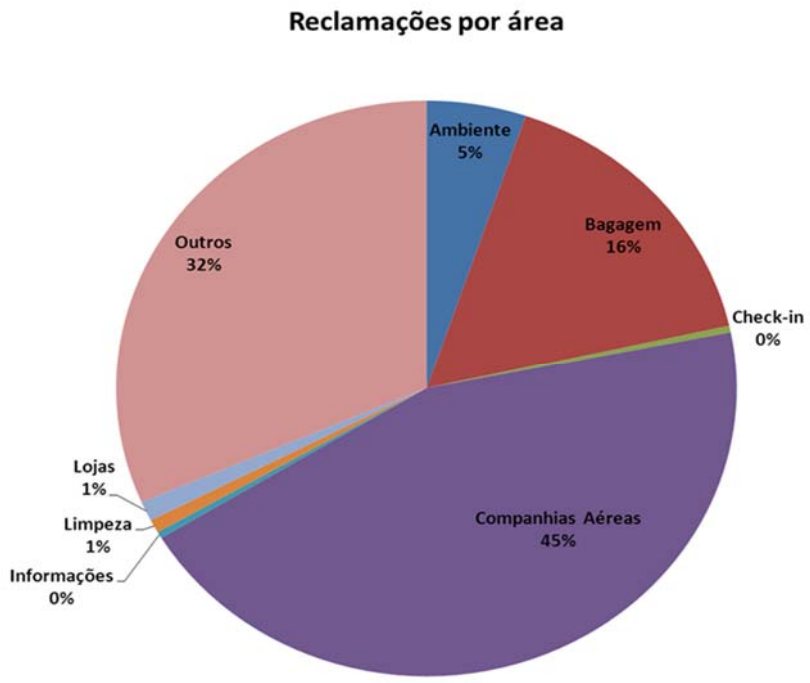


Figura 35 – Reclamação por área

Foi constatado que grande parte das reclamações registadas são classificadas como "Outros". Para corrigir esta situação está-se a fazer a identificação e avaliação de todas as reclamações inseridas no aplicativo para tratamento de reclamações (asafeedback) como "Outros" com o objetivo de segregação e criação de novas áreas de classificação.

- ✓ **Tratamento de Não Conformidades**

  Verificação pelas estruturas que a descrição das Ações Corretivas é clara e objetiva e é feita a avaliação da eficácia das ações implementadas;

  Na definição das Ações Corretivas, as atividades serem discutidas e assumidas por todos os intervenientes, definindo claramente as responsabilidades pela execução;

- ✓ **Gestão de Perigos e Riscos**

  De acordo com o Processo Gestão de Perigos e Risco, assegurar a identificação de perigos e a avaliação dos riscos sempre que se implemente uma nova atividade, se proceda a uma alteração de procedimentos ou se realize uma obra, independentemente da sua envergadura.

  Criação de um mecanismo que assegure o registo e o tratamento de Acidentes / Incidentes, pelo GQAHST.

- ✓ **Emergências**

  Criação de Planos de Contingência para as instalações do “lado terra”

  Inclusão no plano anual de exercícios da ASA, os planos de contingência para as instalações do “lado terra”.

  Adicionalmente aos compromissos apresentados acima as Direções e Gabinetes comprometeram-se para o fecho das Não Conformidades abertas e cujas datas de fecho estão ultrapassadas.

Security & Safety

Os serviços prestados nos aeroportos e na navegação aérea baseiam-se na garantia e na melhoria das medidas de segurança – Safety e Security –, de forma equilibrada com o intuito de assegurar:

1. Que não ocorram acidentes e/ou incidentes durante as atividades operacionais;
2. A proteção dos passageiros, das tripulações, do pessoal em terra, da carga, do correio, das aeronaves e das instalações contra atos de interferência ilícita.

Para o efeito, a ASA tem investido em recursos (capacitação de pessoal, equipamentos/materiais e procedimentos), de acordo com as Leis, Regulamentos e Diretivas Nacionais (Estado e da reguladora AAC) e normas e recomendações internacionais. Conseguiu-se assim, como resultado, a certificação dos aeroportos internacionais e a garantia da manutenção de níveis de segurança aceitáveis.

O Plano de Negócios da empresa 2014-2018 integra como uma das politicas-chave o '*Aperfeiçoamento dos Sistemas de Segurança*' que se traduz em manter os mais altos níveis de Segurança da Aviação Civil (Security) e de Segurança Operacional (Safety) e na melhoria contínua da prestação dos serviços nos aeroportos e na navegação aérea.

Atividades desenvolvidas pelo Gabinete Security & Safety (GSS) – Ano 2014

Para dar resposta às orientações estratégicas definiu-se objetivos operacionais como garantia da implementação e melhoria das medidas preventivas e corretivas, que se desdobraram em atividades realizadas ao longo do ano as quais se apresentam no presente relatório.

Segurança da Aviação Civil (Security)

Fez-se o acompanhamento da implementação das medidas de segurança e realizou-se atividades de monitorização e melhoria das medidas de segurança, onde se destacam as seguintes:

1. Balanço das Ocorrências Security;
2. Estatística Rastreio de Passageiros e suas Bagagens de Cabine nos Voos Domésticos;
3. Gestão da Produção de Cartões de Acesso;
4. Continuidade do processo de implementação do Sistema AVSEC nos Aeródromos;
5. Realização de Ações de Controlo de Qualidade (ACQ);
6. Gestão da disponibilidade e operacionalidade dos equipamentos AVSEC;
7. Início do Processo Security na Navegação Aérea.

Para além de garantir a implementação eficaz e eficiente das medidas constantes dos Programas de Segurança dos Aeroportos e Aeródromos (denominados PSA's), iniciou-se o processo de análise dos desvios para a implementação do *Sistema de Gestão Segurança da Aviação Civil* (SEMS).

Segurança Operacional (Safety)

A segurança operacional é um dos pilares do '*core business*' da ASA.

O GSS estabeleceu como prioridade apoiar, monitorizar e cooperar com os aeroportos e aeródromos, a implementação eficaz e eficiente das medidas operacionais constantes no Manual de Operações do Aeroporto (denominados MOA) e estabelecer ferramentas para minimizar os riscos de segurança na área de movimento.

Para tal, além de acompanhar as atividades operacionais nos aeroportos/aeródromos, estabeleceu também como prioridade a continuidade da implementação do *Sistema de Gestão de Segurança Operacional* (SMS) que permitirá estruturar os processos, efetuar uma gestão dos riscos durante as operações e efetivar a garantia de segurança na prestação dos nossos serviços.

A implementação SMS, a nível corporativo, teve início em 2011 onde se definiu um plano faseado (a implementação SMS tem 4 fases) para o efeito. Em 2013 foi aceite e aprovado a implementação da Fase 1 e em 2014 teve-se por objetivo finalizar a fase 2 e iniciar a fase 3.

Devido a mudanças na regulamentação internacional (ICAO) e consequente mudança a nível nacional (AAC) não se conseguiu consolidar o desígnio e concentrou-se na consolidação da implementação da fase 2, nomeadamente:

1. Revisão Documental;
2. Elaboração do Mapa de Perigos e Riscos dos aeroportos e aeródromos (Processo P-15 Gestão de Perigos e Riscos);
3. Balanço das ocorrências Safety;
4. Preparação dos Aeródromos para a Implementação SMS;
5. Estruturação do Sistema de Formação Safety;
6. Estruturação do Sistema de Auditorias Safety.

Resposta a Emergências (RE)

O sistema de resposta a situações de emergência aeroportuária é o processo que visa planificar e preparar o aeroporto para lidar de forma eficaz com situações de emergência que possam ocorrer dentro do perímetro do aeroporto ou nas suas imediações.

Com o intuito de se estabelecer em todos os aeroportos, de forma equilibrada, um sistema de resposta eficaz e capaz de minimizar os efeitos negativos de uma e manter a continuidade normal das operações, realizou-se as seguintes atividades:

1. Planificação e Acompanhamento da Realização de Exercícios de Resposta a Emergência nos Aeroportos Internacionais e Aeródromos;
2. Acompanhamento da atividade dos Coordenadores dos Planos de Emergência de cada aeroporto;
3. Elaboração de documentação de Gestão de Resposta a Emergência;
4. Consolidação do Sistema de Resposta a Emergência nos Aeródromos.

Formação

Como foi dito anteriormente, uma das principais bases para a prestação dos nossos serviços de segurança no nível requerido é a capacitação os recursos humanos.

O plano permitiu a concretização, em parte, dos objetivos da empresa e cumprimento de requisitos regulamentares, embora, por razões exógenas não tenha sido cumprido na sua totalidade.

A tabela abaixo indica as ações realizadas no ano 2014.

Ação de Formação	Público-alvo	Data Realização
Sensibilização AVSEC	Direções Suporte & Gabinetes Assessoria DEMIA, DMA e DNA (exceto CTA's).	05 a 09 de Maio
Sensibilização Safety &Identificação & Notificação de Perigos	Direções Suporte & Gabinetes Assessoria DEMIA, DMA e DNA (exceto CTA's).	
Sensibilização AVSEC	Aeródromos exceto SN (Sensibilização AVSEC em São Nicolau tinha sido realizada em 2013)	27 Março (SF)
Formação SMS - Aeródromos	Dotar os colaboradores dos conceitos SMS & Safety por forma a capacita-los para o melhor desempenho das suas atribuições.	22 Março (MA)
		28 Março (SF)
		01 Abril (SN)
Sistema Interno de Resposta a Emergência (Aeródromos)	Criar as competências no âmbito de Emergência para Coordenação, Moderação e Avaliação dos exercícios de emergência	14 a 17 Março (MA)
		19 a 21 Março (SF)
		25 a 27 Março (SN)
Segurança de Carga	Conferentes e Manobradores TCC AIAC e AIDP-NM	24Mar a 03Abr. (AIAC)
Manutenção de Equipamentos de Segurança	Técnico S&S - GSS	14 a 25 de Julho em Dakar
Sensibilização AVSEC	Novos Colaboradores (Processo de Acolhimento)	

Tabela 36. Formações realizadas GSS no ano 2014

Foram estabelecidas as bases para o '*Aperfeiçoamento dos Sistemas de Segurança*', de acordo o Plano de Negócios 2014-2018, nomeadamente:

- Consolidação da implementação dos sistemas de gestão, especificamente, SEMS (Sistema de Gestão da Aviação Civil) e SMS (Sistema de Gestão de Segurança Operacional);
- Revisão da documentação (processos, procedimentos, manuais, formulários, …) com o intuito de uniformização a nível corporativo e adequação aos sistemas de gestão;
- Melhoria do processo de recolha e tratamento dos dados por forma a se ter indicadores que nos servirão de suporte para análise, avaliação do desempenho de segurança de cada direção operacional e da ASA no seu todo;
- Continuação da aposta nas atividades de ações de controlo de qualidade interna, tendo em consideração a correção de não conformidades e melhoria do desempenho de segurança; e
- Uniformização e disponibilidade na aquisição e gestão dos equipamentos de segurança.

Em suma, as atividades desenvolvidas em 2014 dão continuidade à criação das condições para cimentar os objetivos do gabinete em particular, e da ASA no seu todo, para a melhoria e uniformização da prestação dos nossos serviços de segurança, especificamente:

1. Assessoria técnica junto às direções dos aeroportos e navegação aérea;
2. Assegurar que os objetivos de segurança (safety & security) são alcançados;
3. Assegurar que as medidas de controlo e mitigação são aplicados conforme o estabelecido
4. Verificar a eficácia das medidas de controlo e mitigação; e
5. Prever e identificar de novas medidas, através de estudos técnicos, para aperfeiçoar o desempenho das nossas operações.

Contas 2014

Balanço

Designação da Entidade: **ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, S.A.**
Outros Elementos de Identificação: **Aeroporto Internacional Amílcar Cabral - CP 58 - Ilha do Sal**

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2014

U=Contos

Código Contas	Rúbricas	Notas	Valores 2014	Valores 2013
	ATIVO			
	Ativo não corrente			
43	**Ativos Fixos Tangíveis**			
431	Terrenos e recursos naturais		771	771
432	Edificios e outras construções		8.588.445	9.316.779
433	Equipamento Básico		1.018.125	1.256.038
434	Equipamento de transporte		382.471	586.287
435	Equipamento administrativo		49.452	61.971
437	Outros ativos tangiveis		5.958	8.858
45	Investimentos em curso		322.306	158.643
		4	10.367.528	11.389.347
44	Ativos Intangíveis			
441	Goodwill	6	3.010.260	0
443	Programas de computador	5	5.744	9.048
			3.016.004	**9.048**
41	Investimentos financeiros			
4111	Participações Financeiras - método de equivalência patrim	6	188.000	0
	Outros ativos financeiros	7	295.828	310.250
264	Activos por impostos diferidos	8	642.859	549.015
24	Estado e outros entes públicos	13	0	0
26	Outras contas a receber	15	42.364	42.014
46	Ativos não correntes detidos para venda	9	10.851	10.851
	Total de ativo não corrente		14.563.434	12.310.525
	Ativo corrente			
3	Inventários	10		
32	Matérias primas subs e de consumo em curso		10.036	23.994
36	Matérias primas subs e de consumo		103.793	106.350
21	Clientes	11	1.277.790	3.811.195
22	Adiantamento a Fornecedores	12	22.716	12.244
24	Estado e outros entes públicos	13	747.223	663.495
25	Accionista	14	390.000	371.535
26	Outras contas a receber	15	106.667	80.762
28	Diferimentos	22	0	0
11 e 12	Caixa e depósitos bancários	2	266.308	476.622
	Total de ativo corrente		2.924.533	5.546.197
	Total do Ativo		**17.487.967**	**17.856.722**

	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
	Capital próprio			
51	Capital realizado	16	5.500.000	5.500.000
53	Outros instrumentos de capital próprio		0	0
586	Reservas legais	17	127.449	121.147
58	Outras reservas	17	3.080.396	2.960.658
59	Resultados transitados		0	0
	Resultado líquido do período		280.630	126.040
	Total do capital próprio		**8.988.475**	**8.707.845**
	Passivo			
	Passivo não corrente			
29	Provisões	18	351.622	332.608
23	Financiamentos obtidos	19	2.503.809	3.150.284
264	Passivos por impostos diferidos	8	4.681	355
	Total de passivo não corrente		2.860.112	3.483.247
	Passivo corrente			
22	Fornecedores	20	257.767	248.450
24	Estado e outros entes públicos	13	214.016	122.856
25	Accionista	14	3.282.063	3.072.693
23	Financiamentos obtidos	19	678.819	870.847
26	Outras contas a pagar	21	1.188.260	1.330.022
28	Diferimentos	22	18.455	20.762
	Total de passivo corrente		5.639.380	5.665.630
	Total do passivo		**8.499.492**	**9.148.877**
	Total do capital próprio e passivo		**17.487.967**	**17.856.722**

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financerias

O Conselho de Administração

A Directora Financeira

Afrodite Borges Monteiro

Presidente

Sandro de Brito

Administrador

Jorge P. dos Santos Fonseca

O Técnico de Contas

Carla Letizia Gomes

Administrador

Américo Faria Medina

Demonstração dos Resultados

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE
Designação da Entidade: **ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, S.A.**
Outros Elementos de Identificação: **Aeroporto Internacional Amílcar Cabral - CP 58 - Ilha do Sal**

Demonstração dos Resultados Líquidos do Exercício Individual

Período compreendido entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2014 — U=Contos

DESCRIÇÃO	NOTAS	VALORES 2014	VALORES 2013
Vendas e Prestações de Serviços	23	4.697.561	4.825.890
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6		
Resultado operacional bruto		4.697.561	4.825.890
Fornecimento e serviços externos	24	(1.331.715)	(1.637.697)
Valor acrescentado bruto		3.365.846	3.188.193
Gastos com pessoal	25	(1.234.613)	(1.242.282)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	10	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11,12,14 e 15	(44.345)	(50.656)
Provisões	18	(19.014)	(38.992)
Aumentos/reduções de justo valor	7	(287)	288
Outros rendimentos e ganhos	26	83.307	84.969
Outros gastos e perdas	27	(127.809)	(361.224)
Resultados antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		2.023.085	1.580.296
Gastos/Reversões de depreciação e de amorização	4 e 5	(1.114.911)	(1.189.732)
Perdas/Reversões por imparidade de activos/amortizáveis	4	(120.622)	0
Resultado operacional (antes perdas/ganhos de financiamento e impostos)		787.552	390.564
Juros e ganhos similares obtidos	28	15.913	19.396
Juros e perdas similares suportados	28	(451.967)	(240.342)
Resultado antes de impostos		351.498	169.618
Imposto sobre rendimentos corrente	29	(160.386)	(70.911)
Imposto sobre rendimentos diferido	29	89.518	27.333
Resultado líquido do período		**280.630**	**126.040**

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financerias

O Conselho de Administração

A Directora Financeira
Afrodite Borges Monteiro

O Técnico de Contas
Carla Letizia Gomes

Presidente - Sandro de Brito

Administrador - Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador - Américo Faria Medina

Demonstração das alterações no Capital Próprio

Outros Elementos de Identificação: **Aeroporto Internacional Amílcar Cabral - CP 58 - Ilha do Sal**

DEMOSNTRAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL
Período compreendido entre 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2014

U= Contos

DESCRIÇÃO		Capital próprio atribuido aos detentores do capital											
		Capital Realizado	Acções (quotas próprias)	Prestações Suplementares e Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em Activos Financeiros	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Liquido do Período	Total
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	5.500.000	0	0	0	121.147	2.960.658	0	0	0	0	126.040	8.707.845
													0
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO													0
Resultado Líquido do período												280 630	280 630
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0	0	0	0	6.302	119.738	0	0	0		(126 040)	
													0
RESULTADO EXTENSIVO	2	0	0	0	0	6.302	119.738	0	0	0	0	154.590	280 630
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Distribuições												0	0
	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUTRAS OPERAÇÕES	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2014	1+2+3+4	5.500.000	0	0	0	127.449	3.080.396	0	0	0	0	280.630	8.988.475

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financeiras

A Directora Financeira
Afrodite Borges Monteiro

O Técnico de Contas
Carla Letizia Gomes

O Conselho de Administração

Presidente - Sandro de Brito

Administrador - Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador - Américo Faria Medina

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Designação da Entidade: **ASA - AEROPORTOS E SEGURANÇA AÉREA, S.A.**
Outros Elementos de Identificação: **Aeroporto Internacional Amílcar Cabral - CP 58 - Ilha do Sal**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período compreendido entre 01 de Janeiro de 2014 e 31 de Dezembro de 2014

U = Contos

DESCRIÇÃO	NOTAS	PERÍODO VALORES 2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3.981.261	4.218.961
Pagamentos a fornecedores		(1.437.203)	(1.686.853)
Pagamentos ao pessoal		(1.184.984)	(934.520)
Caixa gerada pelas operações		**1.359.074**	**1.597.588**
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(97.939)	(340.638)
Outros recebimentos/ pagamentos		(101.114)	(136.843)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		**1.160.021**	**1.120.107**
Fluxos de caixa das actividadades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(342.235)	(802.793)
Activos intangíveis		(1.638)	(189)
Investimentos financeiros		0	0
Outros activos		0	0
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		318	96.311
Investimentos financeiros		14.379	12.127
Subsídios ao investimento		0	0
Juros e rendimentos similares		19.190	17.511
Dividendos		0	0
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		**(309.986)**	**(677.033)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0	765.893
Outras operações de financiamento		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(892.525)	(799.743)
Juros e gastos similares		(169.062)	(245.612)
Outras operações de financiamento		0	0
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		**(1.061.587)**	**(279.462)**
Variação de caixa e seus equivalentes		**(211.552)**	**163.612**
Efeitos das diferenças de câmbio		1.238	(8.601)
Caixa e seus equivalentes no início do período		476.622	321.611
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	**266.308**	**476.622**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		3.590	3.848
Depósitos bancários		262.718	472.774
Outras aplicações de tesouraria		0	0
	2	**266.308**	**476.622**

As notas 1 a 35 fazem parte integrantes destas demonstrações financerias

O Conselho de Administração

A Directora Financeira
Afrodite Borges Monteiro

Presidente - Sandro de Brito

O Técnico de Contas
Carla Letizia Gomes

Administrador - Jorge P. dos Santos Fonseca

Administrador - Américo Faria Medina

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 2014
(Valores expressos em milhares de Escudos Cabo-verdianos "mECV")

INFORMAÇÃO GERAL

A ASA - Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A, adiante designada por "ASA" ou "Empresa", resultou da transformação da ASA, E.P. em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Esta transformação decorreu por via do Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho, por transferência à ASA, S.A. de todos os direitos, prerrogativas, poderes e obrigações de que era detentora a ASA EP. O capital social da ASA de 5.500.000.000 Escudos é, atualmente, detido integralmente pelo Estado da República de Cabo Verde, sendo representado por 550.000 ações com o valor nominal de 10.000,00 Escudos cada, encontrando-se totalmente realizado (ver Nota 16).

Os Estatutos da ASA, publicados pelo Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho referem como objeto da empresa: (i) a exploração e o desenvolvimento em moldes empresariais e em regime exclusivo do serviço público de apoio à aviação civil; (ii) a gestão do tráfego aéreo; (iii) garantir os serviços de partida, sobrevoo e chegada de aeronaves; e (iv) a gestão dos terminais de carga e correios, assegurando para isso as atividades e serviços inerentes às infraestruturas aeronáuticas e de navegação aérea, em todos os aeroportos e aeródromos públicos de Cabo Verde e na Região de Informação de Voo Oceânica do Sal, designada por FIR Oceânica do Sal.

Atualmente a atividade da ASA consiste: (a) na gestão e exploração do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na Ilha do Sal, do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela em Santiago, do Aeroporto Internacional Aristides Pereira na Boavista, do Aeroporto Internacional Cesária Évora em São Vicente e, desde Março de 1993, dos aeródromos existentes nas ilhas de São Nicolau, Fogo e Maio, através da prestação de serviços aeroportuários, comerciais e afins e (b) na gestão da FIR Oceânica do Sal, prestando os serviços relacionados com a gestão do tráfego aéreo a todas as aeronaves que utilizem este espaço aéreo.

À ASA foi atribuída a concessão do serviço público aeroportuário com o enquadramento previsto no Decreto-Legislativo nº 1/2014 de 26 de Setembro. Este diploma define:

- O quadro jurídico geral da concessão do serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil nos aeroportos e aeródromos do país;
- Exploração e desenvolvimento das infraestruturas e dos serviços de apoio à navegação aérea, designadamente a gestão do tráfego aéreo em todas as suas vertentes;
- Regime jurídico da subconcessão do serviço público aeroportuário;
- Regime de licenciamento do uso privativo dos bens do domínio público aeroportuário e do exercício de atividades e serviços nos aeroportos e aeródromos públicos nacionais;
- Conjunto de taxas aplicadas nos aeroportos nacionais;
- Os princípios e regras de regulação económica aplicáveis aos aeroportos nacionais.

Este enquadramento será completado pelas cláusulas do contrato de concessão geral a celebrar entre a ASA S.A. e o Estado Cabo-verdiano em 2015.

A ASA conta com delegações nas ilhas de Santiago, S. Vicente, Boavista, São Nicolau, Maio, Fogo e tem a sua sede na Estrada do Aeroporto, Espargos, Ilha do Sal.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração por meio da resolução nº 01/PCA/SB/01 de 26 de Maio de 2015. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada às operações da ASA em todos os seus aspetos materialmente relevantes bem como a sua posição, performance financeira e fluxos de caixa, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde ("SNCRF").

0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

0.1 Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas pela ASA de acordo com as Normas de Relato Financeiro ("NRF") – emitidas e em vigor à data de 31 de Dezembro de 2014 em Cabo Verde.

A preparação das demonstrações financeiras teve por base a convenção do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros valorizados ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela ASA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 1.21.

1 – Principais Políticas Contabilísticas

1.1 Conversão cambial

Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da ASA estão mensurados na moeda do ambiente económico em que a entidade opera também designada por moeda funcional, o escudo Cabo-verdiano. As demonstrações financeiras da ASA e as respetivas notas são apresentadas em milhares de escudos Cabo-verdianos (mECV) salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do escudo cabo-verdiano são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de rendimentos e gastos financeiros, se relacionadas com empréstimos ou na rubrica outros rendimentos ou gastos operacionais, para todos os outros saldos/transações.

Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira a 31 de Dezembro de 2014, foram como segue:

Moeda	2014	2013
EUR	110,265	110,265
USD	90,678	79,900
CHF	91,674	89,882
GBP	140,950	131,681

1.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui o custo considerado para os ativos adquiridos até à data de transição para o SNCRF e o custo de aquisição para os ativos adquiridos após a data da transição.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a colocação do ativo na localização e condição

necessária ao seu funcionamento conforme pretendido pela gestão. A ASA optou por reconhecer os gastos de financiamento relacionados com ativos em curso como gastos do exercício quando incorridos.

Os gastos subsequentes suportados com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo. Por outro lado, os gastos de natureza corrente com reparação e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incursos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados numa base sistemática, pelo método das quotas constantes por duodécimos, pelo período da vida útil estimada. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

Activos fixos tangíveis	**Anos**
Edifícios e outras construções	Entre 10 a 25
Equipamento básico, outras máquinas e instalações	Entre 5 a 10
Material de carga e transporte	Entre 5 a 10
Outras activos tangíveis	Entre 4 a 12

Os terrenos e os ativos em curso não são depreciados.

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos, sendo alteradas prospectivamente.

Os ativos tangíveis subsidiados pelo Governo ou entidade equiparada são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Empresa, sendo o respetivo gasto compensado em “Outros rendimentos e ganhos” (ver Nota 26), pela amortização dos subsídios registados em “Diferimentos” (ver Nota 22).

Os ganhos e perdas provenientes da alienação de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o seu valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecido como rendimento ou gasto na demonstração dos resultados.

1.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados quando estão cumpridas as condições (definidos no SNCRF), para o seu reconhecimento. No reconhecimento inicial, os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao preço de compra, acrescidos dos custos diretos. Nos períodos subsequentes, os ativos, exceto o Goodwill são amortizados, pelo período de vida útil estimada e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Software

A ASA capitaliza na rubrica de ativos intangíveis, a título de "Software", os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas por entidades externas bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrades* de software. Estes ativos são amortizados em 3 anos.

Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do exercício em que são incursos.

Goodwill

O Goodwill representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição.

O Goodwill é sujeito a testes de imparidade anual numa base anual e é mensurado ao valor inicial deduzido de perdas de imparidade acumuladas. As perdas por imparidade não podem ser revertidas.

O Goodwill é alocado às unidades geradoras de fluxos de caixa para realização de testes de imparidade. Os testes são realizados uma vez por ano com referência à data do relato financeiro.

1.4 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a amortização ou depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso.

Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

No caso da ASA a unidade geradora de caixa mais baixa identificada é a própria Empresa. Embora a ASA tenha duas atividades a seu cargo: i) a gestão navegação aérea; e ii) a gestão da

rede de aeroportos e aeródromos de Cabo Verde, o modelo de fixação de tarifas seguido pelo regulador determina que as duas atividades geram receitas interdependentes.

Os ativos não financeiros, que não o *Goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

1.5 Participações financeiras em subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas

As participações financeiras em subsidiárias, associadas e em entidades conjuntamente controladas são mensuradas nas suas contas individuais, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo subsequentemente mensuradas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o custo de aquisição de uma participação será acrescido ou reduzido:

a) Da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada;
b) Da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada;
c) Da quantia dos lucros distribuídos à participação; e
d) Da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada.

Subsidiária é uma entidade que é controlada por outra Empresa. Normalmente a assunção de controlo está associada à detenção de mais de 50% do capital/ direitos de voto.

Associada é uma entidade na qual é exercida influência significativa (normalmente associada a detenção de mais de 20% do Capital).

Entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, parceria ou outra entidade em que cada empreendedor tenha um interesse, sendo estabelecido um acordo contratual entre os empreendedores de controlo conjunto sobre a atividade económica da entidade.

1.6 Ativos financeiros

A empresa determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NRF 16 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros podem ser classificados/ mensurados como:

(a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

A ASA classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, para o seu valor líquido contabilístico.

São mensurados ao custo ou custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A ASA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme descrito acima. São mensurados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos de derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que se qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A ASA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a ASA reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

1.7 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação da ASA. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O gasto é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

Os inventários são ajustados por imparidade por referência à intenção de uso e a sua condição. O ajustamento de inventário calculado pela ASA tem por base, por um lado, a rotatividade dos *stocks* no final do exercício e, por outro, eventuais situações detetadas durante o processo de inventário realizado anualmente (ver Nota 10).

1.8 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade, se aplicável.

As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os saldos a receber não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. Os riscos efetivos de cobrança dos saldos de clientes e outras contas a receber, apurados por referência a critérios de gestão como a avaliação do risco de crédito e o período estimado de recebimento, são objeto de revisão a cada data de relato.

Para a determinação da imparidade sobre os saldos de cliente, o critério utilizado pela ASA é de ajustar 100% os saldos vencidos há mais de 3 meses, excluindo entidades públicas, conforme informação histórica sobre as perdas incorridas. Adicionalmente é efetuada uma análise, caso a caso, para os saldos de clientes com antiguidade inferior a 3 meses.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou se extingam.

1.9 Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, na rubrica de financiamentos obtidos, no passivo corrente.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os descobertos bancários são considerados como caixa e equivalentes de caixa.

1.10 Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no capital próprio quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.11 Reservas

A ASA tem reconhecido as seguintes reservas:

Reserva legal

A nova redação do CEC – Código das Empresas Comerciais, estabelece no seu Artigo 262º, que "as sociedades anónimas são obrigadas a constituir uma reserva legal no mínimo igual à quinta parte do seu capital social, devendo para o efeito, anualmente, e até se achar integralmente preenchida ou reintegrada, afetar a esse fim a vigésima parte dos seus lucros".

Outras reservas

Nos termos das disposições estatutárias da ASA, aprovados no Decreto Regulamentar nº 3/2001 de 4 de Junho, a Empresa, após deduzida a parte destinada à reserva legal, poderá aplicar o resultado líquido conforme decidido em assembleia-geral, nomeadamente:

i) Cobertura dos prejuízos de anos anteriores;
ii) Constituição e eventual reintegração da reserva legal e de outras reservas que a Lei determinar;
iii) Constituição, reforço ou reintegração de outras reservas que a assembleia-geral deliberar;
iv) Distribuição de dividendos aos acionistas;
v) Gratificação a atribuir aos membros dos órgãos sociais

Neste contexto, foram constituídas as seguintes reservas:

Reserva para investimentos: Esta reserva inclui, (a) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e (b) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Empresa seja beneficiária.

A reserva para investimentos, é feita por deliberação da assembleia-geral, nos termos do artigo 31º dos estatutos (Decreto Regulamentar nº 2/2001 de 04 de junho) e visa a cobertura dos investimentos por incorporação no capital social.

Reservas gerais: A reserva geral pode ser reforçada anualmente com uma percentagem dos resultados líquidos de cada exercício, a definir em assembleia-geral. Não existem restrições legais quanto a sua utilização.

1.12 Passivos financeiros

A ASA determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NRF 16 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados/ mensurados:

(a) Ao custo amortizado; ou
(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados.

A ASA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, o custo com juros a reconhecer em cada período é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, para o seu valor presente.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

1.13 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação quando incorridos.

Os financiamentos obtidos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo classificado como não corrente.

1.14 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação do Decreto-Lei nº 1/96, de 15 de Janeiro, foi aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais. A taxa do imposto foi fixada em 25% no Orçamento do Estado de 2009 (Lei n.º34/VII/2008 de 29 de Dezembro)

As declarações de impostos podem ser revistas pela administração fiscal por um período de cinco anos, pelo que as declarações fiscais de 2010 a 2014 podem vir a ser corrigidas.

Os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de três anos, após a sua ocorrência, por dedução aos lucros fiscais gerados durante esse período.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do Goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os impostos diferidos são classificados no balanço como ativos e/ou passivos não correntes.

1.15 Provisões para riscos e encargos

As provisões são reconhecidas quando a ASA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante

possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência, ou não ocorrência, de determinado evento futuro, a ASA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

1.16 Subsídios e apoios do Governo

A ASA reconhece os subsídios pelo seu justo valor, quando exista uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de diferimentos, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pró-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados, ou nos períodos seguintes se recebidos posteriormente.

1.17 Locações

Locações de ativos relativamente aos quais a ASA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à sua propriedade são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

Nas locações financeiras os ativos são capitalizados no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a ASA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a ASA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados quando incorridos, durante o período da locação.

1.18 Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidos como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

1.19 Rédito

O rédito da ASA refere-se, essencialmente, à prestação de serviços, o qual é reconhecido no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço.

De acordo com a legislação nacional e internacional emitida, para o setor, o rédito da ASA consubstancia-se nas taxas cobradas pela utilização do espaço aéreo cabo-verdiano e pela utilização das infraestruturas aeroportuárias, como taxas de rota, taxas de aterragem e descolagem, taxas de serviço a passageiros, taxa de segurança, entre outras.

a) Serviços de navegação

En-route air navigation charge: Corresponde à **taxa de rota** cobrada às companhias aéreas por sobrevoarem o espaço aéreo de Cabo Verde, independentemente, do destino. A taxa é calculada com base na distância percorrida e no PMD (peso máximo à descolagem);

Terminal área navigation charge – TNC: corresponde a uma taxa paga pelas companhias aéreas por cada operação de aterragem e descolagem em Cabo Verde. Esta taxa varia consoante o peso máximo à descolagem do avião.

b) Serviços de operação aeroportuária

O rédito obtido dos serviços de operação aeroportuária tem as seguintes naturezas:

Serviços a passageiros: taxas cobradas aos passageiros em voos domésticos e internacionais;

Aterragem e descolagem (Landing – Take-off): taxa cobrada por unidade de tonelada métrica do peso máximo à descolagem indicado no certificado de navegabilidade da aeronave ou documento para o efeito considerado equivalente;

Estacionamento (Open airparking): taxa definida nas áreas de tráfego, nas áreas de manutenção ou outras e calculada por tonelada métrica e por hora ou fração, estabelecida em função do peso máximo à descolagem;

Balizagem e iluminação (Lighting aids): taxa devida por cada operação de aterragem ou descolagem em que seja utilizada balizagem luminosa, quer nos casos em que é obrigatória quer quando solicitada pela aeronave;

Embarque e desembarque de carga: taxa devida por cada quilo de carga embarcada ou desembarcada e separação de bagagem;

Informação sonora (Announcements): taxa cobrada por anúncio áudio divulgado no sistema sonoro do aeroporto;

Parqueamento: taxa única devida por serviço prestado por sinaleiro da ASA em cada operação de sinalização, parqueamento ou remoção de aeronaves.

Taxa de Segurança: taxa de segurança devida pelos serviços prestados aos passageiros, destinada à cobertura dos encargos respeitantes aos meios humanos e materiais afetos à segurança da aviação civil, para prevenção e repressão de atos ilícitos.

c) Locação de infraestruturas aeroportuárias

Rédito proveniente da locação de infraestruturas aeroportuárias, nomeadamente, espaços comerciais e escritórios. Nos espaços comerciais estão incluídos restaurantes, bares, lojas, agências de viagens, bancos e operadoras aéreas localizadas nos aeroportos explorados pela ASA. Os rendimentos resultantes destas locações são reconhecidos na demonstração dos resultados mensalmente com referência à fase de acabamento, à data de balanço.

1.20 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias remuneradas, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a empresa garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rúbrica outras contas a pagar (ver nota 21).

Os trabalhadores da ASA encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.21 Estimativas e Julgamentos

As estimativas e julgamentos efetuados pelo Conselho de Administração são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente na estimativa sobre eventos futuros que seja provável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

Imparidade de saldos de clientes

A ASA analisa de forma periódica os saldos vencidos de clientes de forma a detetar problemas de imparidade no recebimento destes valores relativos a: (i) risco de crédito; ou (ii) período de regularização estimado.

Provisões

A ASA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Ativos tangíveis

A estimativa das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar e o valor residual dos ativos, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes pressupostos são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

2 – Caixa e depósitos bancários

O detalhe do montante considerado na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" na demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2014 é como segue:

	2014	2013
Numerário		
- Caixa	3.590	3.848
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	199.097	353.028
- Depósitos a prazo	63.621	119.746
	262.718	472.774
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	**266.308**	**476.622**
Equivalentes de caixa (passivo)	-	-

Parte dos recebimentos mensais da IATA (500.000 euros) foram domiciliados na conta do Banque et Caisse d'Èpargne de L'État (BCEE). Neste banco está aberta outra conta denominada provisão onde mensalmente fica imobilizado 1/6 do serviço da dívida referente ao empréstimo contraído no Banco Europeu de Investimentos (BEI) (ver Nota 19). O valor desta conta serve, semestralmente, para liquidar a prestação do empréstimo junto daquele organismo. A 31 de Dezembro de 2014 o valor desta conta ascendia a 74.513 mECV (2013: 74.409 mECV).

3 - Gestão de riscos financeiros

A exposição da Empresa a riscos financeiros não é significativa e refere-se, principalmente, a variações de taxa de câmbio, de taxas de juro e risco de crédito.

- **Risco cambial**

O risco cambial resulta de parte dos recebimentos de clientes, nomeadamente, os que são cobrados pela IATA. Embora a faturação seja efetuada em Escudos Cabo-verdianos, esta é convertida em dólares pela IATA no momento em que as receciona, sendo o valor recebido em média 60 dias depois em Escudos, ao câmbio do dólar na data do recebimento.

ii) Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, estando a ASA sujeita ao risco da variação da taxa de juro. A ASA não tem definido qualquer política para a cobertura deste risco ou negociados quaisquer instrumentos financeiros derivados que visem a minimização destes impactos.

iii) Risco de crédito

Pela natureza do seu negócio o risco de crédito da ASA está segmentado entre:

a) Faturação efetuada às companhias aéreas que sobrevoam o espaço aéreo de Cabo Verde. Neste caso o risco de crédito das companhias filiadas na IATA é minimizado pelo controlo centralizado de cobranças efetuado por esta entidade;

b) Faturação efetuada às companhias aéreas que não estão filiadas na IATA e que utilizam os aeroportos e aeródromos geridos pela ASA. Neste caso existe uma grande concentração de risco de crédito relativamente a alguns clientes, que é alvo de avaliação regular por parte da direção financeira da ASA, tendo a empresa adotado algumas medidas que visam a redução do risco de crédito, entre as quais a cobrança cash ou pré-pagamento.

Para as prestações de serviços secundários (ex.: arrendamentos) estão definidas políticas de corte de serviço que procuram assegurar que as vendas efetuadas/ serviços prestados são cobradas.

iv) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades de fundos através de facilidades de crédito negociadas.
Tem sido efetuado um acompanhamento rigoroso na gestão de tesouraria no que se refere às principais condicionantes como monitorização de posição de clientes e a realização de investimentos.

v) Gestão do capital

O objetivo da ASA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado no balanço, é salvaguardar a continuidade das operações da Empresa.

O plano de financiamento da ASA é efetuado considerando as necessidades de investimento em infraestruturas, as necessidades de capital relativas à atividade operacional e financeira e as comparticipações do Estado.

i) 4 – Ativos tangíveis

Em 31 de Dezembro de 2014 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

U= mECV

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2014								
Custo de aquisição	771	15 396 547	4 388 374	1 422 006	510 489	28 048	158 643	21 904 878
Depreciações acumuladas	-	(6 079 768)	(3 132 336)	(835 719)	(448 518)	(19 190)	-	(10 515 531)
Valor líquido	**771**	**9 316 779**	**1 256 038**	**586 287**	**61 971**	**8 858**	**158 643**	**11 389 347**
Movimento em 2014								
Adições	-	2 073	1 028	-	1 718	4 627	199 326	208 772
Transferências e abates	-	20 556	8 537	-	12 773	(6 203)	(35 663)	
Depreciação - exercício	-	(681 223)	(211 547)	(194 230)	(21 865)	(1 104)	-	(1 109 969)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade exercicio	-	(69 740)	(35 931)	(9 586)	(5 145)	(220)	-	(120 622)
Valor líquido	**-**	**(728 334)**	**(237 913)**	**(203 816)**	**(12 519)**	**(2 900)**	**163 663**	**(1 021 819)**
31 de Dezembro de 2014								
Custo de aquisição	771	15 419 176	4 397 939	1 422 006	524 980	26 472	322 306	22 113 650
Depreciações acumuladas	-	(6 760 991)	(3 343 883)	(1 029 949)	(470 383)	(20 294)	-	(11 625 500)
Perdas por imparidade acumuladas	-	(69 740)	(35 931)	(9 586)	(5 145)	(220)	-	(120 622)
Valor líquido	**771**	**8 588 445**	**1 018 125**	**382 471**	**49 452**	**5 958**	**322 306**	**10 367 528**

Em 31 de Dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

U= mECV

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Activos em curso	Total
1 de Janeiro de 2013								
Custo de aquisição	771	14 828 020	4 049 311	1 481 207	494 616	24 108	295 952	21 173 985
Depreciações acumuladas	-	(5 433 904)	(2 818 289)	(654 715)	(423 912)	(18 373)	-	(9 349 193)
Valor líquido	**771**	**9 394 116**	**1 231 022**	**826 492**	**70 704**	**5 735**	**295 952**	**11 824 792**
Movimento em 2013								
Adições	-	157	2 444	4 133	5 965	14 190	795 562	822 451
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	568 370	336 619	(63 334)	9 908	(10 250)	(932 871)	(91 558)
Depreciação - exercício	-	(645 864)	(314 047)	(194 726)	(24 606)	(817)	-	(1 180 060)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	13 722	-	-	-	13 722
Valor líquido	**-**	**(77 337)**	**25 016**	**(240 205)**	**(8 733)**	**3 123**	**(137 309)**	**(435 445)**
31 de Dezembro de 2013								
Custo de aquisição	771	15 396 547	4 388 374	1 422 006	510 489	28 048	158 643	21 904 878
Depreciações acumuladas	-	(6 079 768)	(3 132 336)	(835 719)	(448 518)	(19 190)	-	(10 515 531)
Valor líquido	**771**	**9 316 779**	**1 256 038**	**586 287**	**61 971**	**8 858**	**158 643**	**11 389 347**

As adições e transferências para ativos tangíveis firmes registadas no exercício de 2014 referem-se, maioritariamente, às seguintes rubricas:

i) Edifícios e outras construções:

a) Remodelação do Edifício alocado ao Cabo Verde Handling no montante de 6.405 mECV;
b) Remodelação do Edifício alocado à Direção de Recursos Humanos no montante de 13.827 mECV.

ii) Equipamento básico:

a) Climatização Torre no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral - no montante de 1.029 mECV;
b) Elevador da Torre de Controle do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, no montante de 5.300 mECV;
c) Equipamentos básicos diversos, no montante de 3.236 mECV.

iii) Equipamento administrativo:

a) Projeto Digital DL – 2.599 mECV;

b) Impressoras diversas – 1.243 m ECV;

c) Monitores diversos – 1.150 mECV

No final de 2014 e 2013 os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se a**:**

		2014	2013
Activos em construção			
Climatização Concourse Hall no Sal (AIAC)	i)	138.151	27.981
UPGRADE SISTASAL	ii)	118.702	112.184
Impermeabilização Concourse Hall no Sal (AIAC)	iii)	49.707	-
Remodelação torre em S. Vicente (AICE)	iv)	10.581	-
Outros		5.165	
Remodelação Edificios (DRH e CVHandling)		-	13.957
Elevador Torre Controle no Sal (AIAC)		-	4.521
		322.306	**158.643**
Total activos em curso		**322.306**	**158.643**

Do total dos "Ativos em curso" no final de 2014 destacam-se os seguintes investimentos:

i) Obras de melhoria da Climatização do Concourse Hall do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, no montante de 138.151 mECV., realizado pela ABERDORE;
ii) Upgrade do Sistema SISTASAL, iniciado em 2013 e em fase de finalização, no montante de 118.702 mECV. Projeto executado pela INDRA Sistemas;
iii) Obras de impermeabilização da cobertura do Concourse Hall do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, no montante de 49.707 mECV., realizado pelo fornecedor ARMANDO CUNHA.
iv) Obra de remodelação da Torre de Controlo no Aeroporto Internacional Cesária Évora, no montante de 10.581 mECV., realizado pelo fornecedor ARMANDO CUNHA.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, o valor líquido dos ativos fixos tangíveis, adquiridos sob o regime de locação financeira é como segue (ver igualmente Nota 19):

Locações financeiras

	2014	2013
Equipamentos transporte - Valor bruto	12.920	12.920
Depreciações acumuladas	(7.402)	(5.787)
	5.518	7.133

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" da demonstração dos resultados pela sua totalidade.

A imparidade em ativos reconhecida em 2014 refere-se a regularização de diferenças resultantes do inventário geral de ativos não financeiros.

5 – Outros Ativos intangíveis

A rubrica de outros ativos intangíveis engloba, valores capitalizados com a aquisição de diversos tipos de software, bem como projetos, de suporte às atividades desenvolvidas pela ASA.

A evolução registada para os exercícios apresentados é como segue:

	Software	
	2014	**2013**
A 1 de Janeiro		
Custo de aquisição	108.238	108.049
Amortizações acumuladas	(99.190)	(89.518)
Valor líquido	**9.048**	**18.531**
Adições	1.638	189
Amortização - exercício	(4.942)	(9.672)
Movimentos do periodo	**(3.304)**	**(9.483)**
31 de Dezembro		
Custo de aquisição	109.876	108.238
Amortizações acumuladas	(104.132)	(99.190)
Valor líquido	**5.744**	**9.048**

Na rubrica de software estão incluídos:

i) Custos incorridos com o projeto de implementação do sistema integrado de gestão dos recursos humanos (ano 2006) e o sistema de gestão de tráfego desenvolvido em coordenação com a AENA e INDRA (ano 2006), que se encontram totalmente amortizados a 31 de Dezembro de 2014;
ii) Aquisição em 2010 de um software de gestão de ativos, cujo montante total ascendeu a 10.636 mECV;
iii) Aquisição em 2012 de um software de videovigilância inteligente para o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral, cujo montante total ascendeu a 12.429 mECV;
iv) Renovação em 2012 das licenças antivírus, cujo montante total ascendeu a 1.443 mECV;
v) Aquisição em 2013 de licenças de software de monitores de rede de informação de voo, no montante de 186 mECV;
vi) Atualização em 2014 do software Tecno motor – Ligeiros/Camião, no montante de 141 mECV;
vii) Licenciamento do Office em 2014, no montante de 1.497 mECV.

6 – Participações financeiras – Método de equivalência patrimonial

O detalhe das participações financeiras em empresas subsidiárias, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

	Sede Social		Percentagem capital detido		Valor Contabilistico		Informação financeira da empresa associada (valores em MESC)			
Empresas	Localidade	País	2014	2013	2014	2013	Ativo	Passivo	Proveitos	Resultado do exercicio
Cabo Verde Handling	Ilha do Sal	Cabo Verde	100%	-	188.000	-	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Resultante do processo da reestruturação da TACV, foi criada a sociedade CABO VERDE HANDLING, SA – Sociedade Unipessoal SA, conforme a publicação do decreto-Lei nº26/2014 de 08 de Maio.

Constitui objeto principal da CVHandling a prestação de serviços de assistência em escala do transporte aéreo nos aeroportos e aeródromos do país.

Para regularização de uma parte da dívida dos TACV para com a ASA foi transmitida a totalidade do capital desta sociedade para ASA no montante 3.198.260 mECV como resulta da Ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 19 de Agosto de 2014, tornando-se a ASA acionista único da CVHandling.

Uma vez que ainda não se encontra apurado o resultado líquido do exercício final da empresa Cabo Verde Handling, não foi refletido qualquer montante na rubrica de resultados relativos a participações financeiras da demonstração de resultados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em subsidiárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Adições	Ganhos/ Perdas	Ajustamentos	Dividendos	Transferências/ regularizações	Alienações	Saldo Final
Cabo Verde Handling	-	188.000	-	-	-	-	-	188.000

O Goodwill positivo relativo a empresas subsidiárias, que se encontra incluído na rubrica de ativos intangíveis, apresenta o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2014:

	2014	2013
Cabo Verde Handling	3.010.260	-

7 – Outros ativos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a:

	2014	2013
Acções	86.186	86.473
Obrigações	116.386	130.765
Depósito BEI	113.360	113.116
Total	**315.932**	**330.354**
Imparidade Activos Financeiros	(20.104)	(20.104)
	295.828	**310.250**

	Nº acções	2014	Nº acções	2013
Banco Comercial do Atlântico i)	28.780	86.053	28.780	86.340
Sociedade Multipessoal Lda ii)	n.d	133	n.d	133
Total		**86.186**		**86.473**

i) As ações encontram-se valorizado ao justo valor de acordo com cotação na bolsa de valores de Cabo Verde, conforme boletim publicado com referência às datas do balanço apresentadas:

- Cotação a 31 de Dezembro de 2014: 2.990 ESC/ ação
- Cotação a 31 de Dezembro de 2013: 3.000 ESC/ ação

Os ganhos e reduções de justo valor são registadas na rubrica "Aumentos/ reduções de justo valor" na demonstração dos resultados.

Em 21 de Dezembro de 2000 a ASA adquiriu um lote de 20.000 ações ao preço unitário de 2.328 Escudos e um lote de 1.725 ações ao preço unitário de 2.280 Escudos. Em 26 de Março de 2009 a ASA adquiriu um lote adicional de 7.055 ações pelo valor de 2.386 Escudos cada.

Estas ações encontram-se depositadas numa conta título na Agência do BCA no Sal.

No exercício de 2014 e 2013 não houve distribuição de dividendos por parte do BCA.

ii) Em 2012, conforme referido na ata da assembleia-geral realizada a 5 de Outubro de 2012 (ata nº 02/AG/ASA/2012), a ASA alienou a participação social que detinha na Sociedade Multipessoal, Lda. A participação resultou de uma parceria efetuada com a Multipessoal Portugal, empresa do Grupo BES, onde a ASA participava em 30% do capital social

correspondente a 3.000 ações com valor nominal de 1.000$00 cada e assumia o controlo conjunto.

O fecho desta operação resultou uma valorização nula da participação. Desta forma, foi efetuado o ajustamento da participação no valor de 133 mECV.

Obrigações

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os ativos reconhecidos nesta rubrica correspondem a títulos de dívida adquiridos pela ASA, emitidos pelas seguintes entidades:

	2014		
Descrição	Nº Obrigações	Condições	Valor
Obrigações SOGEI	19 971	Euribor 6 meses + 2,75%, Reembolso em 2017	19 971
Obrigações Fast Ferry	89 990	i) 25.000 com taxa 7,5% e com reembolso em 2019 ii) 15.000 com taxa 8,25% (2012) a 10% (2016 a 2019), (7,5% em 2013 e 2014) e com reembolso em 2019 iii) 49.990 com taxa 7,5% com reembolso em 2019	89 990
Obrigações BCA	6 425	Taxa crescente (5,75% a 6,25%); Juros semestrais postecipados Reembolso início em 2013	6 425
Total			**116 386**

	2013		
Descrição	Nº Obrigações	Condições	Valor
Obrigações SOGEI	19.971	Euribor 6 meses + 2,75% (Tx min 6,4%; Tx máx 7,4%) Reembolso em 2014	19.971
Obrigações Tecnicil	12.237	Taxa 7,5% (fixa); Juros semestrais postecipados Reembolso 2014	12.237
Obrigações Fast Ferry	89.990	Taxa: 8,25% (2012); 7,5% (2013,2014); 8,75% (2015); 10% (2016,2017,2018,2019) Reembolso 2019	89.990
Obrigações BCA	8.567	Taxa crescente (5,75% a 6,25%); Juros semestrais postecipados Reembolso início em 2013	8.567
Total			**130.765**

Por deliberação da assembleia-geral da Fast Ferry em Março de 2012, ocorreu uma alteração nas condições destas obrigações, nomeadamente alteração do prazo de reembolso para 2019 bem como da alteração da taxa anual nominal de 9% para 8,25% (2012); 7,5% (2013,2014); 8,75% (2015); 10% (2016,2017,2018,2019).

Adicionalmente a ASA adquiriu em Fevereiro de 2012, 15.000 obrigações da Fast Ferry ao valor nominal de 1m ECV.

A especialização dos juros das obrigações encontra-se registada na rubrica de juros e rendimentos similares – Juros obtidos (Ver Nota 28).

Em 2013, atendendo às dificuldades financeiras da SOGEI, em reembolsar as obrigações na data da sua maturidade, foi constituída uma provisão para fazer face ao risco de imparidade das referidas obrigações.

Em 2014 foi prorrogado o prazo de maturidade do empréstimo obrigacionista da SOGEI para mais três anos atingindo a maturidade em 18 de Fevereiro de 2017.

Em 2014 foram reembolsadas as obrigações da Tecnicil.

Outros depósitos (Garantias)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os ativos reconhecidos nesta rubrica correspondem ao depósito garantia constituído pela ASA, no âmbito do financiamento obtido do BEI. A ASA é obrigada a manter esta aplicação até 2019, a qual venceu juros, em 2014, à taxa de juro de 1% (2013: 1%).

	2014	2013
Garantia BEI	113.360	113.116
Total	**113.360**	**113.116**

Este depósito encontra-se denominado em euros, correspondendo o saldo acumulado a 31 de Dezembro de 2014 a 1.028.207 Euros (em 2013: 1.025.853 Euros).

8 – Impostos diferidos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a ASA apresenta os seguintes saldos de impostos diferidos:

	Imposto diferido activo	Imposto diferido passivo
1 de Janeiro de 2013	**521.611**	**(8.011)**
Aumentos / (reduções) por resultados	27.404	(71)
Regularizações /transferências	-	7.727
31 de Dezembro de 2013	**549.015**	**(355)**
Aumentos / (reduções) por resultados	93.844	(4.326)
Regularizações /transferências	-	-
31 de Dezembro de 2014	**642.859**	**(4.681)**

O detalhe da natureza dos impostos diferidos ativos para os exercícios apresentados é como segue:

	Outras Provisões	Cobrança duvidosa	Inventários	Imparidade TACV	Imparidade Activos Financeiros	Total
A 1 de Janeiro de 2014	**43.395**	**264.957**	**294**	**235.376**	**4.993**	**549.015**
Constituição por resultados	8.632	90.537	3.656	-	33	102.858
Reversão por resultados	-		-	(9.014)	-	(9.014)
Movimento do exercício	**8.632**	**90.537**	**3.656**	**(9.014)**	**33**	**93.844**
A 31 de Dezembro de 2014	**52.027**	**355.494**	**3.950**	**226.362**	**5.026**	**642.859**

	Outras Provisões	Cobrança duvidosa	Inventários	Imparidade TACV	Imparidade Activos Financeiros	Total
A 1 de Janeiro de 2013	**33.648**	**252.293**	**294**	**235.376**	**-**	**521.611**
Constituição por resultados	9.747	12.664	-	-	4.993	**27.404**
Reversão por resultados	-	-	-	-	-	-
Movimento do exercício	**9.747**	**12.664**	**-**	**-**	**4.993**	**27.404**
A 31 de Dezembro de 2013	**43.395**	**264.957**	**294**	**235.376**	**4.993**	**549.015**

O detalhe da natureza dos impostos diferidos passivos para os períodos apresentados é como segue:

	Justo valor Acções	Activos detidos para venda	Ajustamento 1/5 Res. Transição	Total
A 1 de Janeiro de 2014	**(7.197)**	**(885)**	**7.727**	**(355)**
Constituição por resultados	-	-	-	-
Reversão por resultados	2.516	885	(7.727)	(4.326)
Regularizações/transferência	-	-	-	-
Movimentos do período	**2.516**	**885**	**(7.727)**	**(4.326)**
A 31 de Dezembro de 2014	**(4.681)**	**-**	**-**	**(4.681)**

	Justo valor Acções	Activos detidos para venda	Ajustamento 1/5 Res. Transição	Total
A 1 de Janeiro de 2013	**(7.126)**	**(885)**	**-**	**(8.011)**
Período findo em 31 de Dezembro				
Constituição por resultados	-	-	-	-
Reversão por resultados	(71)	-	-	(71)
Regularizações/transferência	-	-	7.727	7.727
Movimentos do período	**(71)**	**-**	**7.727**	**7.656**
A 31 de Dezembro de 2013	**(7.197)**	**(885)**	**7.727**	**(355)**

9 – Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a ASA tem classificado como ativos não correntes detidos para venda as seguintes classes de ativos:

	2014	2013
Activos fixos tangíveis		
Terrenos	739	739
Moradias	10.112	10.112
	10.851	**10.851**

Os terrenos e moradias classificados como detidos para venda referem-se a terrenos e moradias para os quais já foram assinados os contratos de promessa de compra e venda, estando a ASA a aguardar a realização das escrituras.

A manutenção da classificação destes ativos para além dos 12 meses deve-se ao facto das questões pendentes não estarem no controlo da ASA. O valor pelo qual se encontram mensurados é inferior ao valor de venda já negociado para a alienação.

10 – Inventários

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013
Material auto	54.821	54.267
Materiais de telecomunicações	26.574	29.935
Material eléctrico	16.109	18.310
Material de construção	8.499	6.351
Outros materiais (< 6.000)	13.590	13.314
Total inventário em armazém	**119.593**	**122.177**
Inventários em trânsito	10.036	23.994
Ajustamentos a inventários	(15.800)	(15.827)
Total inventários	**113.829**	**130.344**

O custo dos inventários reconhecido em 2014, como gasto e incluído na rubrica ”Fornecimentos e serviços externos” ascendeu a 72.934mECV (em 2013 48.156 mECV)

Os inventários em trânsito referem-se a gastos com processos de desalfandegamento.

Ajustamentos a inventários

Em 2014 a variação nos ajustamentos de inventários foi como segue:

	2014	2013
A 1 de Janeiro	**15.827**	**15.827**
Aumentos	-	-
Utilizações	(27)	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	**15.800**	**15.827**

11 – Clientes

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a decomposição da rubrica de clientes, é como segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes c/c	1.277.790	-	1.277.790	3.811.195	-	3.811.195
Clientes de cobrança duvidosa	2.303.892	-	2.303.892	2.241.082	-	2.241.082
	3.581.682	-	3.581.682	6.052.277	-	6.052.277
Perdas por imparidade	(2.303.892)	-	(2.303.892)	(2.241.082)	-	(2.241.082)
Total Clientes	**1.277.790**	**-**	**1.277.790**	**3.811.195**	**-**	**3.811.195**

Os saldos de clientes c/c resultam, maioritariamente, da faturação das taxas de rota às companhias aéreas pela utilização do espaço aéreo de Cabo Verde, sendo os saldos em aberto mais significativos referentes às companhias aéreas que não estão associadas à IATA – International Airport Association.

A redução acentuada do saldo de clientes (conta corrente) resulta da transferência para a esfera da ASA da Cabo Verde Handling (Ver nota 6), cuja contrapartida foi efetuada por regularização da divida a receber dos TACV.

Resumo dos saldos de clientes sem considerar o ajustamento para imparidade:

	31-12-2014	31-12-2013
TACV CABO VERDE AIRLINES	1.357.689	3.812.581
HALCYONAIR CABO-VERDE SA	341.145	341.145
ARIK AIR	242.512	194.507
TAP AIR PORTUGAL	117.979	132.441
TAM - LINHAS AEREAS S.A	63.372	86.921
GROUP AIR FRANCE	85.873	97.409
IBERIA-LINHAS AEREAS ESPANA	87.520	82.939
SOUTH AFRICAN AIRWAYS - TT	56.034	66.170
AIR COMET	56.151	56.550
GHANA AIRWAYS CORPORATION	55.611	55.648
SOUTHERN WINDS,S.A.	52.433	52.433
CABO VERDE HANDLING, SA	52.304	0
TACV ASSISTÊNCIA	44.056	43.166
FREITAS CATERING SERVICES	36.794	26.974
DEUTSCHE LUFTHANSA, A.G.	32.603	40.125
BRITISH AIRWAYS-BAW	32.479	34.510
Outros < 30.000 contos	867.127	928.758
	3.581.682	**6.052.277**

Perdas por imparidade

	2014	2013
A 1 de Janeiro	**2.241.082**	**2.172.874**
Aumentos	62.810	110.545
Transferências	-	-
Reduções	-	(42.337)
A 31 de Dezembro	**2.303.892**	**2.241.082**

A variação registada na rubrica de "Perdas por imparidade – clientes" refere-se, essencialmente à constituição de imparidade sobre a dívida da ARIK Air, companhia aérea da Nigéria com faturação de sobrevoos no espaço aéreo de Cabo Verde que nunca efetuou qualquer pagamento, continuando a aumentar o valor do saldo em divida, com um valor de faturação não regularizada em 2014 de 48.005 mECV.

Relativamente à TACV, em 2014 não foi reajustada a imparidade sobre os créditos vencidos, não obstante os atrasos registados na regularização da faturação emitida. A imparidade reconhecida até 31 de Dezembro de 2014 ascende a 905.447 mECV.

12 – Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a decomposição da rubrica de adiantamentos a fornecedores, é como segue:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Armando Cunha, SA	10.829	-	10.829	10.829	-	10.829
ICAO	3.065	-	3.065	3.065	-	3.065
Instituto Nacional de Meteorologia	3.000	-	3.000	3.000	-	3.000
ELSEG	2.830	-	2.830	2.830	-	2.830
Outros	11.158	-	11.158	686	-	686
	30.882	-	30.882	20.410	-	20.410
Ajustamentos	(8.166)	-	(8.166)	(8.166)	-	(8.166)
Total	**22.716**	**-**	**22.716**	**12.244**	**-**	**12.244**

Os saldos apresentados acima compreendem os adiantamentos efetuados a fornecedores de acordo com os termos acordados para fornecimento ou prestação de serviços.

Ajustamentos e adiantamentos

	2014	2013
A 1 de Janeiro	**8 166**	**8 166**
Aumentos	-	-
Utilizações	-	-
Reduções	-	-
A 31 de Dezembro	**8 166**	**8 166**

O valor dos ajustamentos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 corresponde a adiantamentos efetuados aos seguintes fornecedores: ICAO, ELSEG, BOM FIM e EAF FISCAT cujos adiantamentos têm antiguidade significativa e para os quais poderá existir risco de regularização.

13 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos ativos e passivos de "Estado e outros entes públicos" são como segue:

	2014		2013	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - I.U.R. - estimado	-	(160.386)	9.310	(70.911)
Retenções Imposto s/ rendimento	-	(22.664)	-	(21.909)
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	746.691	-	653.653	-
Contribuições p/ Previdência	-	(30.966)	-	(30.036)
Outros impostos	532	-	532	-
Total	**747.223**	**(214.016)**	**663.495**	**(122.856)**
Não corrente	**-**	**-**	**-**	**-**
Corrente	**747.223**	**(214.016)**	**663.495**	**(122.856)**

Saldos devedores

Os saldos desta rubrica referem-se, maioritariamente, ao valor do IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado a receber, relativo aos exercícios de 2007 a 2013, para os quais a ASA já entregou os respetivos pedidos de reembolso, o qual se espera a regularização através de encontro de contas com o Estado por conta de dividendos a pagar, acrescido do IVA a receber relativo ao exercício de 2014, no valor de 93.038 mECV.

Saldos credores

Relativamente aos saldos credores, o mais significativo refere-se ao saldo da estimativa de imposto a pagar (nota 29).

As rubricas "Retenções imposto s/ rendimento" e "Contribuições p/ previdência" referem-se às retenções efetuadas sobre as remunerações dos empregados e contribuições da ASA, a pagar até 15 de Janeiro do ano seguinte à data de balanço.

Detalhe dos saldos de IUR a 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

		2014	2013
Pagamento por conta 2005		-	(9.310)
Estimativa de IUR do ano	i)	160.386	70.911
Total		**160.386**	**61.601**
Saldo devedor		-	**(9.310)**
Saldo credor		**160.386**	**70.911**

i) Com a publicação do Decreto – Lei n.º 1/96 de 15 de Janeiro, foi aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre os Rendimentos (IUR), segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado líquido do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que nos termos do referido Decreto – Lei não devam ser considerados para efeitos fiscais. Sobre este resultado é aplicada uma taxa de 25%, que foi fixada através da Lei n.º34/VII/2008 de 29 de Dezembro. Para o efeito, o valor estimado do imposto a pagar é provisionado no ano a que diz respeito, sendo o saldo acima designado como a estimativa de imposto sobre os rendimentos de 2014, a liquidar junto das autoridades fiscais em 2015.

Em 31 de Dezembro de 2014 a ASA já tinha regularizado os valores referentes ao IUR liquidação corretiva de 2013.

14 – Acionista

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a ASA tem registado os seguintes saldos em aberto com o seu acionista, o Estado de Cabo Verde:

		2014					
Descrição		**Devedor**			**Credor**		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acordo ASA/ Estado CV/ TACV	i)	390.000	-	390.000	-	-	-
Dividendos (2010 a 2012)	ii)	-	-	-	(638.158)	-	(638.158)
Dívida MSF e A. Cunha	iii)	-	-	-	(567.594)	-	(567.594)
Dívida Viaturas Combate Incêndio	iv)	-	-	-	(878.964)	-	(878.964)
Dívida Terminal VIP ADP	v)	-	-	-	(370.359)	-	(370.359)
Dívida Iluminação Fase I AIAC	vi)	-	-	-	(826.988)	-	(826.988)
		390.000	**-**	**390.000**	**(3.282.063)**	**-**	**(3.282.064)**
Imparidade		-	-	-	-	-	-
Valor líquido		**390.000**	**-**	**390.000**	**(3.282.063)**	**-**	**(3.282.064)**

		2013					
Descrição		**Devedor**			**Credor**		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Acordo ASA/ Estado CV/ TACV	i)	390.000		390.000	-		
Dividendos (2010 a 2012)	ii)	-	-	-	(638.158)	-	(638.158)
Dívida MSF e A. Cunha	iii)	-	-	-	(522.647)	-	(522.647)
Dívida Viaturas Combate Incêndio	iv)	-	-	-	(809.359)	-	(809.359)
Dívida Terminal VIP ADP	v)	-	-	-	(341.030)	-	(341.030)
Dívida Iluminação Fase I AIAC	vi)	-	-	-	(761.499)	-	(761.499)
		390.000	**-**	**390.000**	**(3.072.693)**	**-**	**(3.072.693)**
Imparidade		(18.465)	-	(18.465)	-	-	-
Valor líquido		**371.535**	**-**	**371.535**	**(3.072.693)**	**-**	**(3.072.693)**

i) Acordo ASA/Estado/ TACV

O detalhe dos valores a receber do acionista é como se segue:

Descrição	2014	2013
Protocolo 2001	390 000	390 000
	390 000	**390 000**
Imparidade	-	(18 465)
	390 000	**371 535**

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo a receber do acionista resulta do protocolo assinado em 2001 para a regularização da dívida dos TACV através da cedência de ações desta empresa, no futuro processo de privatização.

Em 31 de Dezembro de 2013 o valor a receber foi descontado para o momento presente, à taxa de 4,97%, com um impacto de 18.465 mECV. Tendo em conta a expectativa atual do prazo médio de recebimento para esta divida, este ajustamento foi revertido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 na rubrica de Imparidade de dívidas a receber.

ii) Dividendos (2010 a 2012)

Este saldo corresponde aos dividendos a pagar ao Estado de Cabo Verde relativo ao exercício de 2010, 2011 e 2012, conforme deliberado na assembleia-geral realizada a 21 de Novembro de 2011 (ata nº 01/AG/ASA/2011), na assembleia-geral realizada a 5 de Outubro de 2012 (ata nº 02/AG/ASA/2012), e na assembleia-geral realizada a 5 de Setembro de 2013 (ata nº 01/AG/ASA/2013), respetivamente. Na assembleia-geral realizada 14 de Janeiro de 2015 (Ata nº 01/AG/ASA-SA/2015), decidiu-se pela não distribuição de dividendos relativo ao exercício de 2013.

iii) Dívida MSF e Armando Cunha

Este saldo refere-se a dívidas pagas pelo Estado de Cabo Verde por conta da ASA, no âmbito do financiamento obtido junto do Estado Português para a modernização das infraestruturas aeroportuárias de Cabo Verde. Os valores registados dizem respeito às empresas MSF e Armando Cunha, nos montantes de 333.026 mECV e 234.568 mECV, respetivamente, pelas empreitadas realizadas nos aeroportos da Boavista, São Vicente e São Filipe.

iv) Dívida Viaturas combate incêndio

Este saldo refere-se à aquisição de 24 viaturas de combate a incêndio com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde mediante a celebração de um empréstimo com o Governo Espanhol. O investimento total ascendeu a 878.964 mECV, sendo que existe indicação que o financiamento será assumido pela ASA. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver Nota 4).

v) Dívida Terminal VIP do Aeroporto da Praia Nelson Mandela

Este saldo refere-se à construção do Terminal VIP do Aeroporto Nélson Mandela com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde. O investimento total ascendeu a 370.359 mECV, sendo que existe indicação que o financiamento será assumido pela ASA através de contrato de retrocessão. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver Nota 4).

vi) Dívida Iluminação Fase I do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral

Este saldo refere-se à primeira fase da empreitada de reforço de iluminação no Aeroporto Internacional Amílcar Cabral com financiamento suportado pelo Governo de Cabo Verde mediante a celebração de um contrato de empréstimo com o Governo Espanhol. O investimento total ascendeu a 826.988 mECV, sendo que existe indicação de que o financiamento será assumido pela ASA. O investimento incorrido foi registado nesta rubrica por contrapartida do ativo tangível da empresa (ver Nota 4).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as dividas a pagar ao Estado de Cabo Verde, por conta dos investimentos realizados foram sujeitos a desconto à taxa de juro de 8,6%, tendo em conta o prazo médio de pagamentos expectável.

A 31 de Dezembro de 2014, este desconto foi revertido, tendo em conta que as referidas dívidas assumem a natureza de curto prazo, o que originou um custo financeiro no valor de 209.370 mECV.

15 – Outras contas a receber

		2014			2013		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fundo social ASA	i)	28.643	36.970	65.613	38.702	36.620	75.322
Empréstimos ao pessoal	ii)	11.223	5.394	16.617	14.669	5.394	20.063
Cabo Verde Handling, sa	iii)	60.280	-	60.280	-	-	-
Outros	iv)	15.892	-	15.892	33.485	-	33.485
		116.038	42.364	158.402	86.856	42.014	128.870
Ajustamentos	v)	(15.368)	-	(15.368)	(15.368)	-	(15.368)
Outros devedores		**100.670**	**42.364**	**143.034**	**71.488**	**42.014**	**113.502**
Devedores por acréscimos de rendimentos	vi)	5.997	-	5.997	9.274	-	9.274
Total		**106.667**	**42.364**	**149.031**	**80.762**	**42.014**	**122.776**

i) Fundo social ASA

Saldo referente aos apoios dados aos empregados na forma de empréstimos ou comparticipações para apoio: na educação, na doença, na aquisição casa própria, na aquisição de equipamento informático e outros. Estes empréstimos vencem juro a taxas bonificadas.

ii) Empréstimos concedidos ao pessoal

O saldo desta rubrica compreende empréstimos para aquisição de viatura e outros benefícios. Os empréstimos destinados a aquisição de viaturas vencem juros a uma taxa de 2,1% e têm um período de reembolso superior a 12 meses.

iii) Cabo Verde Handling

Este saldo refere-se a gastos de início de atividade suportados pela ASA em 2014 por conta da subsidiária Cabo Verde Handling.

iv) Outros

Este saldo, entre outros, inclui um valor a receber 13.679 mECV (em 2013: 13.679 mECV) do fornecedor Semedo & Brito que resultou de parte de adiantamentos concedidos pela ASA, em 2000, com o objetivo de facilitar a conclusão no prazo previsto dos trabalhos no Concourse Hall e que nunca foram regularizados. Este montante encontra-se totalmente ajustado.

v) Ajustamento para devedores de cobrança duvidosa

O ajustamento para devedores de cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos de cobrança dos saldos dos devedores identificados.

vi) Devedores por acréscimos de rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo desta rubrica refere-se à especialização dos juros a receber relativamente às obrigações detidas pela empresa (ver Nota 7).

16 – Capital

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social da ASA, encontra-se totalmente subscrito e realizado. O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014		
	Número de acções	Valor nominal por acção	Capital Social
Capital Social	550 000	10,000	5 500 000

	2013		
	Número de acções	Valor nominal por acção	Capital Social
Capital Social	550 000	10,000	5 500 000

17 – Reservas e outras rubricas de capital próprio

As rubricas "Outras reservas" registaram os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

	Reservas legais	Reserva investimento	Reservas gerais	Resultados transitados	Total
A 1 de Janeiro de 2013	**103.259**	**2.426.895**	**295.858**	**-**	**2.826.012**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-	-	-	-
Transferências	17.888	237.905	-	-	255.793
A 31 de Dezembro de 2013	**121.147**	**2.664.800**	**295.858**	**-**	**3.081.805**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Reclassificação	-	-		-	-
Transferências	6.302	119.738	-	-	126.040
A 31 de Dezembro de 2014	**127.449**	**2.784.538**	**295.858**	**-**	**3.207.845**

O movimento registado nas reservas em 2014 resultou da deliberação da assembleia-geral do dia 14 de Janeiro de 2015 (ata nº 01/AG/ASA/2015) relativamente à aplicação dos Resultados de 2013:

- Reserva legal 5,0%..... 6.302mECV
- Reserva para investimentos 95,00%.....119.738mECV

18 – Provisões

A evolução das provisões para outros riscos e encargos nos exercícios de 2014 e 2013 é como segue:

	Processos Judiciais	Impostos	Outros Riscos	Total
A 1 de Janeiro de 2013	**-**	**159.026**	**134.590**	**293.616**
Constituição	-	19.978	19.014	38.992
Utilização	-	-	-	-
Redução	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2013	**-**	**179.004**	**153.604**	**332.608**
Constituição	-	-	19.014	19.014
Utilização	-	-	-	-
Redução	-	-	-	-
A 31 de Dezembro de 2014	**-**	**179.004**	**172.618**	**351.622**

Provisão para processos judiciais

Não foi criada qualquer provisão para processos judiciais em 2014.

Provisão para impostos

a) Imposto Único sobre o Património

Em 2013 a ASA foi notificada pela Câmara Municipal da Praia (CMP), através da nota refª 206/CMP/DAF/2013 de 30 de Setembro, na sequência da avaliação predial efetuada por esta às instalações do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela, a pagar o montante de 32.723 mECV. A ASA não concordando, contestou a liquidação tendo pago parte do valor. O remanescente (19.978 mECV.), por prudência, encontra-se provisionado.

b) Reembolso do IVA

A 31 de Dezembro de 2014 a empresa apresenta a um saldo de IVA a recuperar no montante de 653.653 mECV, para o qual efetuou pedidos de reembolso em 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Os Serviços do IVA já analisaram a documentação de suporte às declarações que suportam o valor em causa. A ASA, com base na experiência passada, entende o valor já provisionado nos exercícios anteriores dá cobertura razoável face a eventuais correções que se vier a registar no âmbito da inspeção das finanças, por isso em 2013 e 2014 não se fez qualquer reforço da provisão.

c) Retenção de IUR sobre os valores pagos a entidades não residentes

A ASA não efetuou a retenção de Imposto Único sobre o Rendimento (IUR) sobre os valores pagos a entidades não residentes até 2012. De acordo com a legislação em vigor a percentagem a reter seria de 20% (norma geral) ou de 10% com as convenções existentes com Portugal (para esta redução seria necessário a empresa obter a documentação que prove a residência em Portugal da entidade a quem são pagos os montantes).

Em 2010 o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) entendeu que os pagamentos referidos não estavam sujeitos a tributação em Cabo Verde, dado que, à data (2010), a legislação Cabo-verdiana não continha uma norma de incidência que abrangesse os rendimentos provenientes da prestação de serviços auferidos por entidades não residentes em Cabo Verde e sem estabelecimento estável, ainda que devidos por entidades aí residentes ou cujo pagamento fosse imputável a um estabelecimento estável situado nesse território.

Com a entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2011, esta situação foi incorporada e legislada pelo Governo de Cabo Verde. Desta forma, a ASA provisionou o valor das retenções de IUR sobre os valores pagos a entidades não residentes em 2011 e 2012, uma vez que nos exercícios anteriores, apesar de possibilidade de revisão do IUR pelo período de 5 anos, o risco de eventuais contingências fiscais são reduzidos face à jurisprudência gerada pela decisão do STJ.

Provisão para outros riscos

O pagamento das obras contratualizadas e efetuadas pela MSF e Armando Cunha nos aeroportos da Boavista, São Vicente e São Filipe, respetivamente, foi assumido pelo Governo de Cabo Verde (ver Nota 14).

Contudo, foram realizados trabalhos adicionais no aeroporto e acessos pelas referidas construtoras face ao que se encontrava inicialmente acordado, que não estão reconhecidos nas contas da ASA, sendo a expectativa da Administração que estas obras venham a ser incorporadas no património da Empresa. Adicionalmente, encontram-se em dívida juros de mora à MSF respeitantes a atrasos nos pagamentos destas faturas, que também é expectável que venham a ser imputados à ASA. Desta forma, foi constituída uma provisão para fazer face: (i) ao custo a incorrer com os juros de mora; e (ii) à correção a efetuar à depreciação

dos ativos tangíveis em questão que se encontram em utilização mas cujo custo de aquisição final está pendente da imputação dos custos adicionais suportados diretamente pelo Estado de Cabo Verde.

19 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os saldos dos financiamentos obtidos são os seguintes:

		2014			2013		
		Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Agence Française de Development	i)	37.517	131.308	**168.825**	37.517	168.825	**206.342**
BEI - Banco Europeu de Investimento	ii)	178.935	771.484	**950.419**	173.686	950.420	**1.124.106**
BES - Aeroporto de Boavista	iii)	-	-	**-**	198.816	-	**198.816**
CGD - Obra Aeroporto S. Pedro	iv)	211.112	316.669	**527.781**	211.112	527.781	**738.893**
Extensão Plataforma do ABV	v)	53.217	255.900	**309.117**	49.503	309.117	**358.620**
Sistema Iluminação AIAC- AGL	vi)	48.952	169.910	**218.862**	45.876	218.534	**264.410**
CECV - Viaturas incêndio ITURRI	vii)	31.077	-	**31.077**	58.576	31.431	**90.007**
BES-Camada Desgaste AIPNM	vii)	39.259	176.667	**215.926**	39.259	215.926	**255.185**
CECV -Flexiterminal S. Nicolau	ix)	82.304	269.042	**351.346**	76.451	351.346	**427.797**
Empréstimo Obrigacionista 2012	x)	-	450.000	**450.000**	-	450.000	**450.000**
		682.373	**2.540.980**	**3.223.353**	**890.796**	**3.223.380**	**4.114.176**
Locações financeiras	xi)	-	-	**-**	1.703	-	**1.703**
Juros a pagar - especialização	xii)	30.791	-	**30.791**	30.402	-	**30.402**
Gastos antecipados - Seguro COSEC	xiii)	(34.315)	(37.171)	**(71.486)**	(52.024)	(73.096)	**(125.120)**
BIA p/c Obrigações		(30)	-	**(30)**	(30)	-	**(30)**
		678.819	**2.503.809**	**3.182.628**	**870.847**	**3.150.284**	**4.021.131**

Em 2014 não se registou a contratação de novos empréstimos, ainda no decorrer do ano foi concluído o reembolso do empréstimo do BES para a remodelação do aeroporto da Boavista e os contratos de locação financeira.

i) Agence Française de Development

Financiamento obtido em 1999 para financiar as obras de expansão e renovação do Aeródromo de S. Pedro, na Ilha de S. Vicente (Empréstimo Nº C CV 1005 01 N).

Financiamento com valor nominal de 4.423.124 Euros (487.715.841 mECV) que vence juros a uma taxa anual fixa de 2,05%, com pagamentos semestrais. O plano da dívida prevê o reembolso em 26 prestações semestrais, com um período de carência de 8 anos a iniciar na data da primeira utilização.

ii) Banco Europeu de Investimento

Financiamento obtido em 2002 para o desenvolvimento do projeto de Controlo de Tráfego Aéreo em Cabo Verde (Empréstimo Nº 21681).

Financiamento com valor nominal de 20.000.000 Euros (2.205.300 mECV) que vence juros à taxa anual de 3%, com pagamento de juros semestrais. O plano da dívida prevê o reembolso do capital em 17 anos, com um período de carência de 4 anos.

iii) Banco Espírito Santo - Linha de crédito - Boavista

Financiamento obtido para a remodelação do aeroporto da Boavista.

Financiamento com valor nominal de 15.326.148 Euros (1.689.938 mECV) que vencia juros à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um spread de 1,25%. O capital foi reembolsado em 9 anos (18 prestações semestrais), com início após a última utilização do crédito, ocorrida em Novembro de 2006 tendo ocorrido o ultimo reembolso em Novembro de 2014.

iv) Caixa Geral de Depósitos

Financiamento obtido para financiar a expansão e renovação do aeroporto de São Pedro, na Ilha de São Vicente.

Financiamento com valor nominal de 19.145.846 Euros (2.111.117 mECV) que vence juros à taxa EURIBOR a seis meses, acrescida de um spread de 1,25%. O plano da dívida prevê o reembolso em 10 anos (20 prestações semestrais), com início, após a última utilização do crédito (ocorrida em Julho de 2007).

v) Banco Comercial do Atlântico

Financiamento obtido para a ampliação da plataforma do aeroporto da Boavista, com valor nominal de 419.747 mECV que vence juros à taxa BCAINDEX a seis meses, acrescida de um spread de 1,3%. O plano da dívida prevê o reembolso em 7 anos (28 prestações trimestrais), com início, após a última utilização do crédito (que ocorreu em Outubro de 2012).

vi) Banco Comercial do Atlântico

Financiamento obtido para liquidação do crédito documentário n.º 6123902.60.44, referente ao fornecimento de equipamentos elétricos e obras de reabilitação da rede elétrica do aeroporto Internacional Amílcar Cabral, na ilha do Sal.

Financiamento com valor nominal de 347.332 mECV que vence juros à taxa BCAINDEX a seis meses, acrescida de um spread de 1,247%. O plano da dívida prevê o reembolso em 7 anos (28 prestações trimestrais), com início, após a última utilização do crédito (que ocorreu em Dezembro de 2011).

vii) Caixa Económica de Cabo Verde

Financiamento obtido para liquidação de um crédito documentário, referente à aquisição de viaturas de combate a incêndios para os aeroportos do Sal e São Vicente.

Financiamento com valor nominal de 220.000 mECV que vence juros à taxa de 7,25% ao ano, ajustável durante a vigência do contrato. O plano da dívida prevê o reembolso em 4 anos (48 prestações mensais), com início, 365 dias após a data de assinatura do contrato que ocorreu a 25 de Maio de 2011.

viii) Banco Espírito Santo

Empréstimo para financiamento da obra de reposição da camada de desgaste da pista do Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela, emitido em 2013, no valor de 265.000 mECV, por um prazo de 7 anos com uma taxa de juro variável equivalente à EURIBOR a três meses, acrescida de um spread de 6,5%.

ix) Caixa Económica de Cabo Verde

Financiamento obtido em 2013 para investimentos no Flexiterminal do aeródromo de S. Nicolau, cobertura e impermeabilização do concourse hall do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral.

Este contrato é celebrado pelo prazo de 5 anos. O capital emprestado vence juros à taxa base de 13%, ajustável durante a vigência do contrato. À taxa de juro contratual é deduzido um spread de 5,6%, pelo que a taxa de juro a aplicar no presente é de 7,4%. O presente empréstimo será reembolsado em 60 prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em novembro de 2013.

x) Empréstimo obrigacionista 2012

Empréstimo obrigacionista emitido em 2012, no valor de 450.000 mECV (450.000 obrigações com valor nominal de 1m ESC), através de modalidade pública nos termos do artigo 184.º do Código de Mercado dos Valores Mobiliários, por um prazo de 5 anos com uma taxa de juro variável equivalente à Taxa de Cedência de Liquidez (TCV) do Banco de Cabo Verde, acrescida de um spread de 0,25%. Em 2014 a taxa aplicada foi de 9% e 7,5%. As obrigações serão reembolsadas em Outubro de 2017 podendo a ASA exercer a opção de reembolso total ou parcial ao fim do 3º ano (Outubro de 2015).

xi) Locações financeiras

Contrato de leasing celebrado em 2010 com a empresa Promoleasing, Sociedade de Locação Financeira, S.A. para a aquisição de 4 viaturas no montante total de 12.920

mECV acrescido de IVA. Este contrato foi reembolsado até 2014 em 48 prestações mensais constantes e vencendo juros à taxa BCAINDEX a seis meses, acrescida de um spread de 1,4%, não podendo descer abaixo dos 6,75% (taxa mantém-se fixa durante cada período de 6 meses).

	2014	2013
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	-	1.821
Entre 1 e 5 anos	-	-
Mais de 5 anos	-	-
	-	1.821
Custos financeiros futuros das locações financeiras	-	118
Valor actual do passivo das locações financeiras	-	1.703

xii) Juros a pagar (especialização)

Este saldo refere-se à especialização dos juros a pagar, à data de 31 de Dezembro de 2014, considerando o período de juros decorrido e as taxas de juro negociadas, para cada empréstimo.

xiii) Seguros de crédito (pago antecipadamente)

Estes montantes correspondem ao valor do prémio do seguro de crédito pago relativo aos empréstimos contraídos junto do Banco Espírito Santo e da Caixa Geral de Depósitos (cerca de 15% do montante de cada financiamento solicitado, tendo o valor sido deduzido ao montante do empréstimo disponibilizado pelos respetivos Bancos). O valor do prémio pago constitui um custo incremental na obtenção do empréstimo, a ser reconhecido de acordo com a taxa de juro efetiva. Contudo, uma vez que o resultado do diferimento linear destes custos não é materialmente diferente do resultante da aplicação da taxa de juro efetiva a ASA manteve o diferimento linear destes custos.

A 31 de Dezembro de 2014 a maturidade dos financiamentos obtidos é a seguinte:

		Pagamento nos exercícios					
	Saldo em 31-12-2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Agence Française Development	**168.825**	37.517	37.517	37.517	37.517	18.757	-
Banco Europeu Investimento	**950.419**	178.935	184.344	189.916	195.656	201.568	-
CGD - Financiam. Obra S. Pedro	**527.781**	211.112	211.112	105.557	-	-	-
Extensão Plataforma do ABV	**309.117**	53.217	57.209	61.501	66.115	71.075	-
Sistema Iluminação AIAC- AGL	**218.862**	48.952	52.609	56.539	60.762	-	-
CECV - Viaturas incêndio ITURRI	**31.077**	31.077	-	-	-	-	-
BES-Camada Desgaste AIPNM	**215.926**	39.259	39.259	39.259	39.259	39.259	19.631
CECV -Flexiterminal S. Nicolau	**351.346**	82.304	88.606	95.390	85.046	-	-
Empréstimo Obrigacionista 2012	**450.000**	-	-	450.000	-	-	-
Total Financiamentos obtidos	**3.223.353**	**682.373**	**670.656**	**1.035.679**	**484.355**	**330.659**	**19.631**

20 – Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os saldos de fornecedores referem-se às seguintes entidades:

Descrição		2014	2013
Fornecedores - Terceiros			
TACV - Cabo Verde Air Lines	i)	166.973	135.631
Electra	ii)	26.642	25.890
Ariadna Consultores S.L.	ii)	5.720	-
Victor Manuel Fonseca de Pina	ii)	5.949	5.144
Enacol	ii)	4.801	776
Senasa	ii)	4.610	-
Outros < 4.000 CTS	ii)	43.072	81.009
Total saldo fornecedores - corrente		**257.767**	**248.450**

Em 31 de Dezembro de 2014 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se a:

i) TACV - Cabo Verde Airlines: saldo a pagar refere-se a passagens aéreas adquiridas até 2014, montante este que será regularizado mediante encontro de contas previsto para 2015.

ii) Os restantes saldos referem-se prestação de serviços e fornecimentos diversos correntes a serem regularizados em Janeiro de 2015.

21 – Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a natureza dos saldos da rubrica de outras contas a pagar são as seguintes:

	2014			2013		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos	14.231	-	14.231	125.516	-	125.516
Outros credores	857.852	-	857.852	756.298	-	756.298
Credores por acréscimo de gastos						
Gastos c/ pessoal	176.780	-	176.780	140.307	-	140.307
Outros serviços	5.156	-	5.156	14.442	-	14.442
Taxas de regulação	134.241	-	134.241	293.459	-	293.459
Outras contas a pagar	**1.188.260**	**-**	**1.188.260**	**1.330.022**	**-**	**1.330.022**

Detalhe da rubrica de outros credores

		2014	2013
Agência Aeronáutica Civil	i)	856.998	745.839
Outros		854	10.459
		857.852	**756.298**

i) Agência de Aeronáutica Civil

Montante a pagar referente a participação da Agência nos rendimentos da Fir Oceânica e taxas de regulação e outros serviços decorrentes da atividade operacional da empresa, referente aos exercícios de 2009 a 2014.

22 – Diferimentos

	2014	2013
Rendimentos a reconhecer		
Subsídio ao investimento - Subvenção AFD	18 455	20 762
Total	**18 455**	**20 762**

Subsídios ao investimento / subvenção AFD

Valor pago pela AFD para fiscalização das obras de extensão e modernização do aeroporto de São Pedro na Ilha de São Vicente. Dado que esta verba não será reembolsada, foi-lhe dado o tratamento contabilístico de um subsídio ao investimento, sendo amortizado, anualmente, à taxa dos bens a que está relacionado.

O valor da amortização anual ascende a 2.307 mECV, sendo reconhecida na rubrica de "Outros rendimentos" na demonstração dos resultados (Ver Nota 26).

23 – Serviços prestados

Os serviços prestados podem ser apresentados da seguinte forma:

	2014	2013
Prestação de serviços		
Taxas de rota	2.601.417	2.965.783
Rendimentos de exploração aeroportuária	1.665.369	1.617.214
Taxas TNC	101.341	100.268
Taxa de Segurança	180.993	-
Rendimento Comercial	148.441	142.625
Total de Prestação de serviços	**4.697.561**	**4.825.890**

A variação na prestação de serviço deve-se essencialmente a redução nos rendimentos provenientes da taxa de rota, explicada pela diminuição dos movimentos na Fir.

Destaca-se em 2014 a entrada em vigor da nova taxa de segurança que visa a recuperação dos custos das medidas de segurança destinadas a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita, concretamente a aquisição, o financiamento, a instalação, a operação e manutenção de equipamentos, a aquisição de serviços e materiais (Regulamento nº 1/2013 da AAC).

24 – Fornecimentos e serviços externos

A variação nos fornecimentos e serviços externos é essencialmente explicada pela entrada em vigor do Estatuto da AAC de onde resulta a redução da taxa de regulação sobre a taxa de rota de 8% para 5% e alteração da base de cálculo de rendimentos para receitas efetivamente cobradas.

O detalhe de gastos suportados pela ASA com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2014	2013
Electricidade	i)	266 730	281 533
Taxa Regulação AAC	ii)	134 241	293 459
Prestação Serviço Meteo	iii)	132 000	132 000
Vigilancia e segurança		118 482	116 161
Conservação e reparação		111 010	115 146
Agua		84 374	85 167
Limpeza, higiene e conforto		83 380	75 978
Publicidade e propaganda		76 671	68 747
Honorários	iv)	64 348	159 544
Seguros		39 244	47 939
Combustíveis e outros fluidos		27 379	29 560
Deslocações e estadia		40 688	48 864
Comissões	v)	34 839	40 181
Comunicação		29 236	36 838
Outros fornecimentos e serviços		34 064	32 166
Outros (inferiores a 20.000 mECV)	vi)	55 029	74 414
Fornecimentos e serviços externos		**1 331 715**	**1 637 697**

i) Eletricidade – encargos suportados com consumo de energia elétrica nas instalações aeroportuárias da ASA durante o exercício. Em 2014 verificou-se uma ligeira redução nesta rubrica;

ii) Taxa regulação AAC – Esta rubrica regista os gastos relacionados com a taxa de regulação, paga à Agência Aeronáutica Civil. De acordo com o D.L. 70/2014 (Art.º 62º e seguintes), os operadores do setor de aviação civil são legalmente obrigados a pagar: contribuições relativas a prestação de serviços de aterragem, assistência a passageiros, "handling" de bagagem em 0,75% do total das receitas e 5% das receitas efetivamente cobradas anual da FIR Oceânica do Sal, com referência ao ano anterior;

iii) Serviços meteorológicos – gastos relativos ao serviço de meteorologia contratado com o INMG conforme protocolo assinado entre a ASA e o INMG desde Janeiro de 2008, e que define um montante mensal a pagar de 11.000 mECV. A informação meteorológica é um requisito das entidades que fazem o controlo de rotas, devendo a mesma ser prestada às aeronaves;

iv) Honorários – gastos incorridos com honorários de consultores e especialistas relativamente a diversos projetos desenvolvidos durante o exercício. A redução verificada é justificada pelo facto de que em 2013 a ASA ter recorrido a consultoria externa para elaboração do projeto do sistema de gestão de segurança desenvolvido pela ICAO, estudos

sobre a implementação da taxa de segurança, estudos de viabilidade do handling, atualizações das servidões aeronáuticas e estudo de viabilidade das operações noturnas no AICE – Aeroporto Internacional Cesária Évora;

v) Comissões – refere-se a comissão paga à IATA referente às cobranças da taxa de rota;

vi) Outros (inferiores a 20.000 mECV) – nesta rubrica incluem-se outras naturezas de gastos incorridos sendo os mais significativos referentes a: estudos e pareceres, transporte de pessoal.

25 - Gastos com pessoal

Em 2014 e 2013 os gastos com pessoal apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações		
Pessoal Contrato Indeterminado	623.509	598.013
Pessoal Contrato a Prazo	58.803	52.618
Orgão Sociais	15.565	15.675
Sub-total	**697.877**	**666.306**
Encargos sobre remunerações	157.640	151.365
Subsídio de refeição	60.700	61.255
Prémio fim ano	59.232	57.395
Formação de pessoal	21.281	90.623
Horas extraordinárias	31.614	30.716
Prémio qualificação aeronáutica	31.509	28.324
Subsídio de turno	32.530	31.807
Subsidio de férias	60.190	53.329
Outros gastos com pessoal	82.040	71.162
Sub-total	**536.736**	**575.976**
Gastos com o pessoal	**1.234.613**	**1.242.282**

O número de empregados da ASA a 31 de Dezembro de 2014 era de 529 (2013: 510).

A diminuição verificada nos gastos com pessoal respeita essencialmente a redução na rubrica de formação explicada pela realização em 2013 de formação dos controladores.

A variação nas outras rubricas de remunerações deve-se à especialização do gasto com as atualizações salariais em resultado do processo de avaliação de desempenho do período 2010-2013.

26 – Outros rendimentos e ganhos

O detalhe desta rubrica é como segue:

	2014	2013
Outros rendimentos suplementares	52.703	54.443
Diferenças câmbio favoráveis	27.723	7.024
Imputação subsídios ao investimento (ver Nota 22)	2.307	2.307
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	126
Ganhos em inventários	-	2.452
Outros	574	18.617
	83.307	**84.969**

Os outros rendimentos e ganhos correspondem, essencialmente, a:

Diferenças de câmbio favoráveis - resultam da atualização dos saldos em moeda estrangeira no final do exercício e do diferencial ocorrido entre o valor faturado e o valor recebido dos clientes através da IATA no decurso do exercício; e

Outros rendimentos suplementares – correspondem, essencialmente, à faturação de eletricidade fornecida a entidades terceiras que ocupam instalações da ASA nos aeroportos.

27 – Outros gastos e perdas

O detalhe desta rubrica é como segue:

	2014	2013
Impostos	44.307	35.943
Insuficiência da estimativa para imposto	27.028	47.517
Diferenças câmbio desfavoráveis	14.452	50.283
Donativos	-	50
Perdas em inventários	-	3.135
Correcções relativas a exercícios anteriores	804	1.674
Outros	41.218	222.622
	127.809	**361.224**

Os outros gastos e perdas correspondem, essencialmente, a:

Impostos – resulta essencialmente de gastos com IUP e taxa de resíduos sólidos;

Insuficiência da estimativa para imposto - inclui liquidação adicional de IUR de 2013 por correção da matéria coletável por parte das Finanças num montante 27.028mECV; e

Diferenças de câmbio desfavoráveis – resultam da atualização dos saldos em moeda estrangeira no final do exercício e do diferencial ocorrido entre o valor faturado e o valor recebido dos clientes no decurso do exercício.

28 – Juros e rendimentos/gastos similares obtidos/ suportados

Esta rubrica é detalhada como segue:

		2014	2013
Juros e perdas financeiras			
Juros suportados	i)	(185.490)	(174.746)
Outros juros de financiamento	ii)	(55.159)	(63.601)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	iii)	(1.948)	(1.995)
Outras perdas financeiras	iv)	(209.370)	-
		(451.967)	**(240.342)**
Juros e ganhos financeiros			
Juros obtidos	iv)	15.474	18.400
Diferenças de câmbio favoráveis	iii)	439	709
Rendimento de participação capital - Dividendos	v)	-	-
Outros ganhos de financiamento	vi)	-	287
		15.913	**19.396**

i) Juros suportados – incluem os gastos financeiros suportados com os juros dos empréstimos contraídos para financiamento dos investimentos efetuados nas infraestruturas aeroportuárias;

ii) Outros juros de financiamento – relativo essencialmente, ao custo com o prémio de seguro COSEC pago como parte da negociação dos financiamentos, que está a ser diferido pela maturidade dos financiamentos no montante de 53.634 mECV e aos gastos suportados com a montagem e outras comissões no montante de 1.314 mECV;

iii) Diferenças de câmbio favoráveis e desfavoráveis – ganhos e perdas decorrentes do registo das diferenças de câmbio relacionadas com a atualização no final de cada exercício dos financiamentos obtidos em moeda estrangeira, com base nas taxas de câmbio em vigor à data de 31 de Dezembro de 2014;

iv) Outras perdas financeiras – incluem gastos essencialmente relacionados com a reversão de parte do valor que em 2013 resultou do desconto dos saldos passivos junto do acionista no montante de 209.370 mECV (ver Nota 14); e

v) Juros obtidos – incluem a remuneração de saldos de depósitos à ordem da empresa e a especialização dos juros a receber do investimento efetuado em obrigações e o depósito garantia do BEI.

29 – Imposto do Exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2014	2013
Imposto s/ rendimento corrente	(160 386)	(70 911)
Imposto s/ rendimento diferido	89 518	27 333
Imposto sobre o rendimento	**(70 868)**	**(43 578)**

A taxa de imposto utilizada para calcular o imposto do exercício e a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foi de 25% (2013: 25%)

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

	2014	2013
Resultado antes de Imposto	351 498	169 618
Taxa de Imposto	25,0%	25,0%
	87 875	42 404
Gastos não dedutíveis	76 130	52 025
Rendimentos não tributáveis	(3 619)	(19 654)
Outros	-	(3 864)
	72 511	**28 507**
Imposto s/ rendimento corrente	(160 386)	(70 911)
Imposto s/ rendimento diferido	89 518	27 333
Imposto s/ rendimento	(70 868)	(43 578)
Taxa efectiva de imposto	**20,2%**	**25,7%**

Detalhe dos gastos não aceites para efeitos fiscais:

		Valor base	
		2014	2013
Imparidade de ativos não financeiros	i)	120.622	19.977
Imparidade dívidas de clientes	ii)	62.810	110.584
Liquidação correctiva IUR	iii)	27.028	47.517
Juros de mora e encargos processo Fiscal		22.545	8.377
Provisões para além de limites fiscais	iv)	19.014	19.971
Amortizações/reintegrações para além limite fiscal		13.861	-
Outros		38.640	1.674
		304.520	**208.100**
Efeito fiscal (Taxa Imposto: 25%)		76.130	52.025

i) Imparidade em ativos resultante da diferença apurada no inventário geral de ativos não financeiros;

ii) Imparidade de dívidas de clientes que excedem o limite aceite fiscalmente (ver detalhe na nota 11);

iii) Referente a notificação de alteração de matéria coletável referente ao exercício de 2013, no âmbito do processo de inspeção às referidas demonstrações financeiras, feita pela Inspeção Geral das Finanças e;

iv) Corresponde ao valor da provisão para outros riscos - ver nota 18.

30 – Dividendos por ação

Conforme referido na Nota 17, o Resultado líquido do exercício de 2013, foi distribuído para reservas.

O montante dos dividendos atribuídos, relativos ao Resultado líquido apurado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012, 2011 e 2010 encontra-se ainda por distribuir (Nota 14).

O valor dos dividendos devidos poderá ser regularizado através de encontro de contas com o Estado em 2015.

31 – Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2014, a ASA é controlada pelo Estado da República de Cabo Verde, que detém 100% do capital social da empresa, sendo o seu último acionista

Em 2014, conforme referido na Nota 6, a ASA tornou-se acionista único da Cabo Verde Handling.

31.1 Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da ASA foi considerado de acordo com a NRF 4 – Divulgação de partes relacionadas, como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da ASA. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da ASA ascenderam a:

	2014	2013
Remunerações	15.565	15.675
	15.565	**15.675**

31.2 Transações entre Partes Relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionista ou por via acionista

- Estado da República de Cabo Verde

- TACV Airlines/ TACV Assistência

Subsidiárias

- Cabo Verde Handling

(b) Transações e saldos pendentes

Durante o exercício, a ASA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	2014	2013
Prestações de serviços		
TACV Airlines e TACV Assistência	744.258	714.231
CVHandling	112.584	-
	856.842	**714.231**

	2014	2013
Compras de serviços		
TACV Airlines	32.366	41.296
CVHandling	-	-
	32.366	**41.296**

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2014, os saldos resultantes de transações efetuadas com o Acionista e as suas partes relacionadas, a valores nominais, são os seguintes:

	2014	2013
Saldos devedores		
Estado da República de Cabo Verde (ver Nota 14)	390.000	390.000
TACV Airlines e TACV Assistência (ver Nota 11)	1.401.745	3.855.747
CVHandling (Ver nota 11 e 15)	112.584	-
	1.904.329	**4.245.747**
Saldos credores		
Estado da República de Cabo Verde (ver Nota 14)	(3.282.063)	(3.282.063)
TACV Airlines (ver Nota 20)	(166.973)	(135.631)
CVHandling	-	-
	(3.449.036)	**(3.417.694)**

O saldo credor em dívida ao Estado da República de Cabo Verde, no montante de 3.282.063mECV, encontra-se assim repartido:

i) Dividas assumidas pelo Estado no montante de 2.643.905 mECV;

ii) Dividendos a pagar relativamente à distribuição de resultados dos exercícios de 2010, 2011 e 2012, no montante de 638.158 mECV (ver Nota 14).

32 – Outras informações sobre a aplicação do regime do acréscimo

De acordo com a obrigação de divulgação específica, os impactos da aplicação do regime do acréscimo a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 são os seguintes:

Descrição	Nota	2014	2013
Acréscimos de proveitos			
Devedores por acréscimos de rendimentos	15	5.997	9.274
		5.997	**9.274**
Diferimentos de gastos			
Gastos seguro COSEC	19	71.486	125.120
		71.486	**125.120**
Acréscimos de gastos			
Credores por acréscimos de gastos - Férias e S. Férias	21	176.780	140.307
Credores por acréscimos de gastos - Outros	21	5.156	14.442
Credores por acréscimos de gastos - taxas regulação	21	134.241	293.459
Credores por acréscimos de gastos - juros a pagar	19	30.791	30.402
		346.968	**478.610**
Diferimentos de rendimentos			
Subsídios ao investimento - AFD	22	18.455	20.762
Total		**18.455**	**20.762**

33 – Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Passivos contingentes:

Garantias

À data do balanço a ASA tem as seguintes garantias prestadas:

a) Garantias bancárias no valor de 206.085 mECV (1.869.000 euros) emitidas pelo "Banque et Caisse d'Espargne de L'État Luxembourg" para fazer face ao empréstimo concedido pelo European Investment Bank;

b) Crédito obtido junto do Banco Comercial do Atlântico, no montante de 419.747 mECV, garantido com aval do Estado de Cabo Verde para financiamento do Aeroporto da Boavista;

c) Garantia bancária junto da Caixa Económica de Cabo Verde no valor de 981.500 euros no âmbito de um crédito obtido junto desta entidade para liquidação de crédito documentário relativo à aquisição de viaturas de combate a incêndios. Este crédito foi também garantido através de uma livrança assinada em branco, e;

d) Garantia bancária junto do Banco Comercial do Atlântico, no valor de 347.332 mECV no âmbito de um crédito obtido junto desta entidade destinado à aquisição de material elétrico e obras de reabilitação de rede elétrica do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral.

Processos judiciais

Em 31 de Dezembro de 2014 a ASA tem os seguintes processos judiciais em curso para os quais não foi constituída provisão por não ser provável o exfluxo de recursos da Empresa para pagar:

Ação Ordinária n.º 03/98 - Tribunal judicial da Comarca do SAL, no valor de 2.600 mECV, intentada pela Cash - Catering e Serviços Hoteleiros, contra a ASA, no âmbito do concurso público para exploração do restaurante/bar do aeroporto do Sal. Fase Processual: Aguarda Despacho Saneador;

Ação Ordinária n.º 11/98- Tribunal judicial da Comarca do SAL, no valor de 6.850 mECV, intentada pela Cash - Catering e Serviços Hoteleiros contra a ASA referente ao processo supra. Fase Processual: Sentença em 1ª instância favorável à ASA; Aguarda julgamento do recurso interposto para o Supremo Tribunal de Justiça;

Ação Ordinária n.º 01/04 - Tribunal judicial da Comarca do SAL, no valor de 1.500 mECV, intentada pela Freitas Catering SARL contra a ASA, referente ao recurso de contencioso no âmbito do processo de adjudicação do Restaurante do Concourse-Hall. Fase Processual: Aguarda Sentença;

Tribunal Comarca da Praia: Dois processos ordinários no valor de 5.035 mECV, sendo um no valor de 4.500 mECV movido pela empresa Electroaris, relacionada com extravio de uma carga no terminal de carga do aeroporto da Praia, e outro, no valor de 535 mECV, relacionado com um pedido de anulação de concurso público;

Tribunal Comarca de S. Vicente: Processos intentados por trabalhadores no valor de 500 mECV, já julgado mas aguarda-se a sentença final;

Processo movido contra a ASA, SA pelos herdeiros do ex-colaborador Carlos Orteaga, no valor de 1.862 mECV relacionado com a conclusão da escritura de compra e venda de uma moradia.

34 – Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem divulgações exigidas por legislação específica.

35 – Eventos subsequentes

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.